

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

FILIPPE SOUZA CORRÊA

O QUE FAZER PARA SOBREVIVER POLITICAMENTE?

Padrões de carreira dos deputados estaduais no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para qualificação no Curso de Doutorado em Ciência Política na linha de pesquisa Governos, Legislativos e Partidos Políticos em perspectiva comparada.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Ranulfo F. de Melo

Belo Horizonte
2016

FILIPPE SOUZA CORRÊA

O QUE FAZER PARA SOBREVIVER POLITICAMENTE?

Padrões de carreira dos deputados estaduais no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para qualificação no Curso de Doutorado em Ciência Política na linha de pesquisa Governos, Legislativos e Partidos Políticos em perspectiva comparada.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Ranulfo Felix de Melo - Orientador
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof.^a Dr.^a Magna Maria Inácio
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Felipe Nunes dos Santos
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof. Dr. André Borges de Carvalho
Universidade de Brasília - UnB

FICHA CATALOGRÁFICA

Para Thêmis e Fábio.

AGRADECIMENTOS

Esta tese finaliza um percurso acadêmico bastante frutífero, com alegrias e frustrações, que em conjunto serviram para me aperfeiçoar como cientista político. E não poderia finalizar esta etapa sem registrar alguns (muitos) agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço à minha esposa, Thêmis Aragão, pelo apoio sempre presente nessa trajetória dura de formação acadêmica que temos o prazer em compartilhar. Mesmo com todos os percalços enfrentados por um casal de doutorandos, muitas vezes separados pela distância de um oceano, numa vida cheia de sacrifícios, o seu companheirismo fez essa jornada ser muito mais leve e cheia de aventuras. Histórias que contaremos para o Fabinho, que chega agora para iniciar um novo ciclo de aventuras em nossa vida, agora a três.

Ao meu orientador de doutorado, Prof. Carlos Ranulfo, agradeço pelos comentários e correções sempre precisos, desde a proposta inicial de projeto de tese, passando pela reorientação do tema no meio do percurso, até esse produto final. Com toda certeza, essa tese não teria se concretizado se não fosse pela sua "aposta" de que eu teria condições de dar conta da tarefa.

Aos professores Magna Inácio e Manoel Santos, agradeço pelos comentários e sugestões no momento da defesa do projeto inicial de tese. Seus comentários foram decisivos para a reformulação do projeto de pesquisa e para tornar essa tese viável.

À professora Magna Inácio, agradeço também a oportunidade de ter me indicado para uma bolsa sanduíche no GIGA vinculada ao seu projeto de pesquisa sobre Presidência Institucional, sob a supervisão extremamente competente da professora Mariana Llanos. O período de um ano de estágio doutoral em Hamburgo foi um divisor de águas na pesquisa de tese. Não só por ter tido a oportunidade de me debruçar sobre esse tema pioneiro no Brasil, como também pelo acesso à um excelente ambiente de pesquisa e debate acadêmico, sem o qual a reorientação da tese talvez não tivesse ocorrido. E estendo esse agradecimento aos colegas de doutorado do GIGA, representados pelos meus companheiros de sala nesses 10 meses de visita acadêmica, Victor Mijares, Carolina Salgado e Christopher Mendonça.

Aos professores Barry Ames e Felipe Nunes, agradeço pelos comentários no momento da qualificação da tese contribuíram bastante para acertar o rumo final da pesquisa, e me deram a

certeza de que o caminho percorrido até aquele momento dava sustento à argumentação que agora ganha o seu desenvolvimento final.

Agradeço também aos professores Fabiano Santos, André Borges, Magna Inácio e Felipe Nunes por terem aceito o convite para a composição da banca de defesa de tese.

Aos professores da Pós-graduação em Ciência Política da UFMG, meu agradecimento pelo ambiente de formação constante e de qualidade na reflexão acadêmica. E aos demais companheiros de programa, alunos de mestrado e doutorado das diversas turmas (fica impossível citá-los todos nominalmente sem ocupar uma página inteira), agradeço pela convivência acolhedora que tornou muito mais fácil a minha adaptação à Belo Horizonte, com as conversas na sala dos alunos, os cafés na cantina e os almoços no Bandeirão ou na Letras. E agradeço também pelo ambiente plural de ideias que caracteriza o nosso departamento e o faz tão especial.

Agradeço também a todos os colegas pesquisadores do Centro de Estudos Legislativos da UFMG, representados aqui pelo "prefeito" Bruno Arcas, pela riqueza no debate acadêmico ao longo desses cinco anos e pelo compartilhamento de um ambiente amistoso e estimulante para o exercício da pesquisa. Meu sucesso nessa empreitada é em parte reflexo da experiência adquirida com vocês em nossos debates periódicos e conversas informais (com direito a pipoca e Nespresso).

Agradeço em especial aos colegas de doutorado, Rafael Câmara, Thiago Silame, Felipe Lima, Fernando Meireles e Denisson Silva, que me auxiliaram mais diretamente em diversos momentos complicados da tese com comentários valiosos sobre a argumentação ou sugestões sobre a manipulação dos dados em R.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa concedida durante todo o período do doutorado, sem a qual a realização dessa pesquisa teria sido bastante difícil.

RESUMO

Esta tese tem como tema as carreiras políticas dos deputados estaduais no Brasil, e seu objetivo é analisar os efeitos dos padrões espaciais de votação dos deputados estaduais sobre as estratégias de sobrevivência na carreira política. O objetivo é responder em que medida as formas com que os indivíduos se relacionam com suas bases eleitorais (conexões eleitorais) condicionam padrões identificáveis de carreira política entre os cargos eletivos disponíveis na estrutura de oportunidades de carreira (caracterizada pelos custos e benefícios envolvidos em cada escolha) no Brasil. Utilizou-se como fonte o Repositório de Dados Eleitorais do TSE. A análise dos padrões de carreira dos deputados estaduais eleitos em 2010 a partir da ambição predominante de carreira (se progressiva nacional, progressiva estadual, estática, pseudo-estática, progressiva local, ou discreta) definida pela combinação das trajetórias de origem e de destino dos deputados estaduais ao longo de cinco eleições, indicou um certo equilíbrio em torno da preferência manifesta pela ambição estática. Em seguida, identificou-se que os padrões espaciais de votação (construídos a partir de uma combinação de indicadores de concentração e dominância), possuem alguma relação com os padrões de carreira dos deputados, sustentando a hipótese de que esses padrões espaciais condicionam as preferências por cargos disponíveis na estrutura de oportunidades. Contudo, ainda de acordo com a Teoria da Ambição Política, não são só os benefícios que condicionam a decisão sobre qual cargo disputar, mas também os riscos envolvidos nessa decisão. Com base nessa hipótese, a análise empírica da relação dos atributos individuais das votações dos candidatos com o grau de incerteza inerente às disputas por cargos mostrou que, em alguns casos, o cálculo do risco torna necessária uma adaptação da ambição política manifesta de modo a adequar a ambição de curto prazo a um cenário mais factível de acordo com as características da extração eleitoral do deputado.

Palavras-chave: carreira política; conexões eleitorais; legislativos subnacionais; deputados estaduais; competição política

ABSTRACT

This thesis is about the political careers of state deputies in Brazil, and its goal is to analyze the effects of the state deputies' spatial voting patterns on political career survival strategies. The objective is to answer how much the way the subjects relate to their electoral bases (electoral connections), shapes identifiable political career patterns among the elective offices available in the opportunity structure (defined by the costs and benefits of each choice) in Brazil. The data source used was the Superior Electoral Court's Electoral Data Repository. The career pattern analysis of the state deputies elected in 2010 from a predominant career ambition perspective (if national progressive, state progressive, static, pseudo-static, local-progressive, or discrete), defined by the combination of the state deputies' origin and destination trajectories throughout five elections, indicated a certain equilibrium towards a manifest preference for static ambition. Moreover, it was identified that spatial voting patterns (constructed from a combination of concentration and dominance indicators), have some relation to deputies' career patterns, corroborating the hypothesis that these spatial patterns shape the preferences for positions available in the opportunity structure. However, according to the Theory of Political Ambition, it is not only the benefits that situate the decision on which office to run for, but also the risks involved in that decision. Based on that hypothesis, the empirical analysis of the relationship between the individual attributes of the candidates' votes and the degree of uncertainty inherent to the competition for offices showed that, in some cases, the risk calculations make necessary an adjustment on the manifest political ambition, adapting the short-term ambition to a more realistic scenario according to the deputy's electoral extraction characteristics.

Keywords: political career; electoral connections; subnational legislatures; state deputies; political competition

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Trajetória de origem dos deputados estaduais eleitos em 2010	54
Tabela 2 - Trajetória de destino dos deputados estaduais eleitos em 2010.....	57
Tabela 3 - Combinação das trajetórias de carreira dos deputados estaduais eleitos em 2010 .	59
Tabela 4 - Ambição de carreira predominante dos deputados estaduais eleitos em 2010	61
Tabela 4 - Estatísticas descritivas do índice de concentração da votação (HH_i) para os deputados estaduais	79
Tabela 5 - Análise de cluster do índice de concentração (HH) dos deputados estaduais eleitos em 2010	83
Tabela 6 - Estatísticas descritivas do índice de dominância média de municípios (D_i) dos deputados estaduais	85
Tabela 7 - Análise de cluster do índice de dominância média de municípios (D_i) dos deputados estaduais	88
Tabela 8 - Padrão espacial de votação dos deputados estaduais nos municípios.....	89
Tabela 9 – Grupos de trajetórias de carreira segundo os padrões espaciais de votação	91
Tabela10 – Tipos de ambição de carreira predominante segundo os padrões espaciais de votação	94
Tabela 11 – Cargos disputados em 2014 de acordo com a decisão de concorrer pela prefeitura em 2012 e se o prefeito incumbente concorria à reeleição	120
Tabela 12 – Modelo de regressão logística sobre a chance de concorrer à prefeitura em 2012	125
Tabela 13 – Modelo de regressão logística sobre a chance de concorrer ao cargo de deputado federal em 2014.....	127
Tabela 14 – Modelo de regressão logística sobre a chance de concorrer ao cargo de deputado estadual em 2014.....	129

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exemplo do I Moran calculado para uma votação claramente concentrada em um único município.....	76
Figura 2 - Histograma do índice de concentração de votação (HH_i) para os deputados estaduais.	80
Figura 3 - Mapas das votações nos municípios em relação à votação total dos deputados que correspondem aos limites extremos da distribuição do índice HH_i	81
Figura 4 – Boxplot do índice de concentração de votação (HH_i) para os deputados estaduais nas assembleias legislativas.	82
Figura 5 - Histograma do índice de dominância média (D_i) para os deputados estaduais.....	85
Figura 6 - Mapas das votações dos deputados em relação à votação total do município para os deputados que correspondem aos limites extremos da distribuição do índice D_i	86
Figura 7 – Boxplot do índice de dominância média (D_i) para os deputados estaduais nas assembleias legislativas.....	87
Figura 8 – Boxplot do percentual de votos no centro de votação em 2010 considerando se o deputado concorreu ou não à eleição para prefeito em 2012.	117
Figura 9 – Boxplot do percentual de votos no centro de votação em 2010 de acordo com o cargo em disputa em 2014 e considerando se o deputado concorreu ou não à eleição para prefeito em 2012.....	118
Figura 10 – Boxplot do percentual de votos no centro de votação em 2010 de acordo com o cargo disputado em 2014 e segundo o padrão espacial de votação.	119
Figura 11 – Boxplot da posição padronizada na lista eleitoral em 2010 de acordo com o cargo disputado em 2014.	121
Figura 12 – Boxplot da posição padronizada na lista eleitoral em 2010 de acordo com o cargo disputado em 2014 e segundo os padrões espaciais de votação em 2010.....	122
Figura 13 – Boxplot da diferença entre a votação obtida em 2010 e o quociente eleitoral para deputado federal na mesma eleição de acordo com o cargo disputado em 2014.....	123
Figura 14 – Boxplot da Diferença entre a votação obtida em 2010 e o quociente eleitoral para deputado federal na mesma eleição de acordo com o cargo disputado em 2014 e segundo os padrões espaciais de votação em 2010.	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Hipóteses acerca das componentes do cálculo da decisão de carreira dos membros da House of Representatives.	35
Quadro 2 – Classificação das trajetórias de carreira dos deputados estaduais de acordo com a origem e ambição de carreira predominante.	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. PADRÕES DE CARREIRA E AMBIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS.....	24
1.1. Introdução.....	24
1.2. Referencial Teórico	25
1.2.1. A Teoria da Ambição Política e o comportamento parlamentar	25
1.2.2. Carreiras políticas no Brasil e a dinâmica legislativa estadual	42
1.3. Metodologia: Identificando as trajetórias de carreira dos deputados.....	48
1.4. Resultados	54
1.5. Considerações finais.....	62
2. A CONEXÃO ELEITORAL COMO CONDICIONANTE DAS PREFERÊNCIAS POR CARGOS ELETIVOS	65
2.1. Introdução.....	65
2.2. Referencial Teórico	67
2.2.1. A conexão eleitoral como componente explicativa do comportamento legislativo.....	67
2.2.2. A conexão eleitoral e seu impacto sobre as carreiras legislativas	71
2.3. Metodologia: Operacionalizando o conceito de conexões eleitorais	75
2.3.1. A concentração de votação segundo o Índice de Herfindhal-Hirschman (HHi)	78
2.3.2. A dominância de votação segundo o índice de dominância média de Ames (Di).....	83
2.3.3. Tipologia dos padrões espaciais de votação.....	88
2.4. Resultados	90
2.5. Considerações finais.....	95
3. A DINÂMICA DA COMPETIÇÃO ELEITORAL COMO COMPONENTE DA ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES.....	98
3.1. Introdução.....	98
3.2. A dinâmica da competição por cargos e o sistema eleitoral brasileiro	99
3.3. Metodologia.....	110
3.3.1. Hipóteses	110
3.3.2. Dados e variáveis	113
3.4. Resultados	116
3.4.1. Análise descritiva dos dados	116
3.4.2. Análise de regressão logística.....	124
3.5. Considerações Finais.....	130
CONCLUSÃO	133

REFERÊNCIAS	138
APÊNDICE A	145
APÊNDICE B	148
APÊNDICE C	150

INTRODUÇÃO

A presente tese tem como tema as carreiras políticas dos deputados estaduais no Brasil, e seu objetivo é analisar os efeitos dos padrões espaciais de votação dos deputados estaduais sobre as estratégias de sobrevivência política, ou seja, busca-se responder como e em que medida as formas como os indivíduos se relacionam com suas bases eleitorais condicionam padrões identificáveis de carreira política considerando os cargos eletivos que conformam a estrutura de oportunidades de carreira no Brasil.

Parte-se do pressuposto de que esses padrões identificáveis de carreira política são melhor compreendidos a partir de uma abordagem neoinstitucionalista, segundo a qual as regras e procedimentos definidos pelo contexto institucional condicionam as escolhas individuais de carreira. Ou seja, de acordo com essa abordagem, as escolhas individuais sobre as trajetórias de carreira se definem a partir de uma estrutura de oportunidades, que proporciona para cada cargo os custos e benefícios obtidos. De acordo com essa abordagem, parte-se do pressuposto de que a partir da definição de uma hierarquia de preferências, os indivíduos buscarão maximizar a utilidade de obtenção de determinado cargo com vistas ao fim último que é a sobrevivência política.

Essa perspectiva neoinstitucionalista sobre as decisões de carreira foi inicialmente formulada por Schlesinger (1966) e posteriormente desenvolvida em termos formais por Black (1972) e Rhode (1979) em torno do que se convencionou chamar de Teoria da Ambição Política (*Ambition Theory of Politics*). De acordo com essa abordagem teórica, considerando-se os indivíduos como atores racionais em busca da construção de uma carreira política, as estratégias de sobrevivência política serão definidas a partir da sua ambição em relação aos cargos disponíveis na estrutura de oportunidades de carreira. Dessa forma, essa estrutura só pode ser plenamente compreendida a partir do ponto de vista dos indivíduos, e de como eles se comportam em relação aos condicionantes institucionais que organizam o sistema político, definindo dinâmicas específicas de competição por determinados cargos (entendidos aqui como sendo os custos de obtenção desse cargo), e definindo competências (capacidade de interferência no processo de produção de políticas) e benefícios de obtenção de determinados cargos (*status*, remuneração, visibilidade, etc.).

Essa abordagem ganhou novos contornos de um ponto de vista comparativo a partir das formulações propostas por Borchert (2009, 2011) a fim de investigar a conformação da estrutura de oportunidades de carreira em contextos de governos multinível, ou seja, em sistemas políticos que se organizam por uma hierarquia de níveis de governo, como os

sistemas federativos. De acordo com o autor, a existência de uma estrutura multinível de governo complexifica a abordagem da teoria da ambição ao proporcionar padrões de estruturação de estratégias de carreira que vão muito além das tipologias pensadas por Schlesinger (1966). Segundo Borchert (2009, 2011), há uma divisão de competências entre os níveis de governo que certamente influenciam a forma como os atores visualizam a estrutura de oportunidades de carreira, além de proporcionar maiores chances de movimentação entre os vários cargos disponíveis se comparado com um sistema unitário de governo.

Essa proposta de abordagem neoinstitucionalista das carreiras legislativas foi inicialmente adaptada para o caso brasileiro por Santos (1999, 2003; 2011), Samuels (2000b, 2002, 2003) e Leoni e outros (2003, 2004). Em seu livro, Samuels apresenta três questões que resumem a estrutura de uma abordagem neoinstitucionalista a partir da teoria da ambição: *"When assessing a potential job opportunity, an ambitious politician would ask three questions: (1) What's it worth to me?; (2) What are my chances?; and (3) What's it going to cost me?"* (SAMUELS, 2003, p. 16–17). Ou seja, em primeiro lugar, é preciso definir a estrutura de oportunidades de carreira, identificando quais são os benefícios obtidos dos cargos disponíveis do ponto de vista do político. Em segundo lugar, é preciso definir quais são as chances de obtenção do cargo, e nesse ponto, a caracterização da competição a ser enfrentada na disputa pelos cargos à disposição cumpre papel fundamental em moldar as estratégias de carreira. Por fim, é preciso considerar também os custos para obtenção de determinado cargo, isto é, o quanto é preciso investir em termos de recursos para se alcançar determinado cargo. Completando-se todas essas etapas se torna possível mapear, de um lado a estrutura de oportunidades de carreira, e de outro, a ambição dos políticos em relação aos cargos disponíveis. Para os objetivos desta tese, somente as duas primeiras perguntas serão exploradas, deixando para pesquisas futuras a investigação dos padrões de financiamento e gastos de campanhas de acordo com a definição da estrutura de oportunidades e sua interação com a gama de ambições políticas dos indivíduos, que é o objetivo central da tese.

No entanto, a literatura inicial sobre carreiras políticas e ambição no Brasil, apesar de reconhecer a importância da estrutura federativa do nosso sistema político, possui um enfoque exclusivo na perspectiva do deputado federal, o que fornece apenas uma visão parcial de toda a estrutura de oportunidades. Ou seja, ao consolidar as tipologias de padrões de carreira do ponto de vista da ambição a partir de uma estrutura institucionalmente definida de oportunidades de carreira, esses trabalhos fazem uma série de suposições a partir do ponto de vista dos detentores de mandato na Câmara dos Deputados. Só recentemente a preocupação com a aplicação da teoria da ambição e identificação de padrões de carreiras nos níveis

estadual e local ganha fôlego (BARRETO, 2008; BERTHOLINI et al., 2013; LIMA; BARRETO, 2013; MALUF, 2006, 2010; SILVA, R. S., 2010).

Além disso, se destaca uma ênfase bastante clara no desenvolvimento posterior dessa literatura em torno dos condicionantes do sucesso na busca pela reeleição (PEREIRA; RENNÓ, 2001, 2003, 2007a, 2007b). Fica claro que esses estudos partem da premissa de Mayhew (1974) de que os parlamentares buscam a reeleição como uma meta geral que orienta o seu comportamento no legislativo. Portanto, investigar as causas da reeleição bem sucedida ajudaria a avaliar quais são os comportamentos legislativos que favorecem a manutenção do mandato em uma eleição futura. Porém, a investigação dos condicionantes da reeleição tem como consequência direta uma limitação do escopo explicativo da teoria da ambição ao recortar apenas aqueles indivíduos que possuem ambição estática. Além disso, conforme será argumentado mais a frente, a teoria da ambição não deve se limitar somente à interpretação dos condicionantes do sucesso na busca pela reeleição, ou qualquer outro cargo, já que as tentativas, ainda que mal sucedidas, ajudam a compreender a ambição dos indivíduos em relação às diversas opções disponíveis, e possuem relação direta com a forma como será identificada a estrutura de oportunidades de carreira.

Buscando relacionar os comportamentos individuais dos parlamentares ao seu desempenho eleitoral, partiu-se de uma revisão do conceito de conexão eleitoral, destacando-se, principalmente, a interpretação de suas múltiplas manifestações no nosso contexto institucional e os efeitos esperados sobre as carreiras legislativas no âmbito estadual. Esse conceito se tornou amplamente conhecido a partir do clássico *“Congress: The Electoral Connection”* de Mayhew (1974), em que o autor apresenta uma extensa discussão sobre o comportamento parlamentar dos congressistas norte-americanos. A premissa básica deste texto, e que influenciará o modelo explicativo do comportamento legislativo denominado de distributivismo é de que os legisladores norte-americanos são *“single-minded seekers of reelection”* (MAYHEW, 1974, p. 5), e para responder a esse objetivo os congressistas precisam orientar o seu comportamento a fim de estabelecer maior contato com as suas bases eleitorais (*constituencies*), podendo-se assumir três formas diferenciadas de conexão: *advertising*, *credit claiming* e *position taking*.

Entretanto, no Brasil, o nosso sistema proporcional de lista aberta e com distritos de grande magnitude favorece a conformação de bases eleitorais com diferentes configurações espaciais dentro de um mesmo distrito, diferentemente do caso americano em que os distritos eleitorais definem claramente qual será a configuração espacial da base eleitoral de um determinado congressista. É a partir dessa constatação que Ames (2003) constrói o seu

argumento de que o comportamento apresentado pelos deputados brasileiros estaria fortemente influenciado pela forma como se dá a extração geográfica dos seus votos.

Como primeiro passo, o autor propõe a identificação de dois eixos estruturadores dos padrões espaciais de votação dos deputados: a *concentração* da votação entre os municípios nos quais o deputado é votado, e a *dominância* de votação nestes municípios (AMES, 2003, p. 64). A partir do cálculo dos dois indicadores para cada deputado, ambas as informações são combinadas para formar uma tipologia de quatro padrões espaciais de votação: *concentrado-dominante*, *concentrado-compartilhado*, *fragmentado-dominante*, e *fragmentado-compartilhado*. Para cada um destes tipos são feitas suposições diferenciadas em termos de comportamento dos legisladores, isto é, que as conexões eleitorais estabelecidas pelos legisladores variam de acordo com os diferentes tipos.

Portanto, o potencial heurístico da combinação entre os dois eixos de análise não pode ser ignorado considerando-se que a melhor forma de se operacionalizar as conexões eleitorais ainda é um debate em aberto na literatura brasileira, já que alguns trabalhos que buscaram explorar a capacidade explicativa do modelo distributivista no Brasil propuseram alterações na operacionalização dos conceitos por meio de alterações nos indicadores propostos por Ames, ou mesmo a proposição de novos indicadores (AVELINO; BIDERMAN; SILVA, 2011; BORGES; SANCHEZ FILHO; ROCHA, 2011; CERVI, 2009; CORRÊA, 2011; LAGO, 2010; LAGO; ROTTA, 2014; LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003, 2004, PEREIRA; RENNÓ, 2001, 2003, 2007a; SAUGO, 2007; SILVA, 2009, 2014; SILVA et al., 2010; SILVA; BIDERMAN; AVELINO, 2008, 2009; TERRON; RIBEIRO; LUCAS, 2012).

Essa proposta analítica dos diferentes padrões espaciais de votação como forma de capturar diferentes incentivos para a conexão eleitoral foi explorada em Carvalho (2003) que foi um dos primeiros autores a explorar a capacidade heurística dos diferentes padrões espaciais de votação como proxies das conexões eleitorais. Os resultados encontrados pelo autor apontam para a importância dessas conexões na explicação do comportamento parlamentar, ainda que se leve em consideração os mecanismos institucionais que centralizam no Executivo o poder de agenda sobre o processo legislativo federal. Em diálogo direto com Ames, o estudo de Carvalho aponta para o fato de que os incentivos ao comportamento paroquialista não são preponderantes na conformação da Câmara dos Deputados, ou seja, outros incentivos também estão presentes e devem ser igualmente objeto de investigação. É nesse ponto que a abordagem do autor pretende ser fiel à proposta analítica de Ames sem incorrer no mesmo equívoco de interpretação formal do comportamento parlamentar no nosso contexto institucional ao mostrar que nem todo parlamentar está preocupado com a concessão

concentrada de recursos, já que essa orientação vai depender do seu padrão espacial de votação. Em outras palavras, segundo Carvalho, não seria correto esperar que um parlamentar eleito a partir de um padrão de votação disperso e compartilhado no seu distrito eleitoral vá buscar exercer a sua conexão eleitoral a partir da concessão concentrada de recursos. Se esse parlamentar é representante de uma corrente de opinião é lógico esperar que o exercício de sua conexão eleitoral se dará por meio da tomada de posição em plenário e de uma produção de cunho universalista condizente com os valores aos quais representa e que são caros para a sua base eleitoral.

Portanto, nesse trabalho pretende-se explorar a hipótese de que, assumindo-se a escolha de carreira como sendo um cálculo racional a partir dos custos e benefícios de obtenção de determinados cargos, os padrões espaciais de votação ao corresponderem a diferentes formas de expressão da conexão eleitoral dos políticos, condicionariam também diferentes trajetórias de carreira, especialmente quando se considera que a estrutura de oportunidades de carreira está entrecortada pelos diferentes níveis de governo. Com isso, espera-se que conexões eleitorais mais paroquialistas como os tipos *concentrado-dominante* e *concentrado-compartilhado* fora da capital¹, apresentem carreiras orientadas em maior medida para o cargo de prefeito. Para conexões eleitorais tidas como mais universalistas, como os tipos *concentrado-compartilhado* na capital, e *fragmentado-compartilhado*, espera-se uma propensão para a ambição progressiva direcionadas ao plano estadual e nacional, representada pela busca pelos cargos de deputados federal, senador e mesmo de governador. Do ponto de vista da ambição estática, espera-se que deputados de padrão *fragmentado-dominante*, tenham maior propensão a permanecer nos cargos de deputados estaduais devido à sua conexão com a política estadual.

Também é importante considerar, como bem destacaram Leoni, Pereira e Rennó (2003, p. 63) para o caso do cálculo de decisão de carreira os deputados estaduais brasileiros, que a dinâmica da competição pelos cargos importa no cálculo da decisão, formulação que já havia sido explorada para o caso americano em Black (1972) e Rohde (1979). Portanto, essas escolhas são controladas pelo tipo de competição enfrentada em cada cargo assim como pelo montante de recursos de campanha necessários para competir para cada cargo, o que poderia favorecer a permanência no cargo de deputado estadual (ambição estática) pelo fato de ser um

¹ Essa distinção entre *capital* e *interior* permite distinguir o tipo de conexão eleitoral apresentada por deputados que igualmente concentram e compartilham votação em poucos municípios. Categoria esta que tanto em Ames quanto em Carvalho apresentavam uma orientação mais universalista. No entanto, pode-se argumentar que a conexão eleitoral feita por deputados de padrão *concentrado-compartilhado* em municípios fora da capital seja mais paroquialista do que aquela típica de representantes de correntes de opinião oriundos da capital.

cargo mais confortável do ponto de vista das disputas e do montante de recursos necessários. Ou seja, assume-se, como controle da hipótese anteriormente apresentada, que o perfil da competição pode tornar mais difícil a obtenção de um determinado cargo, o que impactaria na conformação das preferências construídas em relação à estrutura de oportunidades de carreira descritas acima. Dessa forma, uma maior ou menor capacidade de arrecadação de recursos de campanha pode reduzir as dificuldades impostas pela competição. Porém, ainda que consideradas essas duas formas de controle, espera-se que as trajetórias de carreira sejam orientadas de acordo com o padrão espacial de votação apresentado pelo deputado quando eleito em 2010.

A justificativa para este trabalho reside, portanto, na escassez de estudos sobre carreiras legislativas no nível estadual de um lado, e a discussão metodológica ainda em aberto sobre as chamadas *conexões eleitorais* conforme argumentado anteriormente. Os estudos sobre carreiras políticas no Brasil de um ponto de vista neoinstitucionalista também não chegam a se constituir como uma área consolidada dentre os estudos sobre comportamento legislativo, diferente do caso das análises sobre a relação Executivo-Legislativo. Ademais, a própria compreensão da dinâmica legislativa nos estados ainda é bastante limitada, circunscrita a poucos estudos que não conseguem dar conta de toda a diversidade das 27 assembleias legislativas estaduais no Brasil (SANTOS, 2001; TOMIO, 2012; TOMIO; RICCI, 2008, 2009, 2012a, 2012b).

Da mesma forma, os estudos que se utilizam do conceito de conexão eleitoral operacionalizado a partir da investigação da geografia do voto dos parlamentares também apresentam bastante limitação quanto ao entendimento do seu papel no contexto da dinâmica política estadual, conforme dito anteriormente. Portanto, a presente tese pretende cobrir essa lacuna teórica e metodológica nos estudos legislativos em âmbito estadual ao desenvolver uma análise sobre os padrões de carreira dos deputados estaduais conectada com a discussão sobre as conexões eleitorais que influenciam os seus comportamentos².

A tese está estruturada em três capítulos que tratam de maneira cumulativa o problema de que trata esta tese, sendo que cada capítulo se inicia com uma breve introdução ao problema que será tratado no decorrer do capítulo e a hipótese que guiará o tratamento e

² Fica a possibilidade de que futuramente possam ser explorados os efeitos das conexões eleitorais com vistas aos padrões de carreira dos deputados estaduais e a sua produção legislativa, ou mesmo a sua interferência no processo orçamentário estadual por meio das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, hipótese que investigaria portanto a relação causal entre os incentivos eleitorais caracterizados nos padrões de relacionamento dos deputados estaduais com as suas bases eleitorais e o seu comportamento no legislativo com respeito à produção legislativa e concessão de recursos direcionados para essas bases.

análise dos dados, assim como de uma conclusão onde é apresentada uma síntese das principais contribuições de cada capítulo para o entendimento do problema central da tese.

No primeiro capítulo buscou-se identificar os padrões de carreira dos deputados estaduais brasileiros e os tipos predominantes de ambição de carreira levando-se em consideração uma complexa estrutura de oportunidades em um contexto institucional de governo multinível. Na primeira seção é feita uma introdução ao problema central do capítulo e apresenta a sua estrutura. Na segunda seção é apresentado o referencial teórico que sustentará a análise, e que se divide em duas subseções. A primeira subseção faz uma revisão bibliográfica da chamada Teoria da Ambição da Política proposta por Schlesinger (1966) a partir da estrutura de oportunidades de carreiras no sistema político norte-americano. Na segunda subseção são apresentadas as principais tentativas de explicação da estrutura de oportunidades de carreira no Brasil a partir da Teoria da Ambição. O que se percebe é que a literatura brasileira possui um foco relativamente excessivo na busca pela explicação do sucesso na estratégia de reeleição. Na terceira seção é apresentada a metodologia utilizada para a classificação dos padrões de carreira a partir da identificação da ambição presente em cada segmento de carreira dos deputados estaduais eleitos em 2010. Essa classificação tem como passos metodológicos, utilizando como fonte o Repositório de Dados Eleitorais do TSE³: (i) a identificação da presença e do cargo disputado nas eleições anteriores a 2010 — ou seja, as eleições de 2006 e 2008 —, com vistas a identificar a trajetória de origem dos deputados; e (ii) a identificação da presença e do cargo disputado nas eleições posteriores a 2010 — ou seja, as eleições de 2012 e 2014. Combinados os segmentos de origem e de destino dos deputados estaduais eleitos em 2010, e identificada a trajetória de carreira ao longo de cinco eleições, identificou-se a ambição predominante para cada deputado, sendo classificada em: *progressiva nacional*, *progressiva estadual*, *estática*, *pseudo-estática*, *progressiva local* e *discreta*. Os resultados descritos na quarta seção indicam que a ambição predominante é estática, ou seja, há uma tendência de que os deputados estaduais alimentem uma ambição em relação à manutenção no cargo. No entanto, essa tendência não é igual para todos, já que ambições progressivas em relação aos cargos legislativos em nível nacional e em relação ao cargo executivo em nível local são igualmente significativas, sendo que a ambição progressiva direcionada ao plano local é ainda mais expressiva. Esse resultado sustenta a plausibilidade da hipótese geral de que as ambições de carreira, e os padrões de carreira que

³ <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>

as sustentam, são condicionados em grande medida pela conexão eleitoral estabelecida pelo deputado.

No segundo capítulo buscou-se explorar os padrões espaciais de votação dos deputados estaduais entendidos aqui como *proxy* da conexão eleitoral dos deputados. A segunda seção, que apresenta o referencial teórico, também se divide em duas subseções. Na primeira são apresentados os principais modelos explicativos mais gerais do comportamento parlamentar presentes na literatura brasileira sobre o tema. A questão central na discussão teórica mobilizada nesta subseção é como podemos pensar o comportamento dos parlamentares com vistas a suas carreiras políticas em um contexto institucional que estimula o personalismo derivado do sistema eleitoral proporcional de lista aberta, ao mesmo tempo em que o processo decisório no interior dos parlamentos é bastante centralizado no poder de agenda exercido pelo Poder Executivo? Para responder a essa pergunta é necessário conciliar variáveis e mecanismos presentes em cada um dos modelos com vistas a esclarecer a atuação do parlamentar individualmente num contexto centralizado no poder de agenda do Executivo. O argumento desenvolvido nesta subseção é de que baixa visibilidade da atuação dos deputados estaduais somada à baixa capacidade de interferência no processo legislativo no nível estadual (TOMIO; RICCI, 2008, p. 5) estimula a dissociação entre a dinâmica eleitoral e a dinâmica legislativa, fazendo com que a obtenção de um cargo de deputado estadual se dê, na maioria das vezes, com base em um cálculo puramente eleitoral com o objetivo de sobrevivência política em um contexto de elevada competição para outros cargos que seriam preferenciais. Na segunda subseção são apresentados os trabalhos brasileiros que lidam com o conceito de conexão eleitoral, especialmente aqueles que têm a geografia do voto dos parlamentares como principal forma de identificação aproximada das conexões eleitorais por eles estabelecidas. No entanto, essa literatura apresenta problemas em relação à apropriação feita pelo conceito de conexão eleitoral tal como formulada por Mayhew (1974). O principal problema aqui argumentado é a ênfase restrita na ideia de conexão eleitoral como concessão de recursos concentrados (*pork barrel*). Como ficará evidente a partir da revisitação do conceito e sua adaptação feita por Ames (2003), a conexão eleitoral não se resume à busca de concessão de recursos concentrados, podendo ser expressa de diferentes formas no comportamento parlamentar. A exploração de todas essas possibilidades pelos especialistas brasileiros ainda é bastante limitada como se pode perceber a partir da breve revisão bibliográfica feita neste capítulo. Portanto, esta tese se propõe a contribuir com esse debate ao explorar as possíveis conexões entre as conexões eleitorais dos deputados e os seus padrões de carreira. Na terceira seção são apresentados os indicadores de concentração e de dominância que permitem a

criação da tipologia de padrões espaciais de votação a partir do acúmulo das discussões metodológicas feitas pela literatura desde a proposta analítica apresentada por Ames (2003). Na quarta seção são apresentados os resultados da associação entre os padrões espaciais de votação e a ambição apresentada pelos deputados nos segmentos de carreira compreendidos pelas cinco eleições estudadas.

Esses dois primeiros capítulos apresentam o argumento central da tese ao discutir os principais elementos de uma abordagem da ambição de carreiras num contexto institucional de governo multinível e de um sistema eleitoral personalista. Esse argumento é fundamental, pois, de acordo com a argumentação teórica apresentada no segundo capítulo, as conexões eleitorais estabelecidas pelos deputados estaduais estão na base da constituição de sua hierarquia de preferências pelos cargos disponíveis na estrutura de oportunidades de carreira. Ou seja, partiu-se da hipótese de que as preferências pelos cargos disponíveis estão sobremaneira condicionadas pelo tipo de conexão eleitoral apresentado. Porém, conforme discutido também no segundo capítulo, é preciso considerar que a decisão de cada passo da carreira está condicionada também aos custos de obtenção do cargo pretendido em relação aos demais cargos disponíveis, já que os benefícios, além daqueles que compõem a estrutura de oportunidades de carreira, estariam condicionados pela natureza e orientação da ambição dos deputados.

O terceiro e último capítulo tem como foco a dimensão da competição para os cargos disponíveis, explorando em que medida a configuração de competição para determinados cargos tornam alguns mais acessíveis do que outros. Por exemplo, um deputado estadual pode avaliar que o seu desempenho na lista eleitoral em 2010 lhe garante uma força eleitoral suficiente para arriscar tentar o cargo de deputado federal em 2014. Em outro caso, um deputado estadual proveniente do cargo de prefeito pode avaliar que suas chances de retorno são baixas caso esteja concorrendo com um incumbente forte. Com isso, a permanência na assembleia seria uma estratégia plausível de sobrevivência, ainda que a sua ambição esteja direcionada ao âmbito local. Além da introdução, na segunda seção será feita uma revisão bibliográfica da literatura sobre as características da disputa eleitoral no Brasil, buscando levantar elementos para uma caracterização da competição em diferentes cargos que compõem a estrutura de oportunidades de carreira no Brasil. O cerne da discussão é o elemento de incerteza inerente ao funcionamento da competição para esses cargos e quais são as evidências coletadas até o momento, dado que a ênfase na descrição do funcionamento eleitoral brasileiro se coloca sobre a disputa para o cargo de deputado federal. Na terceira seção será feita a exposição da metodologia que guiará a exploração multivariada dos dados,

sendo que na primeira subseção são definidas as quatro hipóteses relacionadas aos atributos da votação individual dos deputados que, sustentados pelos elementos destacados da discussão teórica, espera-se que tenham um efeito significativo sobre as decisões para o passo seguinte na carreira. Na segunda subseção, é feita uma breve apresentação dos dados utilizados e a operacionalização das variáveis relacionadas às dimensões da disputa pelo cargo de deputado federal (*Posição padronizada na lista eleitoral em 2010* e *Diferença em relação ao quociente eleitoral para deputado federal em 2010*) e de prefeito (*Percentual de votos no centro de votação pessoal em 2010* e a *Existência de um prefeito concorrendo à reeleição no centro de votação em 2012*). Na quarta seção, são apresentados os resultados da análise descritiva (na primeira subseção) e os resultados dos modelos de regressão logística que buscam explicar o efeito das variáveis de interesse sobre as chances dos deputados eleitos em 2010 de optarem por concorrer ao cargo de prefeito em 2012, de deputado federal em 2014, ou concorrer à reeleição.

Os resultados indicam que a decisão por competir para o cargo de deputado federal, é favorecida por um bom posicionamento em sua lista eleitoral no ano de referência, já a distância em relação ao quociente eleitoral não apresenta efeito significativo. Em relação à opção por concorrer ao cargo de prefeito, uma competição que tenha a presença do prefeito em exercício buscando a reeleição reduz as chances do deputado estadual competir nessa disputa mais fechada. Por fim, a decisão por competir pela reeleição se explica a partir da decisão de não competir por um cargo que represente uma ambição progressiva. Sendo assim, o deputado estadual que não estava bem colocado em sua lista eleitoral optou por tentar a reeleição em relação aos bem posicionados na lista. Ao passo que deputados que se depararam com uma competição política fechada, apresentaram uma tendência significativa pela decisão de competir à reeleição.

Na conclusão serão resumidos os principais resultados da pesquisa, bem como serão destacadas as contribuições teóricas obtidas a partir desses resultados para o debate da estrutura de oportunidades de carreira e as ambições de carreira dos deputados estaduais no contexto institucional brasileiro. De maneira geral, a análise dos dados indica que ainda que consideremos os riscos envolvidos na decisão do passo seguinte da carreira, ou seja, ainda que alguns atributos individuais da votação dos deputados contribuam significativamente para a definição das ambições de carreira manifesta, os padrões espaciais de votação aparecem como os elementos definidores da ambição de longo prazo, o que sustenta a tese de que as conexões eleitorais dos deputados estaduais condicionam as preferências pelos cargos disponíveis na estrutura de oportunidades de carreira. As variações nesta decisão decorrem dos atributos

individuais da votação dos deputados que permitem minimizar a incerteza de competir por um cargo mais valorizado na hierarquia. Isso explicaria o equilíbrio estratégico em torno da decisão por permanecer na Assembleia Legislativa, "inflando" os percentuais da ambição estática e pseudo-estática, conforme destacados no primeiro capítulo.

1. PADRÕES DE CARREIRA E AMBIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

1.1. Introdução

O presente capítulo tem como objetivo discutir os padrões de carreira dos deputados estaduais brasileiros. De acordo com a literatura sobre carreiras legislativas no Brasil, a hipótese recorrente é de que os deputados estaduais, por este cargo estar em posição inferior na estrutura de oportunidades de carreira, apresentariam ambição progressiva em relação aos cargos executivos e em relação ao legislativo nacional. Com isso, busca-se neste capítulo identificar os padrões de carreira apresentados pelos deputados estaduais a fim de verificar a hipótese sobre a predominância da ambição progressiva tal como formulada por Samuels (2003).

Do ponto de vista metodológico, este capítulo busca avançar em relação aos estudos sobre recrutamento⁴, que olham para as características sociais dos parlamentares que ingressam na carreira, de um lado, e de outro, procura avançar em relação aos estudos sobre carreiras políticas que possuem foco excessivo nas estratégias de reeleição. Essa guinada teórico-metodológica nos estudos de carreira política está baseada na abordagem neoinstitucionalista apresentada por Schlesinger (1966) em seu trabalho seminal *“Ambition and Politics: Political careers in the United States”*. Ou seja, partindo-se da ideia de uma “estrutura de oportunidades de carreira” definida a partir das condicionantes institucionais dos custos e benefícios de obtenção de um determinado cargo, procurou-se identificar neste capítulo os padrões de carreira dos deputados estaduais brasileiros com vistas a um melhor discernimento de parte dessa estrutura em um nível ainda pouco explorado pela literatura, mas que possui papel central na articulação entre as aspirações de nível local e nível nacional. Conforme será visto mais adiante, a literatura brasileira apresenta um foco excessivo na busca pela explicação dos padrões de carreira em nível nacional, mostrando algumas conexões diretas entre o plano local e o plano nacional.

Desta forma, o foco aqui estará em saber como se organizam as trajetórias de carreira dos deputados que passam por esse nível intermediário de poder. É possível pensar que o cargo de deputado estadual seja um ponto de passagem obrigatório para a ascensão a cargos mais elevados? Por outro lado, em que medida os legislativos locais são atrativos para os políticos em termos de carreira, ou seja, é possível pensar em uma ambição estática no nível

⁴ Para um breve levantamento da literatura sobre recrutamento conferir Braga e Bolognesi (2013).

estadual? Quais seriam as condicionantes institucionais tanto para a decisão por competir para um cargo mais elevado, ou mesmo para a permanência no nível estadual, numa busca direta pela reeleição? No decorrer deste capítulo buscou-se responder a estas questões a luz dos dados empíricos sobre carreiras políticas dos deputados estaduais eleitos em 2010.

Este capítulo se divide da seguinte forma: além da introdução, na segunda seção é apresentado o referencial teórico a partir do qual serão analisadas as trajetórias de carreira dos deputados estaduais. Essa seção está subdividida em duas partes: na primeira são apresentados os principais elementos da discussão sobre a Teoria da Ambição Política. Na segunda parte, são apresentados os principais elementos teóricos da discussão sobre carreiras legislativas no Brasil e sobre a dinâmica legislativa estadual e seu impacto sobre a interpretação das carreiras dos deputados estaduais. Na terceira seção são apresentados os aspectos metodológicos do trabalho, especialmente a identificação padrões de trajetórias de carreira dos deputados e sua agregação em tipos de ambição. Na quarta seção são apresentados os resultados obtidos a partir da análise descritiva dos dados das trajetórias de carreira. Na quinta e última seção são apresentadas as principais conclusões e sugestões para desenvolvimentos posteriores deste trabalho.

1.2. Referencial Teórico

1.2.1. A Teoria da Ambição Política e o comportamento parlamentar

Já de início, Schlesinger dá uma boa definição para a sua Teoria da Ambição. Segundo ele “a *ambição de carreira repousa no coração da política*”⁵ (1966, p. 1). Isso significa que é a ambição de carreira que fundamenta as escolhas políticas. O debate proposto por Schlesinger, segundo a resenha escrita por Prewitt (1967), se dá diretamente com os Marxistas e Freudianos explicavam as condutas individuais puramente por fatores sociais ou psicológicos. A ideia de Schlesinger é trazer o comportamento auto-interessado (egoístico) para a análise das carreiras políticas nos EUA. Segundo afirma, “*nenhum homem é propenso a obter um importante cargo político a menos que o queira*”⁶ (SCHLESINGER, 1966, p. 4). Portanto, de acordo com o autor, a motivação para concorrer a um cargo político certamente faz parte do domínio dos desejos humanos, no entanto, o que é preciso é uma teoria da política que parta do princípio de que os políticos se comportam de acordo com os seus

⁵ “Ambition lies at the heart of politics”.

⁶ “No man is likely to obtain a major political office unless he wants it.”

objetivos de carreira, em lugar de buscar explicar as ambições pessoais (SCHLESINGER, 1966).

O argumento chave para a análise institucionalista proposta pelo autor é:

In our concern with the complexity of human behavior, we should not forget that political institutions, and others as well, work because they simplify motives, because they make the behavior of politicians understandable and predictable. A political system becomes stable when it is able to control men's political ambitions. However complex the constitutional statement of governmental powers, its effectiveness depends upon the definition of how men are to gain and hold office, In stating the rules of officeholding, a constitution states the outlets for political ambitions and how they are to be achieved; if the explicit rules do not reflect the distribution of political influence within the society they are twisted until they do. (Schlesinger, 1966, p. 2)

Schlesinger deixa claro que a sua teoria política da ambição tem como origem os escritos de Schattschneider (1942), Schumpeter (1942), e Downs (1999) sobre os partidos políticos, já que o pressuposto básico da teoria partidária elaborada por Downs com base nos pressupostos políticos formulados pelos outros dois autores é de que os partidos ambicionam governar, e, por consequência, adotam políticas que permitam o alcance desta meta, dadas as condições da competição eleitoral. Com isso, de acordo com Schlesinger (1966) a teoria partidária downsiana seria um caso especial, uma simplificação para o nível dos partidos, da sua teoria da ambição da política.

A teoria da ambição não afasta a interpretação de que os políticos respondem às suas bases eleitorais. A diferença se dá na lógica proposta por Schlesinger de que a base eleitoral que importa para o político não é sempre aquela pela qual ele foi eleito, que essa relação vai depender de qual o cargo esse político ambiciona e qual base eleitoral ele necessita para ser eleito para esse cargo (1966, p. 5). Ou seja, as ações e decisões dos políticos estão direcionadas para a obtenção do cargo pretendido, e, portanto, a tarefa de ajustar a sua atividade às metas de carreira é rodeada de incertezas, apesar dos caminhos para o avanço na carreira política não serem um mistério. Com isso, segundo argumenta Schlesinger (1966, p. 6), uma teoria da política que se baseia na ambição precisa considerar que existem estratégias alternativas de avanço na carreira.

Sobre a possibilidade de isolar a ambição pelo cargo de outros motivos que levam os indivíduos à disputa por um cargo político Schlesinger (1966, p. 7) argumenta que a ambição não define todo o comportamento do indivíduo, porém pode explicar em grande parte as suas

decisões. No entanto, dois obstáculos se colocam à interpretação dos políticos como exclusivamente motivados pela ambição de carreira política: o primeiro deles é que frequentemente o político que detém o cargo mantém uma ocupação privada que suplementa a renda obtida pelo cargo público; já o segundo é que a carreira política também pode ser esporádica, ou seja, o político tem que estar preparado para períodos fora de qualquer cargo público (SCHLESINGER, 1966, p. 7). Todavia, Schlesinger (1966, p. 8) ressalta que apesar dessa dificuldade em isolar as ambições pelo cargo dos demais motivos que levam o indivíduo a disputar esse cargo, a ambição direcionada para o cargo é uma das que um observador externo poderia avaliar com algum grau de certeza. Portanto, a conquista de um cargo é um dos objetivos observáveis na política, e considerando que todo o sistema político se organiza em torno dessa estrutura de oportunidades, o estudo das ambições de carreira assim consideradas permitiria um melhor entendimento do funcionamento da política em seu sentido mais amplo a partir de metas observáveis, e em certa medida mensuráveis.

Sobre a atribuição das ambições, Schlesinger argumenta que para o desenvolvimento de uma teoria das ambições é preciso estabelecer suposições razoáveis sobre quando as ambições se manifestam. Deste modo, a ambição se manifesta de acordo com situações específicas que os políticos se deparam e suas possibilidades ou não de avanço na carreira, e a análise dessa ambição se dá a partir da decisão tomada em relação às opções possíveis (SCHLESINGER, 1966, p. 8). A chave argumentativa apresentada por Schlesinger é que as escolhas de carreira dos políticos devem ser consideradas para além dos aspectos psicológicos e sociológicos da decisão.

O que torna a ambição de carreira um objeto de Ciência Política é o fato de que essas escolhas são condicionadas por um contexto institucional que define a chamada estrutura de oportunidades, que é construída a partir da interação dos políticos com os seus pares, bem como a partir da interação entre as expectativas dos agentes e a opinião pública (SCHLESINGER, 1966, p. 8). Ou seja, de acordo com a perspectiva analítica proposta por Schlesinger, cada passo tomado em uma carreira política não é fruto apenas de uma decisão individual e de foro íntimo, mas sim, uma componente dentre de um conjunto de fatores que constitui o jogo político pelos cargos disponíveis num sistema político. Por outro lado, o autor deixa claro que uma teoria da ambição não necessita assumir que os objetivos de carreira sejam constantes em sua intensidade e direção para um mesmo indivíduo ou para diferentes indivíduos. Isto é, de acordo com o avanço do indivíduo na carreira, as possibilidades de conquista de um cargo se modificam, aumentando ou diminuindo de acordo com os sucessos

e fracassos nessa empreitada. Porém, todos os indivíduos se deparam com esse problema de manter constantemente alinhadas as suas ambições e possibilidades de conquista de um cargo.

Com isso, segundo Schelinger (1966, p. 10), uma das principais formas de variação da ambição é quanto à sua direção, ou seja, em relação ao nível de preferência pelo cargo atual em relação à sua posição no futuro. Portanto, a ambição de um político pode assumir três direções: (a) discreta: quando deseja concorrer para um cargo pelo tempo de duração do mandato e posteriormente decide abandonar a disputa por cargos políticos; (b) estática: quando o político decide fazer carreira em um cargo em particular, e toda sua ambição está direcionada para a reeleição; e (c) progressiva: quando o político aspira a um cargo mais importante do que o ocupado.

Novamente, fica claro que a ambição de carreira pode se modificar ao longo do tempo, ou mesmo que um indivíduo pode apresentar uma ambição de carreira no curto prazo diferente daquela no longo prazo, porém coerente com as suas possibilidades de perseguição da ambição de longo prazo. Portanto, essa modificação das ambições acrescenta um elemento de incerteza em relação ao estudo das ambições de longo prazo. No entanto, Schlesinger advoga que no desenvolvimento de uma teoria da ambição da política é necessário descobrir a estrutura de oportunidades políticas que vai definir as chances de conquista de um cargo, trazendo ordem ao processo de tomada de decisão por parte dos indivíduos ao estabelecer custos e benefícios relativamente fixos para cada um dos cargos disponíveis.

Além disso, é importante registrar a distinção feita por Schlesinger (1966, p. 13) entre uma teoria política da ambição de carreira e teorias sociológicas e psicológicas sobre essa ambição. Essa distinção se torna importante no contexto histórico em que o autor formula sua teoria já que compartilha dos mesmos dados que as teorias sociológicas sobre o *background* dos políticos. No entanto, o autor é enfático ao propor uma abordagem teórica sobre os dados de carreira que permita a construção de uma teoria política sobre carreiras, sendo que a regularidade que emerge dos padrões das decisões sobre carreira, a despeito dos diferentes *backgrounds* é o que constitui a estrutura de oportunidades políticas:

If, on the other hand, we accept the central place of ambition in politics, we gain a political perspective on background data. A politician's biography is, after all, the story of one man's political ambitions. It may tell us all of his aspirations, when they emerged or when they changed. But it does tell us what overt moves he has made toward gaining public office. We can say with certainty that, whatever other ambitions he had, these office ambitions he did have. Thus, when a congressman becomes senator, the interesting questions do not revolve

entirely around the impact of his congressional experience upon his senatorial behavior; there is also the effect of his ambition to become a senator upon his behavior in the lower house. Looking back on a man's career, we can see where he was going and attempt to determine what relationship existed between his future and his behavior at any previous stage. (SCHLESINGER, 1966, p. 14)

Para melhor esclarecer a diferença entre as abordagens da Teoria do Recrutamento e da Teoria da Ambição, toma-se como exemplo o caso de um legislador que deseje ascender a um cargo executivo. De acordo com Schlesinger (1966, p. 16) a questão mais importante é saber quais legisladores estão em melhores condições para tomar essa decisão. Com isso, fica mais fácil identificar os efeitos das estratégias tomadas com vistas à progressão para o cargo executivo sobre o comportamento dos legisladores, o que a perspectiva do recrutamento político não permite explorar. Deste modo, vai se desenhando a perspectiva institucionalista proposta pelo autor e baseada na Teoria da Escolha Racional, ainda que sem grandes formalizações.

Por fim, para completar o modelo analítico proposto pelo autor é preciso considerar que é inerente a qualquer estrutura de oportunidades algum grau de risco na procura por certas posições (SCHLESINGER, 1966, p. 17). O risco está presente quando um candidato a um cargo mais alto na estrutura de oportunidades deve abrir mão do seu cargo atual, o que pode interromper ou prejudicar a sua carreira em caso de derrota. Portanto, segundo o autor, os riscos assumidos nas disputas por cargos podem estimular determinadas ambições em detrimento de outras. Somados aos custos para a obtenção de um determinado cargo, os riscos envolvidos na disputa tendem a subtrair os benefícios obtidos por este cargo, o que impacta diretamente na fundamentação das ambições em relação a este cargo em comparação com os demais.

No entanto, apesar de Schlesinger ter destacado os fatores que contribuem para o cálculo das escolhas de carreira, somente em Black (1972) esses fatores ganham um desenvolvimento analítico mais sofisticado ao serem enquadrados em uma equação de utilidade da escolha. De início, o autor argumenta que Schlesinger (1966) apresentou várias ideias de grande valor para a construção de uma teoria da ambição política. Uma delas é que os motivos políticos e desejos das pessoas são moldados pela avaliação das oportunidades políticas que são determinadas estruturalmente. Isto porque Schlesinger evidencia que alguns cargos são mais propensos a promover o desenvolvimento das carreiras políticas do que outros, e essas diferenças é que configuram a chamada “estrutura de oportunidades” do sistema político.

Em nota de rodapé, Black (1972, p. 144) acrescenta que apesar do estudo de Schlesinger carecer de evidências empíricas que comprovem a existência dessa estrutura de oportunidades, é possível suspeitar que as ambições individuais sejam fortemente moldadas pela disponibilidade de cargos dada pela estrutura de oportunidades de carreira, e que essa suspeita se manifestaria nas probabilidades estimadas que os políticos atribuem a vários cargos. Seguindo a proposição de Schlesinger, para Black, a importância da investigação da estrutura de oportunidades de carreira se justifica, pois essa estrutura política atua sobre as escolhas individuais, e afeta sistematicamente todos os aspirantes a cargos políticos.

A argumentação sobre os chamados “efeitos estruturais” tem como principal oponente as teorias sociológicas sobre o recrutamento, segundo as quais o *background* do político teria impacto significativo sobre suas escolhas. Ao contrário, a tese apresentada por Schlesinger é de que as circunstâncias imediatas da decisão do político possuem maior efeito sobre a sua trajetória de carreira do que fatores distantes como a sua socialização política.

Black (1972) apresenta então um estudo sobre as decisões de carreira (aposentar do cargo, buscar a reeleição, ou buscar outros cargos políticos ou governamentais) a partir de um conjunto de 435 *city councilmen* na região da Baía de São Francisco nos EUA. As informações foram coletadas a partir de longas entrevistas com os *city councilmen*, e informações sobre as características políticas e demográficas das cidades em que possuem cargos. Black (1972, p. 145) deixa claro que esse recorte na estrutura de oportunidades coloca um problema metodológico para o estudo, pois há restrição no conjunto de variáveis consideradas e os efeitos encontrados em seu estudo podem estar subestimados pela limitação no conjunto das variáveis envolvidas, além do fato de que os políticos em nível local podem ter ambições diferentes dos políticos em cargos mais elevados.

O pressuposto analítico do seu estudo é o do “*rational office-seeker*”, podendo ser resumido da seguinte forma:

The model employed in this analysis assumes that individuals attempt to behave in a rational manner, and that includes politicians who are in the process of seeking political advancement. [...] The assumption of rationality in this context implies that the politician, when confronted with a decision, will examine the alternatives with which he is confronted, that he will evaluate those alternatives in terms of the likelihood of their occurrence and the value that alternative which yields for him the greatest expected value. In this formulation, one assumes that the individual is attempting to select the best alternative which maximizes his expected value, but he may not, of course, always be correct in his choice. (BLACK, 1972, p. 145–146)

Com esse pressuposto é possível analisar as escolhas de carreira dos políticos a partir da compreensão da estrutura de oportunidades de carreira, considerando para cada cargo os custos e benefícios da escolha interpretados ao nível individual.

A fim de modelar o cálculo racional do *office-seeker*, Black (1972, p. 146) argumenta que a utilidade de um cargo para um indivíduo antes da eleição ($u(0)$) é igual ao produto do benefício, em utilidade, que o indivíduo recebe por alcançar o cargo (B) pela estimativa da probabilidade que o indivíduo possa alcançar um cargo caso ele concorra para tal (P), subtraindo-se o custo de campanha para obter este cargo (C):

$$u(0) = (PB) - C$$

De acordo com o autor, a procura por cargo será razoável segundo duas condições: (i) quando o produto entre o benefício da obtenção do cargo (B) e a probabilidade de obter esse cargo (P) for maior que o custo de sua obtenção (C), em outras palavras, quando a utilidade de obtenção do cargo for positiva; e (ii) quando a utilidade de obtenção do cargo em vista for mais vantajosa do que a utilidade obtida em qualquer outra forma de aplicação dos seus recursos.

Além disso, Black (1972, p. 146) argumenta que esses custos de procura por cargos são determinados em parte pelas características estruturais do sistema político em que pretende competir, e essa formulação tem implicações na escolha das variáveis que serão consideradas, como o tamanho da unidade eleitoral e a medida da competitividade nas eleições nessa unidade. Dessa forma o autor busca isolar variáveis que afetam de maneira sistemática a maioria dos indivíduos, afetando o processo de escolha social que leva os indivíduos na busca por cargos públicos e afastando outros da disputa. Portanto, quanto maior o custo de competição, maior será a quantidade de recursos necessários para competir (dinheiro, tempo, esforço, etc.).

Dessa primeira análise, Black (1972, p. 148) chega a duas conclusões: a primeira é que os candidatos tanto em cidades grandes, quanto em cidades competitivas, tiveram que alocar mais recursos para a obtenção do cargo, e a segunda é que o tamanho da cidade tem efeito maior do que a competitividade sobre o recurso dispensado. Ao considerar os custos eleitorais como risco político, o autor apresenta quatro hipóteses, sendo as três últimas propostas empíricas. A primeira delas é que o risco de concorrer a um cargo (R) é uma função crescente do tamanho da unidade política e do grau de competição eleitoral nesta unidade. A segunda hipótese é de que o desejo dos vereadores pelo cargo (B) é positivamente relacionado com o

tamanho da cidade e com o grau de competição nas eleições municipais. A terceira é que mantido constante o tamanho da cidade dos vereadores, o desejo pelo cargo (B) ainda estará relacionado com o grau de competição eleitoral nas eleições municipais, mas que a magnitude dessa relação declinará. Por fim, a quarta hipótese é de que se o risco (R) for mantido constante, aqueles vereadores para os quais o resultado da última eleição era incerto tenderão a expressar um maior desejo pelos seus cargos do que aqueles vereadores que estavam confiantes na vitória.

Segundo Black, o que o modelo prediz é que quanto maior for o risco para concorrer a um cargo, mais empenhados estarão aqueles que concorrem para este cargo. Disto decorre que o sistema eleitoral funcionaria como um filtro para os candidatos menos compromissados.

Uma vez no cargo, os políticos se deparam com uma segunda escolha que é a de concorrer ou não à reeleição, podendo-se intuitivamente esperar que aqueles que valorizam mais o cargo tenham maior tendência à reeleição, sendo que isto só pode ocorrer quando o risco de concorrer novamente for o mesmo para todos os incumbentes, o que não é o caso (BLACK, 1972, p. 152). Ao contrário, a decisão de concorrer novamente será diretamente relacionada com a diferença entre o valor associado ao cargo e o risco associado à concorrência pela reeleição.

Com o objetivo de construir uma teoria da ambição política, que é segundo Black (1972, p. 154) a circunstância sob a qual os políticos estão mais propensos a desenvolver um envolvimento progressivo com a política, o autor parte da premissa de que conforme aumentam os custos de conquista de um cargo, os benefícios derivados desse cargo devem crescer mais rapidamente do que esses custos, de forma que o benefício adquirido das posições mais custosas seja maior do que o adquirido das posições menos custosas. Caso contrário, o indivíduo racional não procuraria progredir na carreira para posições de maior custo. O objetivo do autor é mostrar que o cálculo de utilidade anterior pode ser modificado para prever as circunstâncias sob as quais os indivíduos estão mais dispostos a aspirar cargos de nível mais elevado, tendo como premissa que quanto maior o montante dos investimentos necessários para alcançar um cargo, maior será a chance dos menos comprometidos abandonarem a disputa pelo cargo.

Das proposições e análises empíricas formuladas a partir dos dados disponíveis, Black (1972, p. 158–159) chega a três conclusões: (i) a estrutura do sistema político pode desempenhar um papel importante na formatação das ambições dos ocupantes de cargo, já que os riscos e os investimentos necessários para se conquistar um cargo são dados por essa estrutura; (ii) o estudo da ambição política se beneficia de uma abordagem que assuma a

racionalidade dos atores na perseguição de sua aspiração política; e (iii) a ambição política se desenvolve em parte como um resultado dos investimentos que os políticos fazem em atividade política, já que os investimentos feitos na conquista de um cargo menos desejável num determinado momento alteram a avaliação de outros cargos.

Outra aplicação formal e empírica dos pressupostos implícitos na Teoria da Ambição é o artigo de Rohde (1979) que tem como ponto de partida teórico a discussão sobre ambição progressiva, com o foco empírico nos membros da *U.S. House of Representatives* entre os anos de 1954 e 1974, e as suas decisões acerca da disputa ou não de uma cadeira no *U.S. Senate* ou no governo do seu estado. Em lugar de analisar o background dos membros da *House*, Rohde examinou cada um dos membros que teve a chance de competir para um desses cargos e se essa oportunidade foi aproveitada ou não. Rohde (1979, p. 3) deixa claro que a sua análise é prospectiva, diferentemente da análise retrospectiva de Schlesinger (1966) que categoriza a direção da ambição em suas três categorias — discreta, estática, e progressiva — com base no comportamento manifesto dos atores. Para isso o autor pressupõe que os atores são racionais — maximizadores da utilidade esperada — e atuam segundo um cálculo decisório para as alternativas de carreira que pode ser operacionalizado de acordo com o seguinte modelo (ROHDE, 1979, p. 4):

$$E(a_1) = P_1(O_1)U(O_1) + P_1(O_2)U(O_2) + P_1(O_3)U(O_3) - C(a_1)$$

$$E(a_2) = P_2(O_1)U(O_1) + P_2(O_2)U(O_2) + P_2(O_3)U(O_3) - C(a_2)$$

Onde: $E(a_i)$ é a utilidade esperada por escolher a alternativa i , $P_i(O_j)$ é a probabilidade de que o resultado j ocorra se a alternativa i for escolhida, $U(O_j)$ é a utilidade que o ator recebe se o resultado j ocorrer, $C(a_i)$ é o custo de utilidade incorrido ao escolher a alternativa i , e onde especificamente, O_1 é o caso em que nenhum cargo é ocupado após a eleição, O_2 o presente cargo ocupado é também ocupado após a eleição, O_3 o cargo mais alto desejado é ocupado após as eleições, a_1 é quando o ator concorre para o mesmo cargo que já possui, e a_2 é quando o ator concorre a um cargo mais elevado. Sendo j igual a 1 quando nenhum cargo é ocupado após as eleições, igual a 2 quando o cargo atual é reocupado, e igual a 3 quando um cargo mais alto do que o atual é ocupado após as eleições.

No entanto, considerando que as opções por um cargo mais elevado e pela reeleição sejam excludentes, isto é, para disputar o cargo mais elevado seja necessário abrir mão do cargo atual, logo teremos $P_1(O_3) = P_2(O_2) = 0$. E considerando-se também que a

aposentadoria seja o resultado menos preferido, é possível pensar que a sua utilidade seja praticamente nula, portanto $U(O_1) = 0$. Com isso as expressões anteriores podem ser simplificadas da seguinte forma:

$$E(a_1) = P_1(O_2)U(O_2) - C(a_1)$$

$$E(a_2) = P_2(O_3)U(O_3) - C(a_2)$$

Sendo assim, conforme a construção formal apresentada por Rohde, assumindo a racionalidade para os agentes, um determinado ator só irá concorrer para um cargo mais elevado se a utilidade esperada da escolha pela disputa desta posição for maior do que a utilidade esperada no caso da escolha pela reeleição, em termos formais, quando $E(a_2) > E(a_1)$.

Partindo dessas premissas teóricas, Rohde (1979, p. 5–12) formula uma série de hipóteses relacionadas a alguma dimensão do cálculo da utilidade esperada da decisão de carreira, como pode ser visto no quadro sintético abaixo.

Quadro 1 – Hipóteses acerca das componentes do cálculo da decisão de carreira dos membros da House of Representatives.

1) O valor do cargo mais alto	H1: Dentre os membros da <i>House</i> , a proporção de oportunidades aceitas para concorrer ao Senado será maior que a proporção de oportunidades aceitas para concorrer ao cargo de governador.
	H2: Dentre os membros da <i>House</i> , a proporção de oportunidades aceitas para concorrer ao cargo de governador com um mandato de quatro anos será maior do que a proporção de oportunidades aceitas para concorrer ao mesmo cargo com mandato de dois anos.
2) A probabilidade de conquistar o cargo mais alto	H3: Dentre os membros da <i>House</i> , para ambas as competições para o Senado e governo estadual, a proporção de oportunidades aceitas para concorrer a um cargo mais alto em situações onde nenhum incumbente está buscando reeleição será maior do que a proporção de oportunidades aceitas quando um incumbente está buscando reeleição.
	H4: Dentre os membros da <i>House</i> , para ambas as competições para o Senado e governo estadual, a proporção de oportunidades aceitas para concorrer a um cargo mais alto em estados considerados “seguros” para o partido da oposição ao do candidato será menor do que a proporção de oportunidades aceitas em estados considerados competitivos ou “seguros” para o próprio partido.
	H5: Dentre os membros da <i>House</i> , a probabilidade de concorrer a uma vaga no Senado será diretamente relacionada com a proporção da população estadual que a população do seu distrito compreende.
3) O valor de um assento na <i>House</i>	H6: A probabilidade de um membro da <i>House</i> concorrer a uma vaga no Senado ou no Governo do Estado é inversamente relacionada com a sua senioridade.
4) Aceitação do risco e ambição progressiva	H7: Se dois membros da <i>House</i> com oportunidades similares de buscar um cargo mais alto, e um deles é um “propenso ao risco” e o outro não, então o propenso ao risco terá maior probabilidade e concorrer para um cargo mais elevado que outro.

Fonte: Rohde, 1979.

As variáveis consideradas para a análise dos dados foram a extensão dos mandatos dos governadores, se um incumbente estava concorrendo para a reeleição para o cargo mais elevado de interesse, o grau de competitividade interpartidária no estado, o tamanho do estado, e a senioridade de cada deputado incumbente (ROHDE, 1979, p. 12–13). Além disso,

Rohde apresenta duas importantes definições empíricas para a operacionalização do seu problema de pesquisa. A primeira definição (ROHDE, 1979, p. 12) diz respeito aos deputados que tiveram oportunidade de concorrer para um cargo mais alto. Neste caso, são considerados os membros da *House* que eram membros do Congresso em um ano com eleições em seu estado de origem, seja para o Senado ou, para o governo estadual, e sempre que o cargo em questão estivesse sendo ocupado por um membro de outro partido ou que não houvesse um incumbente buscando a reeleição. A segunda definição (ROHDE, 1979, p. 14–15) diz respeito a como classificar os deputados como “*risk takers*”. Para este caso Rohde recomenda a utilização de informação sobre o comportamento prévio como *proxy* para a disposição ao risco. Com isso, tomando-se um momento anterior (t_1) em relação ao momento da eleição do deputado (t_2), buscou-se identificar as situações em que ele concorreu contra um incumbente de outro partido e perdeu a eleição, ou que nenhum incumbente estava concorrendo, mas na qual o outro partido obteve média de 57% ou mais dos votos em três eleições prévias.

As análises empíricas apresentadas por Rohde, apesar de limitadas por se basearem somente em tabulações cruzadas, apresentam evidências que sustentam a maioria das hipóteses aventadas. Em relação às hipóteses 1 e 2, existem evidências de que comparando-se a disposição para concorrer a um assento no Senado em relação à disposição a concorrer ao governo do estado de origem, a probabilidade de concorrer para o primeiro é maior o que para a segunda situação. E, quanto maior o mandato de governador, maior a chance de um deputado assumir a oportunidade de concorrer a este cargo. Em relação às hipóteses 3 e 4, considerando apenas a relação entre a probabilidade de vitória e a propensão ao risco as evidências não indicam um efeito claro da probabilidade de vitória, porém, quando incluído o tipo do cargo pretendido, percebe-se uma diferença significativa quando comparados os mesmos subgrupos, isto porque a concorrência ao Senado apresenta baixa probabilidade de oportunidades tomadas, enquanto que as disputas para o governo do estado oferecem maior probabilidade de oportunidades tomadas pelos deputados. A fim de testar a hipótese do efeito da densidade populacional do distrito (hipótese 5) sobre a probabilidade de alcançar o cargo mais alto, Rohde propõe a classificação dos estados em números de distritos (1-2, 3-6, 7-10, 11-19, e 22 ou mais)⁷, cujo resultado aponta para a sustentação a hipótese, especialmente pelo fato de que o percentual de oportunidades tomadas em estados com poucos distritos era claramente muito maior do que nos estados bastante fragmentados em vários distritos. Ademais, quando se adiciona o controle da propensão ao risco, percebe-se que dentre os mais

⁷ Segundo Rohde (1979, p. 19), nenhum estado apresentou 20 ou 21 distritos, portanto a categoria foi retirada da apresentação dos dados.

propensos ao risco, a proporção de oportunidades tomadas chegou a 45,9% para os deputados eleitos em estados entre 1 e 2 distritos.

As abordagens tanto de Schlesinger (1966), quanto de seus sucessores (BLACK, 1972; ROHDE, 1979) no estudo da ambição de carreiras nos EUA ao assumirem um referencial neoinstitucionalista da escolha racional, estão mais preocupadas em teorizar sobre as motivações e as ambições dos políticos em relação às suas carreiras. Além disso, fica evidente que a preocupação dos autores foi construir uma teoria aplicada ao caso norte americano, sem qualquer pretensão de aplicação em análises comparativas com outros contextos institucionais. No entanto, esse esforço de comparação segue adquirindo importância na medida em que se pretende aplicar a Teoria da Ambição também em outros países. Dada a construção conceitual da estrutura de oportunidades de carreira como dependente diretamente do arcabouço institucional de um país pode-se pensar em comparações diretas entre as estruturas de oportunidades e os padrões de carreira predominantes em cada contexto institucional.

Esse esforço comparativo, especialmente em contextos de países que adotaram um regime federalista, ganhou uma contribuição importante a partir das investigações de Jens Borchert (2009, 2011). O pressuposto de partida nesses trabalhos, baseados na abordagem iniciada por Schlesinger, é de que a competição por um cargo público possui regras fixas que proporcionam padrões que podem ser observados. Isso porque essas regras são em geral fornecidas por um dado arcabouço institucional. Com isso, os comportamentos tendem a se estruturar, a desenvolver uma lógica interna, que contribui para a sua reprodução no tempo (BORCHERT, 2009, p. 2). Com isso, o objetivo de ambos os estudos é fornecer um desenvolvimento conceitual e tipológico que permita refletir sobre os padrões de carreira em sistemas políticos federais ou altamente regionalizados.

O primeiro artigo (BORCHERT, 2009) possui uma preocupação mais empírica, e para isso, recorre à perspectiva comparada como forma de validação da tipologia conceitual construída para diferentes contextos institucionais. Neste artigo, o autor compara os padrões prevalentes de carreira em três sistemas federativos: Brasil, Alemanha e EUA. Já no segundo artigo (BORCHERT, 2011), a sua preocupação é muito mais conceitual, levando-se em consideração que este texto fez parte de um dossiê do periódico *Regional & Federal Studies* dedicado à discussão sobre padrões de carreira em países federativos, e organizado por Jens Borchert e Klaus Stolz. O artigo apresentado por Borchert teve o claro objetivo de fundamentar teoricamente e conceitualmente os demais trabalhos da coletânea. Por isso o seu didatismo na exposição e discussão dos elementos conceituais de uma abordagem sobre

padrões de carreira que leve em consideração sistemas políticos em que a conformação de níveis de governo, trazida pelo arranjo federativo, proporciona impactos significativos nos padrões de carreira apresentados.

A ideia principal da elaboração conceitual de Borchert (2011, p. 117) é de que as carreiras políticas, entendidas como trajetórias no tempo, implicam em "movimento" e "ligação". Ou seja, os indivíduos, enquanto políticos profissionais⁸, se movem dentro de uma hierarquia de cargos mais ou menos estruturada a depender do contexto institucional, ao mesmo tempo em que podem, com maior ou menor grau de liberdade, conquistar cargos diferentes dentro dessa estrutura hierarquizada, sendo que isso pode ocorrer de maneira simultânea ou sucessiva.

Da mesma forma que para Schlesinger, a ambição de carreira em Borchert (2009, 2011) é o elemento central para a compreensão dos comportamentos dos políticos dentro de um dado sistema. A premissa permanece a mesma, ou seja, de que a ambição política é o que motiva, é o que direciona os políticos para a conquista de cargos mais altos na hierarquia de preferências (BORCHERT, 2011, p. 119). Para isso, Borchert considera que as decisões de carreira são tomadas a partir da avaliação de três componentes em relação aos cargos de uma dada estrutura de oportunidades: a *disponibilidade*, a *acessibilidade* e *atratividade* (BORCHERT, 2011, p. 118). Isto é, a partir da avaliação do ator sobre um cargo de acordo com essas três componentes que vai configurar a sua carreira, e a recorrência de decisões de uma determinada maneira vai compreender o chamado padrão de carreira. Sendo que, de acordo com Borchert, essas componentes da decisão do ator serão determinadas "*pela forma como o estado, as instituições, a relação de representação e as organizações políticas são estruturadas*" (BORCHERT, 2011, p. 118).

Antes de prosseguir na discussão das componentes da estrutura de oportunidades é preciso apresentar os elementos que fundamentam a ambição do ponto de vista da busca por uma carreira profissional na política. Borchert (2011, p. 119), então, elenca três interesses comuns com os quais se deparam os atores no momento da definição de sua estratégia de carreira e que fundamentam a sua ambição política. O primeiro deles é a *remuneração*, que afeta a forma como os indivíduos enxergam a estrutura de oportunidades de carreira porque,

⁸ Essa premissa é importante pois é o que fundamenta a análise dos padrões de carreira. Sem a ideia de política como profissão como fundamento das escolhas e decisões dos atores seria praticamente impossível estabelecer qualquer teoria sobre as ambições de carreira, e por isso, essa literatura sobre ambições e padrões de carreira possui conexão direta com a literatura preocupada com o grau de institucionalização e de profissionalização dos sistemas políticos, em geral, e das suas instituições componentes, em específico. No entanto, é importante registrar que ambas as preocupações apesar de complementares não devem ser confundidas já que o objeto principal de observação se modifica, assim como as perspectivas teóricas e as variáveis explicativas mobilizadas para a explicação dessas diferentes dimensões.

somando-se o poder inerente ao cargo e elevado status social de sua ocupação, é preciso que um determinado cargo forneça um nível de rendimento atrativo para que os indivíduos se sintam motivados a permanecer na carreira política se comparados com os ganhos obtidos em qualquer outra ocupação, ou mesmo entre cargos diferentes (BORCHERT, 2011, p. 119–120).

Em segundo lugar, uma estrutura de oportunidades de carreira precisa oferecer *chances de manutenção da carreira*, ou seja, ao se deparar com os desafios da competição política por cargos é preciso que sejam oferecidas alternativas de permanecer na carreira política. Do contrário, todo o esforço de entrada na carreira perde o sentido. Do ponto de vista dos cargos eletivos, por exemplo, as regras eleitorais utilizadas para a seleção dos candidatos para as vagas de representação podem proporcionar ou não maior segurança na disputa política, especialmente em disputas sucessivas (BORCHERT, 2011, p. 120).

Por fim, as *perspectivas de avanço na carreira* estimulam a formação de uma carreira mais consolidada. Para isso é preciso que haja algum grau de hierarquização entre os cargos do ponto de vista do seu valor para um indivíduo que decide entrar na carreira política. Ou seja, quanto mais difícil para um novato conquistar cargos de maior prestígio e mais desejados, maior será o estímulo ao avanço na carreira, já que os indivíduos novatos buscarão, de um lado, permanecer na carreira política frente a oportunidades profissionais fora da carreira política, e de outro, planejarão suas estratégias de carreira com o objetivo de conquistar esses cargos de maior prestígio e mais desejados. Ou seja, uma estrutura de oportunidades fechada, ou pouco estratificada, proporcionaria carreiras políticas efêmeras.

Voltando às componentes da estrutura de oportunidades de carreira apresentadas por Borchert, a primeira delas, *disponibilidade*, é uma característica da estrutura como um todo e não apenas de um cargo específico. Ela diz respeito à quantidade de cargos políticos disponíveis num dado sistema político. Deste modo, se um sistema político é federalista ou altamente regionalizado, o número de cargos disponíveis aumenta, o que impacta significativamente na forma da estrutura de carreiras. Por outro lado, regras restritivas para o acesso a determinados cargos (como idade mínima, domicílio eleitoral, regras de incompatibilidade, e etc.) tendem a torná-los indisponíveis para grande parte dos indivíduos (BORCHERT, 2011, p. 121–122).

A segunda componente de avaliação da estrutura de oportunidades é a *acessibilidade* que se refere à facilidade com que certos cargos podem ser conquistados em relação a outros. Por exemplo, se um determinado cargo já possui um incumbente que tentará a reeleição, se a competição for direta, esse cargo se torna menos acessível para o candidato desafiante do que

se estivesse concorrendo para um cargo em que não há incumbente (BORCHERT, 2011, p. 122).

Por fim, a terceira componente, *atratividade*, se refere às características do cargo em si que fazem com que ele seja desejável. De acordo com o autor, essas características correspondem àquelas componentes que determinam a ambição, quais sejam: renda elevada, elevada chance de manutenção no cargo, e possibilidade de ascender na estrutura, assim como outros elementos menos diretos como poder, prestígio, visibilidade, influência política, assessoria, suporte técnico, etc. No entanto, o autor chama atenção para o fato de que uma elevada atratividade de um cargo pode reduzir a sua acessibilidade, já que torna mais difícil a entrada de candidatos novatos ou mesmo de candidatos oriundos de cargos mais abaixo na hierarquia de preferências (BORCHERT, 2011, p. 122–123).

Pode-se dizer que essas características foram de alguma forma exploradas anteriormente pela literatura, com seu ponto de partida na teoria da ambição e sua ênfase na identificação de uma estrutura de oportunidades que é informada tanto pelas características dos sistemas políticos, quanto pela avaliação relativa feita pelos políticos profissionais (BLACK, 1972; ROHDE, 1979; SCHLESINGER, 1966). A novidade apresentada por Borchert (2011) é uma reflexão mais detida sobre as características institucionais da estrutura de oportunidades de carreira. O autor propõe quatro divisões, de um ponto de vista analítico para a investigação dessa estrutura com vistas à construção de uma caracterização tipológica que permita a sua comparação com as estruturas de oportunidades presentes nos vários sistemas políticos. De acordo com o autor essa estrutura de oportunidades de carreira é dependente:

(i) da *estrutura do estado*, que se refere ao número de níveis de governo e suas competências (BORCHERT, 2011, p. 123–124), o que faz bastante sentido quando se analisam sistemas federativos, já que o número de cargos políticos disponíveis nesses sistemas, especialmente os eletivos, tende a ser maior se comparados com sistemas unitários;

(ii) da *estrutura das instituições políticas*, que se refere ao quanto institucionalizado está um determinado nível de governo, o que pode resultar em graus diferenciados de oportunidades para a construção de carreiras políticas, bem como o diferencial de poder entre instituições de um mesmo nível, o que pode dar origem a graus de atratividade diferenciados (BORCHERT, 2011, p. 124–126);

(iii) da *estrutura de representação*, que é dada pela conformação do sistema eleitoral, especialmente as regras que determinam o acesso a cargos eletivos, tornando-os mais ou menos acessíveis de acordo com o princípio de representação aplicado, ou seja, se as regras mudam radicalmente de um cargo para outro, o cargo de mais fácil acesso (com base no

sistema proporcional de lista aberta, por exemplo) se torna mais acessível em relação àquele de acesso mais restritivo (distrital majoritário, por exemplo) (BORCHERT, 2011, p. 126–127);

(iv) da *estrutura das organizações políticas*, que corresponde ao sistema de mediação de interesses que recruta candidatos, fornece suporte para suas campanhas, bem como coordena a competição (BORCHERT, 2011, p. 127–129). Os partidos políticos segundo o autor são o principal exemplo desse tipo de organização pois podem exercer todas as funções acima descritas, aumentando a acessibilidade e mesmo a atratividade de determinados cargos, além de fornecerem cargos em sua estrutura que podem servir tanto de treinamento para a competição por cargos públicos, quanto como uma salvaguarda para o caso de um revés na competição por estes cargos. Outro exemplo fornecido pelo autor são os grupos de interesses, que vão atuar mais ou menos de acordo com o grau de organização dos partidos bem como das regras eleitorais (em um sistema proporcional, a lista fechada favorece o papel central dos partidos, ao passo que a lista aberta possibilita uma maior atuação dos grupos de interesses), exercendo portanto as mesmas funções na sustentação das carreiras de um político descritas acima.

Portanto, para o autor é possível distinguir o padrão de carreira política de um determinado sistema político e a sua estrutura de oportunidades de carreira ao responder três perguntas: (i) "quanto movimento?"; (ii) "em que direção?"; e (iii) "qual o tipo de conexão entre cargos?".

Quanto à primeira pergunta, as dimensões de *acessibilidade*, *disponibilidade* e *atratividade* oferecem uma resposta, uma vez que a quantidade de movimento entre cargos em um sistema político pode ser reduzida de acordo com a *atratividade* e *acessibilidade* do cargo em posse, mas pode aumentar de acordo com a *disponibilidade* e *acessibilidade* dos demais cargos.

A direção do movimento entre os cargos disponíveis pode ser caracterizada em três categorias: (i) *unidirecional*, quando os cargos estão organizados em uma hierarquia claramente definida para todos os competidores com a consequência direta sobre as carreiras que tendem a seguir o mesmo fluxo em relação a cargos mais altos; (ii) *alternativa*, quando é possível identificar mais de uma hierarquia de atratividade que correspondem aos variados perfis de recrutamento e preferências dos atores; e (iii) *integrado*, quando as fronteiras entre os níveis de governo e tipos de instituições não são claramente definidas a ponto de criar um formato alternativo, sendo que os cálculos dos custos e benefícios por parte dos atores em relação aos cargos disponíveis são definidos conjuntamente.

Esta seção buscou fazer um resumo das principais contribuições teóricas e analíticas da teoria da ambição política que influenciaram em alguma medida a literatura brasileira sobre o tema. A próxima seção tem como objetivo apresentar um resumo da discussão sobre carreiras políticas no Brasil a partir do referencial teórico aqui apresentado, destacando-se os seus avanços na interpretação dos padrões de carreira a partir do contexto institucional brasileiro, bem como as possíveis lacunas que este trabalho pretende preencher do ponto de vista dos deputados estaduais como um posto intermediário entre os cargos disponíveis no plano local e os cargos disponíveis no plano nacional. Dessa forma, considerou-se que o cargo de deputado estadual é um posto chave para o entendimento da estrutura de oportunidades de carreira no Brasil dada a complexidade trazida por um sistema político que se organiza em três níveis de governo.

1.2.2. Carreiras políticas no Brasil e a dinâmica legislativa estadual

Quando falamos de padrões de carreira legislativa, a literatura sobre o tema no Brasil nos remete à discussão sobre o grau de profissionalização dos legislativos, e a principal preocupação se dá sobre a estabilidade da carreira legislativa. Essa preocupação em grande medida segue a premissa de Polsby (1968) de que o grau de profissionalização dos deputados diz muito sobre o grau de institucionalização da casa legislativa. Ou seja, se o cargo legislativo é desejável — o que segundo esse autor seria um resultado direto do grau de institucionalização —, então se pode esperar que houvesse pouca variação na composição do corpo legislativo, já que os deputados tenderiam a buscar a reeleição. Essa premissa levou alguns estudiosos a buscar os determinantes da reeleição, com vistas a explicar por que motivo alguns deputados buscam a reeleição e outros não, assim como, os determinantes do sucesso ou do fracasso nessa empreitada (LEONI; PEREIRA; RENNO, 2003; PEREIRA; RENNO, 2001, 2007a). No entanto, alguns pontos explorados pela literatura ainda merecem alguma discussão.

Primeiramente, há que se destacar o fato de que o um sistema federativo com três níveis de governo complexifica e muito as escolhas de carreira, especialmente pela possibilidade de se transitar entre os diferentes níveis de acordo com o cálculo que leva em consideração os benefícios e custos associados aos cargos disponíveis, bem como as chances de se conquistar o cargo pretendido.

Segundo Samuels (2002, 2003), com base numa análise das carreiras dos deputados federais brasileiros, a ambição de carreira política dos legisladores nacionais é progressiva e

direciona-se aos cargos executivos em nível estadual ou municipal (eletivos ou não eletivos) devido à concentração de poder e à quantidade de recursos ali disponíveis. Ou seja, com base na estrutura de oportunidades de carreira no Brasil os cargos legislativos seriam hierarquicamente inferiores aos cargos executivos, independentemente do nível de governo. Disso decorre que o cargo de prefeito seria preferível aos cargos de deputados federal ou estadual, o que apresentaria impactos claros sobre a taxa de renovação da Câmara dos Deputados. Somando-se a isso o fato de que no nosso sistema eleitoral proporcional de lista aberta os candidatos tendem a disputar votos com os seus correligionários de partido ou coligação, com base na leitura de Samuels, pode-se dizer que o sistema político brasileiro não cria incentivos à consolidação do corpo legislativo em nível nacional, raciocínio que pode ser estendido para as assembleias estaduais.

No entanto, um dos argumentos do presente capítulo é de que a motivação para a ambição progressiva dirigida ao nível local não pode ser tratada da mesma forma que a ambição progressiva dirigida aos níveis estadual e nacional. Do ponto de vista das preferências pelos cargos, bem como das estratégias de sobrevivência política, é possível imaginar que hajam dois circuitos de carreiras diferenciados entre os níveis local e estadual e entre este último e o nível nacional. No capítulo seguinte, esse argumento será melhor desenvolvido à luz da exploração da associação entre os padrões espaciais de votação e os padrões de carreira. Para o presente capítulo, é suficiente explorar a existência de dois circuitos separados de carreiras, um deles ancorado na dinâmica política local, e outro direcionado para a dinâmica política em níveis mais altos de governo.

Em segundo lugar, apesar dos incentivos identificados por Samuels (2002, 2003) para a renovação do corpo legislativo, as evidências empíricas mais recentes para a Câmara dos Deputados apontam para a predominância da tentativa de reeleição. Ao investigarem as razões de escolha de carreira dos deputados federais entre 1994 e 1998, Leoni, Perreira e Rennó (2003) constataram que o percentual de deputados que buscam a reeleição é bastante elevado, e a justificativa para o predomínio da tentativa de reeleição não está na natureza da ambição (se estática, conforme os dados indicam, em lugar de progressiva, conforme defende Samuels), mas sim no cálculo a partir do risco e dos custos de se aventurar em carreira progressiva, o que torna a ambição estática mais atrativa.

Em outro artigo, Perreira e Rennó (2001) indagam sobre os principais determinantes da reeleição dos deputados federais brasileiros, destacando a importância tanto dos aspectos políticos locais (grau de concentração da votação, grau de dominância, gasto de campanha, e a manutenção da base eleitoral, emendas e *pork barrel*, e apoio do governador) quanto dos

fatores políticos relacionados à dinâmica congressional (número de projetos, presença nas votações, posição na Câmara, senioridade, experiência prévia, posição ideológica do partido, posição no partido, mudança de partido, e apoio aos projetos do executivo).

Com base nesses resultados, os autores argumentam que tanto a atuação dos deputados no interior da Câmara, quanto o atendimento aos interesses específicos de certas localidades por meio das emendas orçamentárias individuais, apresentam impacto direto sobre as chances de reeleição. No entanto, os autores ressaltam em suas conclusões que é a atividade de concessão de recursos concentrados que de fato apresenta maiores retornos eleitorais, seguindo-se disso o argumento de que parece haver uma desconexão entre a atuação do deputado no interior da Câmara e o seu desempenho eleitoral.

Por fim, pouco se sabe sobre as carreiras no nível estadual, apesar de algumas hipóteses formuladas pelos estudos sobre a Câmara terem impacto direto sobre a expectativa em relação às carreiras parlamentares estaduais. De acordo com a estrutura de oportunidades de carreira apresentada por Samuels, o cargo de deputado estadual só está acima do cargo de vereador na hierarquia de preferências para cargos eletivos. Em estudo recente sobre as trajetórias de carreira em assembleias legislativas estaduais, Anastasia, Correa e Nunes (2012) também evidenciaram uma predominância de ambição estática, considerando os deputados estaduais das assembleias do Ceará, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul nas eleições de 1990, 1994, 1998 e 2002. Os autores chegam a mencionar uma análise das conexões eleitorais, entretanto, a estratégia metodológica adotada não permitiu resultados conclusivos sobre o impacto das conexões eleitorais sobre os padrões de carreira dos deputados estaduais. Uma das novidades incluídas pelos autores é a análise da trajetória anterior à legislatura de referência e da trajetória posterior, porém esses dois segmentos da carreira dos parlamentares foram analisados em separado e de forma agregada, o que não permite a construção de padrões de carreira da forma como será proposto mais a frente neste capítulo.

O trabalho mais completo sobre carreiras legislativas estaduais até o momento é Bertholini e outros (2013). Neste artigo os autores buscam evidências empíricas de que a profissionalização legislativa no nível estadual, medida a partir do percentual de renovação do quadro legislativo, levaria a uma maior eficiência e produtividade de seus deputados, assumindo como premissa que os legisladores que buscam a reeleição são incentivados a melhorar o seu ambiente profissional (BERTHOLINI et al., 2013, p. 5). A hipótese que guia o trabalho dos autores é que, quanto maior as chances de reeleição por conta de uma maior proposição de leis concernentes a políticas públicas relevantes e emendas orçamentárias, em comparação com aquelas de menor relevância, maior é o grau de profissionalização

(BERTHOLINI et al., 2013, p. 3). Essa hipótese está sustentada na teoria da ambição (BLACK, 1972; ROHDE, 1979; SCHLESINGER, 1966), ou seja, está baseada na premissa de que os deputados estaduais fazem um cálculo racional de custos e benefícios para sustentação de sua decisão de se reeleger, isto é, quanto maior o investimento na produção legislativa relevante, melhor o seu desempenho as vistas do seu eleitorado, e portanto, maiores são as suas chances de reeleição. Com base em uma análise descritiva, os autores mostram que a média geral para o Brasil dos deputados estaduais que buscaram a reeleição no período entre 2002 e 2010 foi de 74%. As taxas de reeleição para os estados apenas oscilaram em torno deste valor, já a taxa de sucesso variou consideravelmente entre os anos numa mesma assembleia, e entre as assembleias para o mesmo ano de referência (BERTHOLINI et al., 2013, p. 9). No entanto, as taxas de ambição estática calculadas podem estar infladas pelo fato dos autores terem desconsiderado as tentativas mal sucedidas nas eleições locais no interregno das duas eleições nacionais consideradas para o cálculo da respectiva taxa, conforme será explorado mais a frente neste capítulo. Para a análise multivariada os autores utilizaram o banco de dados de produção legislativa construído por Tomio e Ricci (2012a), e a partir de uma re-categorização dos projetos de lei, consideraram como projetos relevantes aqueles que estavam relacionados a políticas públicas, orçamento, finanças e administração pública (BERTHOLINI et al., 2013, p. 11). Porém, a escolha deste critério de relevância das proposições termina por enviesar a análise ao ignorar a possibilidade de que os projetos classificados como irrelevantes sejam considerados importantes para um deputado interessado em uma produção paroquialista. Essa escolha metodológica colocou os autores diante da situação de terem que rejeitar a sua hipótese de que uma maior aprovação de projetos irrelevantes impactaria negativamente nas chances de reeleição, ao passo que a hipótese de que uma maior aprovação de projetos relevantes impacta positivamente na chance de reeleição só apresenta resultados significativos para o ano de 2006 (BERTHOLINI et al., 2013, p. 15).

Fica evidente, a partir da breve apresentação aqui proposta, que a literatura está orientada para a discussão das carreiras políticas no âmbito nacional, o que reflete em parte a ênfase da ciência política brasileira no entendimento do funcionamento do legislativo nacional, sendo que só recentemente os legislativos estaduais e municipais têm recebido a atenção devida dos cientistas políticos brasileiros⁹. A partir das evidências encontradas até o momento, principalmente pela defesa da importância do federalismo no entendimento da

⁹ Para análise em relação a outros cargos conferir Barreto (2008), Lima e Barreto (2013), Maluf (2006, 2010) e Silva (2010).

carreira legislativa no âmbito nacional (SAMUELS, 2003), podemos constatar uma significativa conexão entre as preferências de carreira no âmbito nacional e nos demais níveis de governo. No entanto, apesar das conclusões da literatura apresentarem impactos sobre a discussão de ambições de carreira no plano estadual e municipal, argumenta-se aqui que o atual estado da arte sobre a estrutura de oportunidades de carreira política no Brasil não dá conta da diversidade de incentivos oriundos do nosso sistema eleitoral.

Portanto, diferentemente dos trabalhos anteriores, buscou-se explorar neste capítulo as trajetórias de carreira dos deputados estaduais a partir de uma estrutura de oportunidades de carreira diferente daquela apresentada por Samuels (2003). Além disso, o contexto institucional nos legislativos estaduais apresenta grande diferença em relação à Câmara dos Deputados, implicando assim em diferentes incentivos para a carreira legislativa quando comparamos as ambições de carreira nos dois níveis. Além disso, a dinâmica legislativa estadual tem sido pouco abordada na ciência política brasileira em comparação com o que se produziu sobre a Câmara dos Deputados, principalmente para o período após a redemocratização.

Num primeiro momento, os diagnósticos da dinâmica legislativa estadual apontavam para o papel chave exercido pelos governadores na dinâmica política estadual e com reflexos na representação política no interior da Câmara, subordinando os deputados aos interesses do governador. A tese do *ultrapresidencialismo estadual* chamava atenção justamente para o domínio exercido pelos governadores sobre suas bancadas estaduais devido ao controle que tinham sobre as bases eleitorais (ABRUCIO, 1998). Este controle se dava na medida em que os governadores concentravam recursos que poderiam ser mobilizados, seja para sustentar aliados políticos, por meio da participação em secretarias estaduais ou por meio da promoção de obras nos redutos eleitorais de aliados políticos, seja para enfraquecer as bases eleitorais dos adversários, atribuindo ao nome do candidato aliado a responsabilidade por obras ou verbas destinadas ao distrito do adversário.

No entanto, as transformações no cenário macroeconômico nacional, e, principalmente, no cenário econômico dos estados a partir de 1994, colocam problemas para a sustentação da tese do *ultrapresidencialismo estadual* nos dias de hoje. Ou seja, se de fato os mecanismos institucionais criados na Constituição Federal de 1988 centralizam poder de agenda em torno do executivo estadual, por outro lado, os estados não dispõem mais dos mesmos recursos que apresentavam nos anos iniciais da redemocratização.

Recentemente, Tomio e Ricci fizeram um extenso levantamento sobre a produção legislativa estadual¹⁰ no qual constataram, em primeiro lugar, uma clara diferença na dinâmica legislativa entre a Câmara dos Deputados e as assembleias investigadas; em segundo lugar, uma clara diferença na dinâmica decisória entre as assembleias legislativas consideradas; e por fim, uma diferença na dinâmica decisória em uma mesma assembleia legislativa quando considerados diferentes períodos constitucionais (TOMIO; RICCI, 2009; 2010; 2012a, 2012b).

Duas conclusões podem ser obtidas a partir das do estudo de Tomio e Ricci (2010, p. 24): por um lado, os autores apontam para a importância das regras institucionais na interpretação da produção legislativa estadual, destacando-se a limitação do escopo normativo estadual e a presença de executivos estaduais com fortes poderes proativos e prerrogativas legislativas. Disto resulta que cabe aos legisladores estaduais pouca competência legislativa, em geral sobre matérias de efeito distributivo limitado ou de caráter honorífico. Por outro lado, os autores destacam que, apesar dessas limitações descritas acima, há espaço para um protagonismo legislativo em matérias de escopo mais geral, o que torna a interpretação da dinâmica legislativa estadual um pouco mais complexa do que leva a crer a tese de Abrucio (1998).

Por outro lado, do ponto de vista das percepções, comportamentos e atitudes dos deputados estaduais, Castro, Anastasia e Nunes (2009, p. 986) confirmam a relevância da existência de uma base eleitoral definida e/ou de um grupo de apoiadores consistentes¹¹ para o comportamento particularista dos deputados estaduais em doze estados da Federação. Este resultado indica que para uma parte significativa dos deputados estaduais entrevistados por meio de *survey* a relação com a sua base eleitoral importa em grande medida para o seu comportamento parlamentar. No entanto, os próprios autores apontam em suas considerações finais que a análise apresentada não tem como foco (ainda que por limitação dos dados

¹⁰ Antes da pesquisa de Tomio e Ricci, os aspectos institucionais do processo legislativo nos estados, assim como o papel do Legislativo estadual em relação ao poder Executivo, já haviam sido objeto de investigação por parte de alguns estudos, cujos resultados foram organizados em uma coletânea intitulada de “O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência” (SANTOS, 2001). No entanto, a possibilidade de comparação entre as assembleias é limitada, já que cada estudo enfatizou um aspecto diferente do processo decisório.

¹¹ Os autores partiram da perspectiva teórica de Arnold (1990) aplicada à U. S. House of Representatives, segundo a qual o congressista norte-americano não está apenas orientado para uma lógica distributivista com vistas à reeleição, já que a sua decisão pode apresentar variações de acordo com o contexto decisório. Para isso, precisa estar consciente da posição a ser tomada, assim como, dos possíveis efeitos da sua decisão (ARNOLD, 1990, p. 82). E, além disso, o deputado precisa conhecer em grande medida as preferências por políticas dos públicos atentos envolvidos com a matéria em pauta, bem como, das preferências potenciais dos públicos desatentos. Um atalho informacional para este cálculo é conhecer as preferências dos seus apoiadores consistentes.

utilizados) a distribuição espacial das votações dos deputados como forma de verificar se as suas opiniões são coerentes com as suas conexões eleitorais, e nem de que modo estas se articulam em diferentes contextos decisórios.

Em suma, o impacto da dimensão institucional endógena sobre o comportamento dos parlamentares estaduais, no que se refere às suas estratégias de carreira, parece bastante claro. Se de um lado o legislativo estadual não proporciona um cargo atrativo do ponto de vista da capacidade legislativa limitada e devido ao forte poder de agenda do executivo estadual, por outro lado, e de acordo com a opinião dos próprios deputados, a sua base eleitoral teria grande importância para o comportamento nas assembleias. Portanto, a relação dos deputados com o seu eleitorado não deveria ser desconsiderada na análise das estratégias de carreira.

Sendo assim, resta saber se é possível identificar algum padrão de estabilidade nas carreiras no legislativo estadual, ou se esse cargo é apenas um trampolim para postos mais elevados em nível federal, ou mesmo, se o padrão de carreira predominante é o “vai-e-vem” entre o legislativo estadual e os executivos municipais. Com isso, é notória a necessidade de se explorar os padrões de carreira dos deputados estaduais tendo como foco as diferentes conexões eleitorais apresentadas, hipótese que será desenvolvida no próximo tópico.

1.3. Metodologia: Identificando as trajetórias de carreira dos deputados

Objetivo desta seção é a busca por uma taxonomia dos padrões de carreira dos deputados estaduais eleitos em 2010 nas 26 assembleias legislativas estaduais¹². Para chegar a esses padrões, em primeiro lugar, é preciso identificar as trajetórias de carreira dos deputados estaduais eleitos em 2010 nas assembleias legislativas consideradas, realizando-se uma análise qualitativa dos resultados das eleições de 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014. Ou seja, para cada deputado eleito em 2010 identificou-se as seguintes situações: (i) se concorreu em alguma (ou em ambas) das duas eleições anteriores ao ano de referência, e (ii) se concorreu em alguma (ou em ambas) das duas eleições posteriores ao ano de referência.

Identificadas as participações nas eleições para os anos selecionados, considerou-se também as seguintes informações: qual o cargo disputado, e se foi eleito ou não. Conforme dito anteriormente, para a análise das ambições de carreira os casos mal sucedidos em

¹² Para esta análise descartou-se a Câmara Legislativa do Distrito Federal devido à sua função *sui generis* em relação às demais assembleias legislativas, já que o Distrito Federal é um território nacional que não se subdivide em municipalidades. Por conseguinte, a CLDF acumula as prerrogativas dos órgãos legislativos estaduais e municipais, o que impossibilita a comparação direta com as casas legislativas dos demais estados da federação. Além disso, pelo fato do Distrito Federal acumular as funções de estado e município, não possuímos cargos eletivos em nível municipal, o que impossibilita a comparação dos padrões de carreira dos deputados distritais com os demais deputados estaduais.

disputas posteriores ao ano de referência não serão excluídos da análise, já que o interesse em disputar o cargo em questão já seria um indicativo do interesse em assumir o cargo pretendido¹³.

Para a identificação das ambições, mantiveram-se os termos de ambição progressiva, estática, regressiva¹⁴, e discreta, por serem aqueles que melhor se adéquam às opções disponíveis aos deputados estaduais. Em seguida, caracterizou-se a ambição em cada um dos segmentos da trajetória assumindo a seguinte hierarquia de preferência em cargos eletivos, tomando-se como base a utilidade obtida pela conquista desses cargos (SAMUELS, 2003): Governador é preferível a Senador, que é preferível a Prefeito, que é preferível a Dep. Federal, que é preferível a Dep. Estadual, e que, por fim, é preferível ao cargo de Vereador. Além disso, buscou-se discriminar as categorias de ambição para fins analíticos de acordo com o nível de governo do cargo (nacional, estadual ou local). Com isso, a ideia é que seja possível separar a ambição progressiva em nível nacional (deputado federal e senador) da ambição progressiva em nível local (prefeitos). Como resultado, chegou-se a sete categorias de classificação dos segmentos de trajetória em relação à natureza da ambição e ao nível de governo de referência: progressiva nacional, estadual ou local, estática, e regressiva nacional, estadual ou local.

A partir dessa caracterização da ambição em cada segmento de trajetória buscou-se separar alguns grupos de trajetória em relação ao percurso anterior à chegada à assembleia em 2010. E, dentro desses grupos, buscou-se identificar o percurso posterior à legislatura de referência como forma de capturar a ambição preponderante da carreira do deputado considerando-se a trajetória como um todo. É importante ressaltar que essa tipologia é construída com base na hierarquia de preferências pelos cargos que é definida de acordo com os benefícios obtidos, tal como propôs Samuels (2003). A caracterização da ambição identificada em cada segmento de trajetória tem como objetivo mostrar a dificuldade de

¹³ Não se pode ignorar a existência de estratégias partidárias, da influência das características da competição no nível local, bem como de efeitos *coattail* exercidos tanto pelas campanhas presidenciais quanto para governador, no condicionamento das pretensões de carreira dos deputados, e das chances de obter sucesso na disputa. Esses fatores são explorados nos capítulos subsequentes, no entanto, cabe registrar que para os objetivos deste capítulo basta a identificação dos diferentes padrões de carreira e ambição de carreira.

¹⁴ O termo *ambição regressiva* é um oxímoro, como destacaram Leoni, Pereira e Rennó (2003, p. 59), ao destacar o caráter realista do cálculo subjacente à decisão de se escolher concorrer a um cargo mais abaixo na hierarquia de preferências, o que configuraria um paradoxo em termos de sua ambição. No entanto, ao longo deste capítulo ficará claro que a opção dos autores pelo uso do termo aqui reproduzido decorre da dificuldade de se compreender a natureza da ambição com apenas dois pontos no tempo. A manutenção do termo neste trabalho tem o objetivo de reforçar o argumento em favor da necessidade de se aumentar o recorte temporal ao analisar estratégias de carreira numa estrutura complexa de oportunidades de carreira.

caracterização da ambição com apenas dois pontos no tempo. O resultado dessa classificação pode ser visto no Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação das trajetórias de carreira dos deputados estaduais de acordo com a origem e ambição de carreira predominante.

	2006	2008	2010	2012	2014	
1	Deputado Estadual			(PN) → Dep. Fed./Senador	1.1	
				(PE) → Governador	1.2	
				(PL) → Prefeito (RN) → Dep. Federal	1.3	
				(E) → Dep. Estadual	1.4	
				(PL) → Prefeito (RE) → Dep. Estadual	1.5	
				(PL) → Prefeito	1.6	
2	Vereador → (PE) → Deputado Estadual			(PN) → Dep. Fed./Senador	2.1	
	Deputado Estadual			(PE) → Governador	2.2	
				(PL) → Prefeito (RN) → Dep. Federal	2.3	
				(E) → Dep. Estadual	2.4	
				(PL) → Prefeito (RE) → Dep. Estadual	2.5	
				(PL) → Prefeito	2.6	
3	Prefeito de 2004 a 2008 Prefeito → (RE) → Deputado Estadual			(PN) → Dep. Fed./Senador	3.1	
	Deputado Estadual			(PE) → Governador	3.2	
				(PL) → Prefeito (RN) → Dep. Federal	3.3	
				(E) → Dep. Estadual	3.4	
				(PL) → Prefeito (RE) → Dep. Estadual	3.5	
				(PL) → Prefeito	3.6	
4	Deputado Estadual → (E) → Deputado Estadual			(PN) → Dep. Fed./Senador	4.1	
	Deputado Estadual			(PE) → Governador	4.2	
				(PL) → Prefeito (RN) → Dep. Federal	4.3	
				(E) → Dep. Estadual	4.4	
				(PL) → Prefeito (RE) → Dep. Estadual	4.5	
				(PL) → Prefeito	4.6	
5	Deputado Estadual → (PL) → Prefeito → (RE) → Deputado Estadual			(PN) → Dep. Fed./Senador	5.1	
	Deputado Estadual			(PE) → Governador	5.2	
				(PL) → Prefeito (RN) → Dep. Federal	5.3	
				(E) → Dep. Estadual	5.4	
				(PL) → Prefeito (RE) → Dep. Estadual	5.5	
				(PL) → Prefeito	5.6	
6	Deputado Estadual → (RL) → Vereador → (PE) → Deputado Estadual			(PN) → Dep. Fed./Senador	6.1	
	Deputado Estadual			(PE) → Governador	6.2	
				(PL) → Prefeito (RN) → Dep. Federal	6.3	
				(E) → Dep. Estadual	6.4	
				(PL) → Prefeito (RE) → Dep. Estadual	6.5	
				(PL) → Prefeito	6.6	
7	Dep. Federal, Senador ou Governador → (RL) → Prefeito (RL) → Vereador (RE) → Deputado Estadual			(PN) → Dep. Fed./Senador	7.1	
	Deputado Estadual			(PE) → Governador	7.2	
				(PL) → Prefeito (RN) → Dep. Federal	7.3	
				(E) → Dep. Estadual	7.4	
				(PL) → Prefeito (RE) → Dep. Estadual	7.5	
				(PL) → Prefeito	7.6	

Nota: (PN) ambição progressiva nacional, (E) progressiva estadual, (PL) progressiva local, (E) estática, (RE) regressiva estadual, e (RL) regressiva local. As linhas pontilhadas significam uma tentativa claramente frustrada para determinado cargo.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014.

Em relação ao percurso anterior à chegada à assembleia legislativa (origem) foi possível identificar sete grupos de trajetórias. O primeiro grupo compreende os deputados *novatos* na carreira política que se elegeram pela primeira vez para o cargo de deputado estadual em 2010. O segundo grupo compreende os deputados que disputaram o cargo de *vereador* (eleitos ou não) nas eleições de 2008. O terceiro grupo compreende aqueles que disputaram as eleições para o cargo de *prefeito* em 2008, incluindo também aqueles que exerciam o seu segundo mandato de prefeito entre os anos de 2004 e 2008, não podendo disputar novamente para o mesmo cargo¹⁵. O quarto grupo compreende os indivíduos que disputaram as eleições para *deputado estadual* em 2006 (eleitos ou não) e não disputaram nenhum cargo nas eleições de 2008. Já o quinto grupo compreende os indivíduos que não só disputaram as eleições de 2006 para *deputado estadual* (eleitos ou não), mas também disputaram o cargo de *prefeito* nas eleições de 2008. O sexto grupo compreende o conjunto de deputados que disputaram para o cargo de *vereador* nas eleições de 2008, mesmo tendo disputado sem sucesso o cargo de *deputado estadual* na eleição anterior¹⁶. Por fim, o sétimo e último grupo compreende os deputados que disputaram sem sucesso cargos mais altos na hierarquia de preferências nas eleições de 2006 como deputado federal, senador, ou governador do estado¹⁷.

Quanto ao percurso posterior à eleição dos deputados de 2010, as trajetórias apresentadas pelos deputados foram classificadas de acordo com o cargo de destino nas eleições de 2014, considerando também a disputa para cargos locais nas eleições de 2012. A proposta então é conseguir identificar os deputados que consideraram participar da disputa local no intervalo das eleições nacionais, fato não capturado nos estudos que têm como foco a reeleição (PEREIRA; RENNÓ, 2001, 2003, 2007a, 2007b). Com isso o primeiro grupo consiste naqueles deputados que disputaram para o cargo de *deputado federal* ou *senador* nas eleições de 2014, sendo eleitos ou não, o que implica em ambição progressiva direcionada ao nível nacional. O segundo grupo é formado por aqueles deputados estaduais que concorreram ao cargo de *governador* dos seus estados também nas eleições de 2014, implicando em uma ambição progressiva agora direcionada ao nível estadual. O terceiro grupo é formado por aqueles deputados que buscaram a reeleição nas eleições de 2014, simbolizando uma ambição estática pura. Já o quarto grupo se diferencia do anterior por considerar aqueles deputados que

¹⁵ Apesar destes indivíduos não estarem exercendo cargo eletivo no momento da disputa em 2010, optou-se por incluí-los no terceiro grupo por partilharem de trajetória de entrada semelhante dos demais no grupo.

¹⁶ Portanto, pela natureza regressiva da ambição neste segmento de trajetória, de deputado estadual para vereador, decidiu-se por separar esse conjunto de deputados do quinto grupo, apesar de ambos representarem ambição local.

¹⁷ Neste grupo foram incluídos os indivíduos que disputaram cargos locais nas eleições de 2008, já que, independentemente de terem concorrido para um cargo no executivo local, a trajetória de entrada é predominantemente regressiva.

disputaram o cargo de prefeito nas eleições de 2012 (o que significa um segmento de trajetória de ambição progressiva direcionada ao nível local), mas que foram derrotados nessa empreitada. Com essa derrota, apresenta-se como alternativa a busca pela reeleição nas eleições de 2014, o que em termos de segmento de trajetória significaria uma ambição estática. Como será visto em seguida, este é o grupo de deputados que apresenta um claro desafio para o estudo da ambição de carreira por conta de escolhas tão diferenciadas (senão contraditórias, do ponto de vista da ambição) em termos de carreira num período muito curto de tempo. O quinto grupo consiste naqueles deputados que foram vitoriosos na disputa para o cargo de prefeito nas eleições de 2012, o que simboliza uma ambição progressiva direcionada ao nível local de governo. A inclusão desse grupo é, portanto, uma das principais contribuições deste trabalho, ao permitir verificar a tese da conexão eleitoral para o caso dos deputados que apresentaram algum grau de territorialização concentrada da sua votação, como será desenvolvido no próximo capítulo. Por fim, os deputados que não concorreram em nenhuma das eleições posteriores formam um último grupo. Optou-se por não nomear esse grupo como aposentadoria, pois nem todos os deputados se abstiveram dessas disputas por decisão de abandono da carreira. É possível, em alguns casos, que estes deputados tenham conquistados cargos públicos não-eletivos que poderiam ser considerados na caracterização da estrutura de oportunidades de carreira, o que obviamente não pode ser considerado como abandono da carreira política ou aposentadoria. No entanto, pela indisponibilidade de dados confiáveis para todos os deputados, optou-se por uma classificação neutra de *retirada* da disputa, na expectativa de que futuramente essa decisão de carreira possa ser melhor explorada. Apesar desta limitação, considerou-se que a amplitude de cargos eletivos disponíveis aos deputados estaduais é suficiente para a caracterização da parte mais significativa da sua estrutura de oportunidades de carreira.

Portanto, resta saber qual seria a ambição predominante da carreira dos deputados estaduais eleitos em 2010, já que os seus percursos, tanto de entrada, quanto de saída, foram bastante diversos do ponto de vista dos segmentos de carreira, o que corresponde à diversidade de opções disponíveis de trajetória de carreira política em cargos eletivos num sistema federativo organizado em três níveis de governo. Deste modo, foram consideradas de *ambição progressiva direcionada ao nível nacional* as trajetórias em que o deputado concorreu para os cargos de deputado federal ou senador nas eleições de 2014; já as trajetórias em que os deputados concorreram para o cargo de governador dos seus estados nas eleições de 2014 foram consideradas como *ambição progressiva direcionada ao nível estadual*. Foram consideradas de *ambição puramente estática* as trajetórias em que o deputado disputou

diretamente a reeleição para o cargo de deputado estadual nas eleições de 2014; já as trajetórias em que o deputado concorreu sem sucesso para o cargo de prefeito nas eleições de 2012, antes de concorrer à reeleição em 2014 foram consideradas como *ambição pseudo-estática*. Foram consideradas de *ambição progressiva direcionada ao nível local* as trajetórias em que o deputado concorre de maneira vitoriosa para o cargo de prefeito nas eleições de 2012, bem como aquelas em que mesmo não se elegendo o indivíduo opta por não concorrer ao cargo de deputado estadual novamente nas eleições de 2014. E, por fim, caso o deputado o deputado tenha se retirado da disputa por cargos eletivos nas eleições de 2012 e 2014, a sua ambição foi classificada como sendo *discreta*.

Com base na classificação, na próxima seção buscar-se-á explorar empiricamente a construção dos padrões de carreira dos deputados estaduais como forma de melhor descrever a constituição da estrutura de oportunidades de carreira do ponto de vista dos detentores de cargos legislativos no nível estadual.

1.4. Resultados

Nesta seção buscou-se analisar os resultados da identificação dos padrões de carreira descritos na seção anterior. O primeiro passo é verificar a distribuição dos deputados estaduais eleitos em 2010 de acordo com a sua trajetória de origem, ou seja, de acordo com a sua presença ou ausência nas disputas por cargos eletivos nas eleições de 2006 e 2008.

Tabela 1 - Trajetória de origem dos deputados estaduais eleitos em 2010

	Frequência	Percentual
Novatos	167	16,1
Vereador em 2008	75	7,2
Prefeito em 2008*	63	6,1
Dep. Estadual em 2006	587	56,7
Dep. Estadual em 2006 e Prefeito em 2008	83	8,0
Dep. Estadual em 2006 e Vereador em 2008	30	2,9
Dep. Federal, Senador ou Governador** em 2006	30	2,9
Total	1.035	100

(*) Nesta categoria foram incluídos os prefeitos que terminando o segundo mandato em 2008 não poderiam concorrer à reeleição, e o cargo de deputado estadual se tornou uma possibilidade viável de manutenção da carreira política.

(**) Apenas dois dos trinta deputados concorreram ao Governo de seus estados em 2006, e apenas dois deputados concorreram a uma vaga no Senado.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006, 2008 e 2010.

Considerando-se todos os deputados estaduais eleitos em 2010, quando se acompanha a sua trajetória de origem em relação à competição nas eleições anteriores, o que se percebe é que a maioria desses deputados (56,7%) concorreu para o mesmo cargo nas eleições de 2006 sem terem passado pela disputa local em 2008. Sendo que destes indivíduos 83,3% (489 deputados) haviam sido bem sucedidos na disputa em 2006, o que faz com que a taxa de renovação direta das assembleias legislativas estaduais seja de 47,3%, ou seja, em média, pouco menos da metade das assembleias legislativas estaduais em 2010 é formada por deputados que buscaram a reeleição diretamente.

Chama a atenção o percentual de deputados estaduais eleitos em 2010 que não concorreram a nenhum cargo nas eleições anteriores. Ou seja, dentre os 1.035 deputados estaduais eleitos em 2010, 167 deles (16,1%) não exerciam cargo eletivo anterior à disputa bem sucedida ao cargo de deputado estadual. Esse resultado diz muito sobre a permeabilidade dos legislativos estaduais à entrada de novatos na carreira política, apesar da experiência política anterior não estar plenamente controlada, ou seja, ainda é possível que estes deputados tenham exercido algum cargo eletivo em algum momento anterior ao recorte temporal aqui proposto. No entanto, é bastante provável que a maioria destes deputados sejam realmente novatos na carreira política.

Outro resultado interessante de ser observado é que dentre os 83 deputados eleitos em 2010 que disputaram, tanto o cargo de deputado estadual em 2006, quanto o de prefeito em 2008, a taxa de sucesso em 2006 foi um pouco menor (79,5%) do que a dos deputados estaduais que buscaram a reeleição diretamente (83,3%). Ou seja, apenas 20,5% desses indivíduos concorreram nas eleições de 2008 porque não haviam sido eleitos anteriormente, enquanto que os demais já haviam conquistado os seus mandatos de deputados estaduais e ainda assim concorreram para uma vaga no executivo municipal. Disso decorre que 6,4% dos deputados da legislatura eleita em 2010 competiram para o cargo de prefeito em 2008 mesmo com os seus mandatos de deputado estadual assegurados na eleição anterior. Esse fato é possível já que os deputados estaduais não precisam abrir mão de seus mandatos para concorrer a um cargo eletivo no executivo municipal. Além disso, é importante registrar que dos 83 candidatos a deputado estadual (eleitos ou não) em 2006 apenas dois obtiveram sucesso na busca pelo cargo de prefeito em 2008. Este caso demonstra que a classificação da ambição com apenas dois pontos no tempo pode se tornar uma tarefa bastante difícil. Não se pode descartar, por exemplo, a possibilidade de que um político concorra ao cargo de prefeito apenas para manter ativa a sua imagem perante o seu eleitorado, enquanto a sua ambição estaria direcionada para o cargo de deputado estadual. Por isso, argumenta-se da importância

de se combinar a trajetória de origem com a trajetória de destino como forma de melhor qualificar a ambição predominante da carreira.

Por outro lado, todos os 30 deputados de 2010 que concorreram ao cargo de deputado estadual em 2006 e ao cargo de vereador em 2008 (2,9% dos deputados eleitos em 2010) não foram bem sucedidos na primeira eleição para deputado estadual e viram, no cargo de vereador, uma possibilidade de manutenção na carreira política, sendo bastante elevada a taxa de sucesso nessa alternativa com 83,3%.

Outra parte significativa dos deputados estaduais eleitos em 2010 participou da disputa por cargos locais em 2008 sem ter participado das eleições de 2006. Igualmente recém-chegados nas assembleias, esses deputados somam 13,3% dos deputados estaduais. No entanto, esse grupo de oriundos da disputa no nível local se caracteriza por duas situações completamente distintas. Parte desses deputados (7,2% do total) havia concorrido ao cargo de vereador nas eleições de 2008, sendo que destes 75 deputados, 82,7% havia sido bem sucedido na disputa. Isto é, são indivíduos que já haviam assegurado suas vagas nos legislativos municipais e provavelmente consideraram que haviam obtido um desempenho eleitoral suficiente para abandonar o mandato conquistado e buscar o próximo cargo na hierarquia. A outra parte desses deputados (6,1% do total), ou concorreu ao cargo de prefeito em 2008 (19 para o primeiro mandato e 7 para o segundo mandato), ou estavam terminando o seu segundo mandato em 2008 (37 deputados). Para estes últimos, a justificativa para a sua inclusão neste grupo é que, na impossibilidade de outra reeleição, a candidatura a um cargo no legislativo estadual se tornou uma alternativa viável, ainda que inferior na hierarquia de preferências. E dentre esses 26 indivíduos que puderam concorrer em 2008, apenas um deles foi eleito para o seu segundo mandato, abandonando-o dois anos depois para concorrer ao cargo de deputado estadual, provavelmente antecipando-se à dificuldade na continuidade da carreira em decorrência da proibição de nova reeleição. Os 19 indivíduos que concorreram sem sucesso para o primeiro mandato de prefeito em 2008, também podem ser contados no rol de *novatos* nas assembleias pois não apresentaram experiência política em cargos eletivos no período estudado.

Por fim, restam os 30 deputados estaduais eleitos em 2010 que disputaram algum cargo mais alto nas eleições de 2006, sendo que dois deles haviam disputado sem sucesso o cargo de governador, e três deles, também sem sucesso, haviam disputado o cargo de senador. Dos 25 indivíduos restantes neste grupo, apenas três haviam sido bem sucedidos na conquista de um cargo de deputado federal. Esse grupo também apresenta um grande desafio em relação a

classificação em termos de ambição, que só é possível com a investigação da trajetória de destino.

Portanto, o segundo passo metodológico para a identificação da ambição de carreira é verificar então a distribuição dos deputados estaduais eleitos em 2010 segundo a sua trajetória de destino (presença ou ausência nas disputas por cargos eletivos nas eleições de 2012 e 2014). Esse é o passo determinante da investigação das ambições de carreira dos deputados estaduais já que o ponto final da sua trajetória diz muito sobre a sua hierarquia de preferências entre os cargos disponíveis, ao mesmo tempo em que diz muito sobre a estrutura de oportunidades de carreira, já que as decisões são condicionadas por essa estrutura que leva em consideração os custos e benefícios de obtenção de um determinado cargo.

Tabela 2 - Trajetória de destino dos deputados estaduais eleitos em 2010

	Frequência	Percentual
Dep. Federal e Senador* em 2014	71	6,9
Governador em 2014	7	0,7
Prefeito em 2012 e Dep. Federal em 2014	11	1,1
Dep. Estadual em 2014	648	62,6
Prefeito em 2012 e Dep. Estadual em 2014	96	9,3
Prefeito em 2012	73	7,1
Retirou-se	129	12,5
Total	1.035	100

(*) Apenas quatro dos 71 dep. estaduais disputaram cargos no Senado.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010, 2012 e 2014.

Ao observar a trajetória de destino, a primeira coisa que se nota é que a tentativa de reeleição é predominante e bastante mais elevada do que as demais opções de trajetórias de carreira, ao todo 62,6% dos deputados estaduais eleitos em 2010 buscaram diretamente a reeleição em 2014, e com uma taxa de sucesso de 74,5% (483 deputados).

Por outro lado, se verifica um número significativo de deputados que se arriscaram na competição local para o cargo de prefeito em 2012. Ao todo, 17,4% dos deputados estaduais eleitos em 2010 se arriscaram nessa empreitada. No entanto, esses deputados se encontram em situações bastante distintas em relação ao seu destino final. 1,1% do total de deputados eleitos em 2010, buscaram sem sucesso o cargo de prefeito em 2012, e posteriormente buscaram uma vaga de deputado federal em 2014, com uma taxa de sucesso de 72,7% (8 deputados). Ao passo que 9,3% dos deputados estaduais de 2010 buscaram também sem sucesso um cargo de prefeito em 2012, no entanto, diferente do grupo anterior, buscaram posteriormente uma vaga de deputado estadual nas eleições de 2014, com uma taxa de

sucesso um pouco menor, cerca de 66,7%. Por fim, dos 7,1% dos deputados que optaram por concorrer somente nas eleições de 2008, 83,6% conseguiram ser bem sucedidos na sua escolha, sendo 47 eleitos em primeiro turno e 14 eleitos em segundo turno, e os 12 deputados restantes ficam fora da disputa por cargos nas eleições de 2014¹⁸. Com isso, considerando-se os três grupos, a taxa de sucesso total para os deputados estaduais que buscaram um cargo de prefeito nas eleições de 2012 foi de apenas 33,9%.

Considerando apenas os deputados que buscaram um cargo de deputado federal ou senador nas eleições de 2014, verificou-se que apenas 6,9% dos deputados estaduais de 2010 optou por se arriscar na disputa para um cargo eletivo em nível nacional. Desses 71 indivíduos, apenas 64,8% foi bem sucedido, enquanto os demais ficaram sem cargos eletivos até pelo menos a próxima eleição municipal. Importante considerar que esses 6,9% de candidatos a cargos eletivos em nível nacional são responsáveis por parte da renovação das assembleias estaduais, ou seja, a expectativa de uma ascensão na estrutura de oportunidades de carreira pode contribuir para a renovação do corpo legislativo estadual. E podemos somar a isso os deputados que se arriscam na disputa por um cargo no executivo estadual, que além de serem em número bastante reduzido (apenas sete concorrentes), nenhum indivíduo foi bem sucedido nessa disputa. No que se refere à ambição progressiva estadual foram poucos os registros – apenas sete concorrentes. E menor ainda o sucesso: ninguém se elegeu. Esse resultado indica que a ascensão para o cargo de governador de um estado não é uma tarefa fácil para políticos oriundos dos legislativos estaduais.

Por fim, outros 12,5% dos deputados estaduais eleitos em 2010 não buscaram nenhum cargo, seja nas eleições de 2012, seja nas eleições de 2014. E assim como os concorrentes para cargos mais altos, a saída desses deputados da disputa eleitoral também contribui para a renovação dos legislativos estaduais.

Na tabela abaixo são apresentadas as várias combinações de trajetória de carreira encontradas a partir da identificação das trajetórias de origem e de destino dos deputados estaduais eleitos em 2010.

¹⁸ Esses 12 deputados engrossariam a linha dos que se retiraram da disputa por cargos, porém, a sua separação aqui é justamente para identificar a pretensão ao cargo de prefeito em 2012, posteriormente a uma disputa bem sucedida para o cargo de deputado estadual. Deste modo, a caracterização da ambição de carreira se torna mais evidente, especialmente se direcionada ao nível local.

Tabela 3 - Combinação das trajetórias de carreira dos deputados estaduais eleitos em 2010

Trajetória de Origem		2010	Trajetória de Destino		Freq.	%
2006	2008		2012	2014		
	Novatos	Dep. Est.		Dep. Fed. ou Sen.***	14	1,4
	Novatos	Dep. Est.		Gov.	2	0,2
	Novatos	Dep. Est.		Dep. Est.	113	10,9
	Novatos	Dep. Est.	Prefeito	Dep. Est.	5	0,5
	Novatos	Dep. Est.	Prefeito		10	1,0
	Novatos	Dep. Est.	Retirou-se		23	2,2
	Vereador	Dep. Est.		Dep. Fed. ou Sen.***	3	0,3
	Vereador	Dep. Est.		Gov.	2	0,2
	Vereador	Dep. Est.	Prefeito	Dep. Fed.	1	0,1
	Vereador	Dep. Est.		Dep. Est.	57	5,5
	Vereador	Dep. Est.	Prefeito	Dep. Est.	5	0,5
	Vereador	Dep. Est.	Prefeito		5	0,5
	Vereador	Dep. Est.	Retirou-se		2	0,2
	Prefeito*	Dep. Est.		Dep. Fed. ou Sen.***	3	0,3
	Prefeito*	Dep. Est.	Prefeito	Dep. Fed.	1	0,1
	Prefeito*	Dep. Est.		Dep. Est.	28	2,7
	Prefeito*	Dep. Est.	Prefeito	Dep. Est.	12	1,2
	Prefeito*	Dep. Est.	Prefeito		8	0,8
	Prefeito*	Dep. Est.	Retirou-se		11	1,1
Dep. Est.		Dep. Est.		Dep. Fed. ou Sen.***	44	4,3
Dep. Est.		Dep. Est.		Gov.	2	0,2
Dep. Est.		Dep. Est.	Prefeito	Dep. Fed.	3	0,3
Dep. Est.		Dep. Est.		Dep. Est.	386	37,3
Dep. Est.		Dep. Est.	Prefeito	Dep. Est.	45	4,3
Dep. Est.		Dep. Est.	Prefeito		25	2,4
Dep. Est.		Dep. Est.	Retirou-se		82	7,9
Dep. Est.	Prefeito	Dep. Est.		Dep. Fed. ou Sen.***	4	0,4
Dep. Est.	Prefeito	Dep. Est.	Prefeito	Dep. Fed.	5	0,5
Dep. Est.	Prefeito	Dep. Est.		Dep. Est.	29	2,8
Dep. Est.	Prefeito	Dep. Est.	Prefeito	Dep. Est.	19	1,8
Dep. Est.	Prefeito	Dep. Est.	Prefeito		21	2,0
Dep. Est.	Prefeito	Dep. Est.	Retirou-se		5	0,5
Dep. Est.	Vereador	Dep. Est.		Dep. Fed. ou Sen.***	1	0,1
Dep. Est.	Vereador	Dep. Est.		Gov.	1	0,1
Dep. Est.	Vereador	Dep. Est.		Dep. Est.	19	1,8
Dep. Est.	Vereador	Dep. Est.	Prefeito	Dep. Est.	5	0,5
Dep. Est.	Vereador	Dep. Est.	Prefeito		1	0,1
Dep. Est.	Vereador	Dep. Est.	Retirou-se		3	0,3
Dep. Fed., Sen. ou Gov.**		Dep. Est.		Dep. Fed. ou Sen.***	2	0,2
Dep. Fed., Sen. ou Gov.**		Dep. Est.	Prefeito	Dep. Fed.	1	0,1
Dep. Fed., Sen. ou Gov.**		Dep. Est.		Dep. Est.	16	1,5
Dep. Fed., Sen. ou Gov.**		Dep. Est.	Prefeito	Dep. Est.	5	0,5
Dep. Fed., Sen. ou Gov.**		Dep. Est.	Prefeito		3	0,3
Dep. Fed., Sen. ou Gov.**		Dep. Est.	Retirou-se		3	0,3
					1.035	100

(*) Nesta categoria foram incluídos os prefeitos que terminando o segundo mandato em 2008 não poderiam concorrer à reeleição, e o cargo de deputado estadual se tornou uma possibilidade viável de manutenção da carreira política.

(**) Apenas dois dos trinta deputados concorreram ao Governo de seus estados em 2006, e apenas dois deputados concorreram a uma vaga no Senado.

(***) Apenas quatro dos 71 dep. estaduais disputaram cargos no Senado.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014.

A partir dos resultados encontrados na tabela anterior é possível perceber que existe uma gama de possibilidades de estratégia de carreira disponíveis aos deputados estaduais quando observamos o seu percurso de carreira ao longo de cinco eleições. Alguns trajetos são bastante residuais, ao passo que outros trajetos são mais frequentes. Com esse resultado, podemos perceber que a trajetória maior estabilidade de carreira no legislativo estadual, ainda que seja a mais frequente, corresponde apenas a 37,3% dos deputados estaduais eleitos em 2010, com uma taxa de sucesso de 74,4% nas eleições de 2014.

Outros padrões também chamam atenção, como o percentual de deputados que eram novatos na legislatura de 2010 e que buscaram a reeleição em 2014, compreendendo 10,9% dentre todas as combinações, o que do ponto de vista das ambições de carreira também poderia ser considerado, pelo menos até a última eleição estudada, como uma ambição estática.

A retirada da disputa após duas eleições para deputado estadual é o terceiro padrão mais frequente dentre todas as combinações, correspondendo a 7,9% do total dos tipos de trajetórias apresentados. Esse resultado indica que somente a entrada de novatos na carreira já equilibraria o abandono daqueles que tinham apresentado uma ambição estática, supondo-se que as tendências de carreira tenham se mantido para além do recorte temporal de estudo nos dois extremos. Isso, mesmo considerando que estamos falando de tentativa e não necessariamente bem sucedida. Porém, a taxa de sucesso nas eleições de 2014 para este grupo de deputados (73,5%) é bastante próxima daquela encontrada para o grupo dos que haviam tentado anteriormente o mesmo cargo em 2006 e que tentaram disputaram novamente o cargo de deputado estadual nas eleições de 2014.

O quarto padrão mais frequente corresponde àquele que indica uma das principais formas de recrutamento dos deputados no plano local, ou seja, 5,5% de todas as combinações apresentadas corresponde aos deputados que disputaram cargo para vereador em 2008 e que posteriormente buscaram a reeleição para deputado estadual em 2014, também com uma taxa de sucesso de aproximadamente 75%. Ou seja, depois dos novatos, essa parece ser a principal forma de recrutamento de deputados estaduais a partir de outros cargos eletivos na estrutura de oportunidades de carreira.

Em quinto lugar, estão empatadas, ambas com 4,3%, duas combinações que expressam a busca por cargos mais elevados na estrutura de oportunidades: de um lado, tem-se os deputados que buscaram um cargo de prefeito nas eleições de 2012 sem sucesso, mesmo tendo disputado para o cargo de deputado estadual, tanto nas eleições de 2006, quanto nas eleições de 2014. Esses 45 deputados foram considerados de ambição pseudo-estática, porém,

neste caso é possível ocorrer a situação em que o parlamentar deseja participar da eleição municipal, mesmo sabendo que não será bem sucedido, como forma de se aproveitar da exposição no período de campanha. Porém, explorar essa hipótese foge aos objetivos deste capítulo. De outro lado, tem-se aqueles deputados que buscaram um cargo de deputado federal ou senador nas eleições de 2014, e que vinham de uma tentativa anterior para o cargo de deputado estadual em 2006, com uma taxa de sucesso considerável (81,8%), o que explica em parte a tentativa para um cargo mais alto em 2014. Porém, a taxa de sucesso de 63,6% nessa empreitada, pode justificar o porquê de tão poucos deputados manifestarem uma ambição progressiva em relação ao cargo de deputado federal.

No entanto, o principal objetivo desse capítulo é reconstruir a ambição de carreira dos deputados estaduais a partir das combinações de trajetórias que foram identificadas na tabela anterior de acordo com a descrição metodológica dada na seção anterior.

Tabela 4 - Ambição de carreira predominante dos deputados estaduais eleitos em 2010

	Frequência	Percentual
Progressiva nacional	82	7,9
Progressiva estadual	7	0,7
Estática	648	62,6
Pseudo-estática	96	9,3
Progressiva local	73	7,1
Discreta	129	12,5
Total	1.035	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014.

Combinadas as trajetórias anteriormente descritas que correspondem à tentativa de permanência no cargo de deputado estadual, identificou-se que os padrões que correspondem a uma ambição estática compreendem 62,6% dos deputados estaduais eleitos em 2010¹⁹. Porém ainda há um elevado percentual de padrões de carreira que correspondem a uma

¹⁹ As distribuições das ambições de carreira nas Assembleias Legislativas podem ser acompanhadas na Tabela 3 do Apêndice A. Conforme dito anteriormente há uma variação significativa entre as assembleias. Em alguns casos a tendência à estabilidade da carreira de deputado estadual é minimizada, como na Assembleia Legislativa do ES aproximadamente 40% dos deputados apresentam uma ambição estática, ao passo que os percentuais de deputados que apresentam uma ambição progressiva em relação ao nível local e pseudo-estática apresentam percentuais bastante elevados em relação à média. Em algumas assembleias não houve qualquer evidência de ambição progressiva nacional, como nos estados de Alagoas, Amapá e Paraíba. Ao mesmo tempo, não há evidências de ambição progressiva local nos estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe, Tocantins.

ambição discreta, ou seja, ao abandono da carreira política²⁰. Esse grupo de deputados compreende 12,5% do total de deputados eleitos em 2010. Se consideramos as ambições de carreira direcionadas ao nível local, incluindo também a chamada pseudo-estática (ou seja, aqueles deputados que tentaram sem sucesso uma eleição para o cargo de prefeito em 2012, mas que tentaram novamente a eleição para deputado estadual) como sendo direcionada ao nível local, pode-se perceber que este é o segundo maior grupo de ambição, sendo 9,3% de deputados com ambição pseudo-estática²¹ e 7,1% de ambição progressiva direcionada ao nível local.

Considerando que a ambição progressiva direcionada ao nível nacional corresponde a 7,9% dos deputados estaduais, então pode-se dizer que a ambição direcionada ao cargo executivo no nível local é mais frequente do que a ambição progressiva direcionada ao nível nacional. Com isso, se de um lado o cargo de deputado estadual serve como ponto de passagem para uma carreira direcionada a cargos mais altos em âmbito nacional, ao mesmo tempo, uma parte dos deputados mantém um vínculo claro com a dinâmica política local que impacta de maneira significativa nas suas escolhas de trajetórias de carreira. Essa constatação será melhor explorada no próximo capítulo partindo-se da hipótese de que essas diferenças na construção de trajetórias de carreira em relação aos níveis de governo se deve em grande parte ao padrão espacial de votação apresentado pelos deputados como indicativo do tipo de conexão eleitoral que eles estabelecem com suas bases de votação.

1.5. Considerações finais

Este capítulo apresentou algumas contribuições para os estudos sobre carreiras legislativas, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista empírico. Em primeiro lugar, demonstrou-se a importância da mudança do foco da reeleição, especialmente sobre os determinantes do sucesso e fracasso nesta empreitada, para a análise das trajetórias individuais dos deputados em relação aos diferentes cargos disponíveis.

E, em segundo lugar, do ponto de vista empírico, destacou-se o fato de que é necessário ao analisar as trajetórias de carreira dos deputados, tomar mais de dois pontos no tempo, com o objetivo de dar conta das competições para cargos nos diferentes níveis (nacional, estadual e

²⁰ Com base no recorte temporal aplicado não é possível fazer uma clara distinção entre: políticos que realmente se aposentaram da política, indivíduos que se "aventuram" por um tempo em cargos eletivos mas que não possuem ambição de carreira, e indivíduos que decidiram por algum motivo se manter fora da disputa por uma ou duas eleições antes de uma nova tentativa. Essa última situação pode ocorrer especialmente quando o político ocupa algum cargo não-eletivo que supere os custos de se manter fora da disputa eleitoral.

²¹ É preciso considerar que dentre este grupo, a maioria dos deputados corresponde a uma tentativa para prefeito em 2012 em meio a uma sequência de tentativas para deputado estadual, portanto, existe a possibilidade de que

municipal) de um sistema político federativo como o brasileiro. Isto porque a análise de dois pontos no tempo pode ocultar ambições fundamentadas em diferentes níveis de governo, especialmente no caso da ambição aqui denominada de *pseudo-estática*, na qual os deputados no decorrer da trajetória de carreira em tela concorrem predominantemente em eleições locais, e por conta do insucesso na conquista deste objetivo, buscam a reeleição nos legislativos estaduais. Com isso, fica evidente que se os padrões de carreira fossem analisados apenas em dois pontos no tempo esses deputados seriam classificados erroneamente como sendo de ambição estática, o que não é coerente com a sua presença em disputas para o Executivo municipal no decorrer de um mandato já assegurado.

Com isso, chamamos atenção para uma segunda implicação teórica na análise das ambições de carreiras legislativas que decorre diretamente da inovação metodológica apresentada, ao analisarmos a trajetória dos deputados em diferentes pontos no tempo. Isto é, ao serem consideradas as ambições dos deputados para cargos eletivos em um sistema federativo, não se pode ignorar os insucessos em disputas para qualquer um dos níveis, com o risco de se ocultar uma ambição predominantemente local, mesmo que mal sucedida. Essa constatação destaca, inclusive, a importância que os diferentes graus de competição associados aos diferentes cargos — especialmente se comparadas as disputas tanto para o cargo legislativo estadual, quanto para os cargos executivos nos municípios —, possuem sobre as trajetórias apresentadas.

Se de fato, uma parte significativa dos deputados apresenta uma ambição de carreira predominantemente local, todavia a competição eleitoral no plano municipal se coloca como um obstáculo para o sucesso nessa empreitada. Ou seja, é bastante provável que os deputados que disputaram os pleitos municipais tivessem como concorrentes os atuais prefeitos, o que minimizaria e muito as suas chances de vitória. Essa hipótese será melhor explorada no terceiro capítulo, a partir da exploração dos níveis de competição que enfrentam os deputados em cada uma das escolhas possíveis de carreira.

Por fim, a partir dos resultados apresentados pode-se considerar que a ambição estática é de fato predominante dentre os deputados estaduais eleitos em 2010. O que coincide sobremaneira com o achado de Leoni, Pereira e Rennó (2003) para a Câmara dos Deputados. Esse resultado empírico assume importância especialmente porque dada a leitura vigente até o momento sobre a dinâmica institucional nos Legislativos estaduais, segundo a qual se esperaria que os deputados buscassem outros cargos dada a baixa relevância da produção legislativa no nível estadual. Além disso, assumindo-se o argumento de Samuels (2003) de que a ambição de carreira está relacionada com a natureza do cargo, e que a ambição dos

deputados é predominantemente progressiva, o resultado aqui encontrado relativiza essa afirmação também para os deputados estaduais. E a explicação para isso parece estar no fato de que o padrão espacial de votação dos deputados, ao representar formas diferentes de relacionamento com as bases eleitorais, condiciona diretamente as trajetórias de carreira dos deputados, conforme será explorado no próximo capítulo.

2. A CONEXÃO ELEITORAL COMO CONDICIONANTE DAS PREFERÊNCIAS POR CARGOS ELETIVOS

2.1. Introdução

O objetivo deste capítulo é discutir como as conexões eleitorais dos deputados estaduais condicionam as preferências por cargos eletivos, o que resultaria em estratégias diferentes de sobrevivência política por meio de padrões distintos de carreira.

Estudos sobre as conexões eleitorais no Brasil costumam assumir a premissa de que os parlamentares buscam a reeleição tal como formulada por Mayhew (1974). No entanto, com base na forma como Ames (2003) pensou a distribuição espacial de votação para os cargos proporcionais em nosso contexto institucional abre-se a possibilidade de se pensar não só uma matriz de conexões eleitorais, definida a partir das dimensões de concentração e dominância, mas também a oportunidade de se tentar estabelecer uma relação entre os tipos de conexões e os padrões de carreira apresentados pelos deputados. No primeiro capítulo, foi possível destacar a presença de deputados estaduais que buscaram um cargo de prefeito antes de tentarem novamente a reeleição, assim como um número significativo de deputados que conseguiu se eleger prefeito, enquanto que outros deputados estaduais se arriscaram na dura competição pelos cargos de deputados federais e até mesmo de governadores e senadores. Portanto, é possível entender essas diferentes escolhas de carreira partindo-se dos padrões espaciais de votação dos deputados?

Essa questão ganha ainda mais relevância, pois, do ponto de vista dos deputados estaduais a confluência entre a atribuição de competências legislativas definidas a partir do pacto federativo e as regras de funcionamento do sistema decisório nas Assembleias definem um legislativo estadual cuja atratividade é, no mínimo, discutível, o que tende a ter impacto na forma como se dá a estrutura de oportunidades de carreira no Brasil, conforme visto no primeiro capítulo. Dessa maneira, e não obstante as evidências mostrarem uma ambição estática predominante quando são analisadas as trajetórias de carreira, o lugar do cargo de deputado estadual neste jogo de múltiplas opções merece ser discutido.

A literatura brasileira sobre comportamento legislativo se divide entre os trabalhos que enfatizam a *arena eleitoral*, os que enfatizam a *arena Executivo-Legislativo*, e aqueles estudos que buscam uma combinação entre variáveis que compõem essas duas arenas, modelos que ficaram conhecidos como de *dupla arena* (SANTOS, 2008, p. 70). Os modelos deste terceiro grupo buscam colocar sob controle variáveis que são componentes dos modelos explicativos concorrentes.

No entanto, cabe destacar que a principal contribuição deste terceiro grupo de estudos consiste em, metodologicamente, tratar os parlamentares como unidade de análise, o que assenta as bases para uma separação entre variáveis de contexto e variáveis que atuam no nível individual, e torna possível superar a oposição analítica entre as arenas eleitoral e decisória. Um exemplo dessa possibilidade analítica se encontra em Melo e Anastasia (2005), onde os autores buscam aplicar o modelo analítico proposto por Arnold (1990), com o intuito de interpretar os diferentes níveis de apoio parlamentar para a reforma da Previdência Social nos governos FHC e Lula. A conclusão a que chegam é de que em processos de mudança constitucional submetidos a regras decisórias que tornam o processo mais complexo e proporcionam maior exposição individual do parlamentar, os custos de seguir a liderança partidária aumentam de acordo com os possíveis impactos negativos da decisão entre os públicos atentos e os apoiadores consistentes.

Portanto, identificar as *constituencies* dos parlamentares torna-se uma etapa fundamental para a compreensão do seu comportamento, ainda que as regras do processo decisório forneçam um significativo grau de coordenação em torno dos interesses partidários. Com isso, a operacionalização das conexões eleitorais por meio da identificação e classificação dos padrões espaciais de votação dos deputados torna-se a forma mais eficiente de identificação das bases eleitorais que sustentam a dinâmica de representação.

Este capítulo se estrutura da seguinte forma: além da introdução, na segunda seção é apresentado o referencial teórico que sustenta a análise dos padrões espaciais de votação dos deputados e sua relação com os padrões de carreira. Esta seção se subdivide em uma primeira parte que busca destacar os elementos teóricos que dão fundamento a uma proposta analítica do comportamento legislativo que, sem ignorar os demais condicionantes, coloque a conexão eleitoral como fundamento da compreensão das condutas individuais dos deputados. A segunda parte apresenta uma revisão do conceito de conexão eleitoral a partir da literatura brasileira com enfoque na arena eleitoral, destacando-se as contribuições e limitações das formulações apresentadas até o momento. Além disso, buscou-se destacar as possibilidades analíticas da compreensão das diferentes conexões eleitorais no contexto institucional brasileiro para a interpretação das diferentes estratégias de carreira apresentadas pelos deputados estaduais. Na terceira seção são apresentados os aspectos metodológicos deste capítulo, tendo como objetivo operacionalizar o conceito de conexão eleitoral a partir das dimensões de concentração e dominância da votação dos deputados estaduais eleitos em 2010. Essa seção se subdivide em três partes: na primeira, a dimensão da concentração de votação é mensurada a partir do *Índice de Concentração de Herfindhal-Hirschman (HH_i)*; na

segunda parte a dimensão da dominância é mensurada a partir do *Índice de Dominância Média* (D_i), e por fim, na terceira parte os resultados desses dois indicadores são combinados com o objetivo de se classificar as votações dos deputados em uma tipologia de cinco posições: *concentrado-dominante*, *concentrado-compartilhado na capital*, *concentrado-compartilhado nos demais municípios*, *fragmentado-dominante* e *fragmentado-compartilhado*. Na quarta seção são apresentados os resultados obtidos a partir do cruzamento entre os dados das trajetórias de carreira descritos no capítulo anterior com a tipologia de padrões espaciais de votação construída na seção anterior, buscando responder as hipóteses levantadas sobre a relação entre as conexões eleitorais e as estratégias de sobrevivência política. Na quinta e última seção são apresentadas as principais conclusões, destacando-se as questões que serão desenvolvidas no capítulo seguinte.

2.2. Referencial Teórico

2.2.1. A conexão eleitoral como componente explicativa do comportamento legislativo

Nesta seção apresentar-se-á de maneira resumida os diferentes modelos explicativos utilizados nos estudos sobre comportamento legislativo no Brasil. Esses modelos se distinguem de acordo com as diferentes variáveis explicativas e níveis de análise considerados, conforme se verá a seguir. O que está em questão nesta subseção é buscar compreender em que medida as expectativas de comportamento parlamentar oriundas destes modelos possuem impacto sobre a interpretação das carreiras dos parlamentares.

Como primeiro modelo de explicação, diretamente influenciado pela obra de Mayhew (1974), o *modelo distributivista* busca explicar o comportamento legislativo a partir da conexão do deputado com a sua base eleitoral. Em 2001, a partir da publicação do livro “*The deadlock of democracy in Brazil*” de Barry Ames²², pode-se dizer que começa a ganhar corpo uma abordagem da geografia do voto nas eleições congressuais brasileiras, não só por explorar a dimensão da distribuição espacial das votações dos deputados, conforme trabalhos anteriores já haviam destacado, mas, principalmente, por conectar essa análise espacial com uma pesquisa substancial sobre o comportamento legislativo, explorando a tese das “conexões eleitorais” (MAYHEW, 1974).

²² Em 2003 foi lançada a tradução brasileira intitulada “Os entraves da democracia no Brasil”, utilizada aqui como referência. Neste livro o autor amplia as análises anteriormente apresentadas em Ames (1995a, 1995b).

O ponto de partida de Ames (2003, p. 18) é a sua crença de que haveria uma dificuldade para se aprovar mudanças políticas de fundo no Congresso Nacional. O autor defende a ideia de que o sistema político brasileiro funciona mal porque o sistema eleitoral gera incentivos para que os deputados busquem a garantia dos seus interesses de reeleição, ao invés de priorizarem a proposição de políticas públicas de interesse nacional. Esta hipótese é compatível com a premissa utilizada por Mayhew acerca do comportamento legislativo norte-americano. De acordo com Mayhew (1974, p. 5) o parlamentar é um ator racional cuja principal motivação é a busca pela reeleição, e o seu comportamento no parlamento deve ser entendido a partir dessa motivação. Isto é, o parlamentar buscará desenhar as regras internas do poder legislativo de forma a facilitar o alcance deste objetivo, como o desenvolvimento de um sistema de comissões que proporcione um *locus* para a barganha entre os pares.

O que é importante neste momento é registrar que o trabalho de Ames se encaixa, de acordo com Santos (2008), no conjunto de estudos sobre o legislativo que buscam explicar o comportamento parlamentar com o uso de macrovariáveis exclusivas da arena eleitoral, vistas como exógenas ao funcionamento do legislativo. Variáveis como o federalismo, a forma de governo, o sistema eleitoral, o sistema partidário, o desempenho eleitoral dos representantes, as características dos distritos eleitorais, a ideologia do parlamentar, o seu *background* (SANTOS, 2008, p. 68), possuem centralidade nos modelos explicativos construídos a partir dessa perspectiva, que reconhece a ênfase na troca de benefícios concentrados por disciplina nas votações em plenário.

Um segundo modelo interpretativo do comportamento parlamentar pode ser identificado a partir da obra de Cox e McCubbins (1993). De acordo com o *modelo partidário*, o partido majoritário apresenta significativa importância explicativa do processo decisório legislativo pela sua capacidade de controle da agenda, colocando legisladores de confiança nas principais instâncias decisórias e, portanto, agindo como um cartel, de modo a evitar que prosperem eventuais iniciativas contrárias aos seus interesses. Deste modo, a capacidade de interferência na agenda legislativa por parte do partido majoritário pode ser vista como um grande obstáculo para a concretização dos incentivos distributivistas a que estão sujeitos os parlamentares.

A principal referência de aplicação do modelo partidário ao legislativo brasileiro é a obra de Figueiredo e Limongi (1999), “Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional”. A partir de uma análise bastante sólida sobre a estrutura decisória do processo legislativo na Câmara dos Deputados, Figueiredo e Limongi colocaram em xeque a

percepção, até então bastante comum, de um Congresso caracterizado pela indisciplina partidária e pela manutenção de interesses claramente paroquialistas por parte dos deputados.

Em grande medida, a percepção, vigente até então, de um legislativo excessivamente distributivista teria sido alimentada pela baixa relevância dada às regras de funcionamento do processo decisório na nova ordem constitucional. Com a redemocratização, de acordo com Figueiredo e Limongi, o processo decisório no interior do poder Legislativo passou a apresentar um novo perfil, onde novos mecanismos e regras institucionais iriam proporcionar maior centralidade aos partidos na dinâmica decisória, o que por sua vez terminou por gerar maior disciplina partidária nas votações nominais em plenário. Da mesma forma, verificou-se a prevalência de coalizões partidárias nas votações nominais, orientadas principalmente pela clivagem governo/oposição. Neste contexto, as sucessivas coalizões de governo, utilizando-se dos mecanismos institucionais de controle de agenda, passaram a atuar como cartéis na dinâmica legislativa.

Antes de prosseguir, cabe registrar que a ênfase em diferentes aspectos da dinâmica legislativa deixa em relevo uma diferença pouco explorada até o momento pela literatura. De um lado, os adeptos do modelo distributivista, ao focarem no comportamento do parlamentar individual, incorrem no risco de ignorar a influência dos partidos e as regras de funcionamento da casa legislativa em sua análise. De outro lado, os adeptos do modelo partidário, ao destacarem as regras e mecanismos que permitem o controle da agenda por parte do Executivo e dos líderes da coalizão governista, explicam em nível agregado a dinâmica de produção legislativa, porém, tendem a ignorar as tensões provocadas pelos incentivos que operam a nível individual. Portanto, parte-se do argumento de que se faz necessário um modelo interpretativo do comportamento parlamentar que dê conta da gama de incentivos a que estão sujeitos os parlamentares individualmente ao mesmo tempo em que leve em consideração os diferentes níveis de análise explorados até o momento pela literatura.

Por fim, uma ressalva teórico-metodológica. Não se deve ignorar o fato de que esses modelos teóricos foram pensados para o caso norte-americano, que em muito difere do caso brasileiro. Portanto, é preciso avançar numa proposta de modelo explicativo do comportamento legislativo que seja mais bem ajustado para o nosso contexto institucional, e que com isso, consiga dar conta das variáveis explicativas relevantes para o nosso caso.

Deste modo, é preciso compreender que a busca pelos efeitos das conexões eleitorais no contexto institucional brasileiro deve levar em consideração a complexidade de incentivos que o modelo de representação proporcional pode apresentar sobre o comportamento parlamentar. Conforme argumentaremos mais a frente, essa peculiaridade do contexto institucional

brasileiro para a conformação das conexões eleitorais tem sido comumente interpretada de maneira limitada. Ou seja, deve-se ter em mente que um mesmo deputado pode apresentar diferentes tendências de comportamento de acordo com a situação dada e as compensações obtidas de uma determinada decisão.

De acordo com esse objetivo pode-se considerar como modelo alternativo a proposta apresentada por Arnold (1990) para a interpretação da produção de políticas no caso dos congressistas americanos. Apesar de compartilhar da premissa da reeleição apresentada por Mayhew, Arnold mostra que o comportamento do congressista pode variar em uma mesma legislatura, a depender de como ele avalie o impacto de determinada decisão sobre sua carreira.

Desta forma, o congressista não estaria orientado apenas para uma lógica distributiva e poderia apresentar variações em sua estratégia—de acordo com o contexto da decisão. Neste sentido, o congressista precisa conhecer as preferências por políticas dos públicos atentos envolvidos com a matéria em pauta, bem como as preferências potenciais dos públicos desatentos. Um “atalho informacional” para este cálculo, segundo Arnold, é possibilitado pelo conhecimento das preferências dos seus apoiadores consistentes, algo que pode ser conseguido, ainda que de maneira aproximada, por meio de mecanismos como as comissões que cuidam diretamente da matéria em questão, o seu corpo de assessores, os colegas confiáveis com expertise na matéria, e mesmo o contato direto com seus apoiadores consistentes (ARNOLD, 1990, p. 85). Ou seja, é buscando conhecer as preferências de seus apoiadores, assim como a intensidade destas, que o congressista “calibra” tanto sua resposta às matérias em pauta, como todo o seu comportamento no legislativo.

Um dos poucos exemplos de aplicação do modelo proposto por Arnold é o trabalho de Melo e Anastasia (2005) que buscou interpretar os diferentes níveis de apoio legislativo para a reforma da previdência nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Neste texto, os autores defendem que “[...] a explicação do comportamento dos atores, dos padrões de interação entre eles e dos resultados do jogo requer o exame de suas preferências, de seus recursos e das estratégias a eles disponíveis nas diversas arenas compreendidas pelo jogo, nos dois períodos considerados” (MELO; ANASTASIA, 2005, p. 306).

Conforme mostram Melo e Anastasia (2005, p. 325), o desenho institucional referente ao contexto da decisão desempenha papel crucial no sentido de exigir maior ou menor preocupação dos legisladores em relação aos seus apoiadores consistentes. Isto é, em contextos decisórios ordinários, onde os mecanismos de centralidade partidária operam, torna-

se estratégico para os parlamentares seguir a orientação da liderança. Deste modo, a agenda do Executivo pode ser aprovada sem que os deputados sejam diretamente ligados a ela, ocasionando, por outro lado, um déficit de *accountability* vertical. Por outro lado, em contextos de mudança constitucional, em que se necessita uma maioria qualificada, votação nominal, e dois turnos em ambas as casas, o custo em seguir a orientação da liderança se torna elevado caso a decisão possa ter impacto negativo entre os públicos atentos e não atentos.

Por fim, o primeiro desafio colocado a partir da adaptação da proposta de Arnold para o caso dos legislativos estaduais brasileiros consiste numa melhor identificação da *constituency* do parlamentar considerando-se o funcionamento do nosso sistema eleitoral. Ou seja, é preciso identificar o público de referência para o comportamento de um deputado, aqueles que são os seus eleitores em potencial. Nesse sentido, a análise da geografia do voto dos deputados como forma de se identificar as conexões eleitorais oferece uma grande contribuição analítica. Essa perspectiva será objeto de discussão da próxima seção.

2.2.2. A conexão eleitoral e seu impacto sobre as carreiras legislativas

Nesta subseção o objetivo é revisitar o conceito de conexão eleitoral tal como apropriado para o contexto institucional brasileiro, destacando-se, principalmente, a interpretação de suas múltiplas manifestações no nosso contexto institucional e os efeitos esperados sobre as carreiras legislativas no âmbito estadual. A noção de conexão eleitoral tem sido central para os trabalhos cujo enfoque se dá na *arena eleitoral*, mas também possui relevância nos modelos explicativos das *duas arenas*, ou seja, para os trabalhos que buscam conciliar num mesmo modelo explicativo as variáveis exógenas relacionadas aos incentivos distributivistas, com os condicionantes institucionais (variáveis endógenas) que orientam e organizam o processo decisório no poder legislativo.

O conceito de conexão eleitoral se tornou amplamente conhecido a partir do clássico “*Congress: The Electoral Connection*”, no qual Mayhew (1974) apresenta uma extensa discussão sobre o comportamento parlamentar dos congressistas norte-americanos. É neste livro que Mayhew apresenta a famosa premissa de que os legisladores norte-americanos são “*single-minded seekers of reelection*” (MAYHEW, 1974, p. 5). É com o intuito de responder a essa premissa que, segundo Mayhew, os congressistas orientam seu comportamento, utilizando as estratégias de *advertising*, *credit claiming* e *position taking*, para manter-se em conexão com suas bases eleitorais (*constituencies*).

No entanto, enquanto os distritos eleitorais americanos definem claramente qual será a configuração espacial da base eleitoral de um determinado congressista, no Brasil, o sistema proporcional de lista aberta e com distritos de grande magnitude favorece a conformação de bases eleitorais com diferentes configurações espaciais dentro de um mesmo distrito. A partir dessa constatação, Barry Ames (2003), partindo do conceito de conexão eleitoral descrito por Mayhew e adotando a mesma premissa acerca da reeleição, defende a ideia de que o comportamento apresentado pelos deputados brasileiros estaria fortemente influenciado pela forma como se dá a extração geográfica dos seus votos.

Ames (2003, p. 64) identifica dois eixos de acordo com os quais se estruturam os padrões espaciais de votação dos deputados: o eixo da concentração/fragmentação e o eixo da dominância/compartilhamento. Posteriormente esses dois eixos são combinados para formar uma tipologia de quatro padrões espaciais de votação.

O tipo *concentrado-dominante* corresponde o mais próximo possível ao tipo de conexão eleitoral descrito para o caso norte-americano, ou seja, deputados com votações extremamente concentradas em poucos municípios e com uma tendência a recolher grande parte dos votos nestes municípios. Este seria, então, o típico deputado “distritável” já que o conjunto de áreas nas quais se elege mostram uma disputa eleitoral bastante parecida com a que ocorre nos distritos uninominais americanos. Portanto, graças ao caráter localizado de sua votação, estes seriam os deputados que apresentam os maiores incentivos para um comportamento paroquialista.

O segundo tipo, denominado de *fragmentado-dominante*, também corresponderia a um incentivo de atuação paroquialista. Neste caso, segundo Ames, a votação se caracterizaria pela conjugação de uma distribuição dispersa os votos com uma elevada dominância em municípios não contíguos. Esse padrão pode ser visto como uma especificidade do sistema de representação proporcional, o qual permite que os candidatos façam suas campanhas e obtenham votos em todos os municípios do distrito eleitoral e corresponderia ao tipo de votação apresentado por deputados capazes de estabelecer acordos com os líderes políticos locais, com destaque para os prefeitos e vereadores que façam parte de seu partido ou coligação, ou por candidatos que tenham exercido algum cargo no Executivo estadual que lhes permitisse controlar a alocação de recursos e o direcionamento de políticas de forma a beneficiar esta ou aquela localidade.

O terceiro tipo, o *fragmentado-compartilhado*, segundo Ames (2003) seria típico de representantes de “bancadas de interesses” que poderiam ser de três tipos: (a) representantes de segmentos do eleitorado que apresentam grande afinidade ideológica, votando de maneira

coesa apesar de sua dispersão pelo território; (b) representantes de segmentos do eleitorado que se distribuem de maneira mais ou menos uniforme pelo distrito eleitoral de acordo com alguma característica identitária que tenha impacto significativo nas suas intenções de voto, como os segmentos religiosos, étnicos, migrantes, etc.; e (c) deputados que exercem ou exerceram alguma atividade relacionada às mídias (donos de rádio ou TV, apresentadores de programas de elevada audiência, etc.).

E, por fim, o tipo *concentrado-compartilhado*, de acordo com Ames (2003) se caracterizaria pela concentração de votação elevada em poucos municípios, mas com uma tendência a compartilhar a votação com outros candidatos. Ainda segundo Ames (2003), este padrão de votação seria típico (mas não exclusivo) dos deputados eleitos em grandes áreas metropolitanas e capitais, onde o tamanho do eleitorado concentrado em poucos municípios permite que vários deputados consigam atingir um total de votação suficiente para se eleger sem que apresentem qualquer dominância eleitoral.

Seguindo a mesma linha de análise de Ames (2003), Carvalho (2003) investigou a geografia do voto dos deputados federais eleitos em 1994 e 1998, identificando os tipos predominantes e as diferenças regionais em termos da predominância de determinados padrões espaciais de votação. Os resultados, não obstante, são distintos. E isso porque enquanto Ames opta por extrair de sua análise dos diferentes padrões de votação a existência de um comportamento predominante – aquele de caráter distributivista – Carvalho identifica diferentes formas de atuação parlamentar como resultado das distintas distribuições de voto observadas. Utilizando-se tanto de um *survey* sobre comportamentos, valores e atitudes dos parlamentares eleitos, quanto de uma análise qualitativa substancial sobre o conteúdo dos projetos de lei e emendas ao orçamento da União propostas pelos parlamentares brasileiros, Carvalho (2003) confirma a importância da conexão eleitoral na explicação do comportamento parlamentar contribuindo, assim, para o debate sobre em que medida a dinâmica eleitoral e a parlamentar podem ser consideradas como interdependentes. Em diálogo direto com Ames, o estudo de Carvalho aponta para o fato de que os incentivos ao comportamento paroquialista não são preponderantes na conformação da Câmara dos Deputados, ou seja, outros incentivos também estão presentes e devem ser igualmente objeto de investigação.

Ademais, olhando atentamente para a caracterização dos quatro tipos de padrões espaciais de votação tal como apresentada por Ames, é possível identificar que o autor considera a possibilidade de uma correlação significativa entre os padrões espaciais de votação e a carreira dos deputados. Deste modo, argumenta-se aqui que a investigação das

conexões eleitorais não deve se limitar ao comportamento parlamentar em plenário. Dito de outra maneira, é preciso considerar que os incentivos oriundos do sistema eleitoral impactam também de maneira significativa as carreiras políticas dos parlamentares.

Considerando o tipo *concentrado-dominante*, dada a estreita relação entre a votação dos deputados e os limites municipais que compõem os distritos, podemos esperar que esses deputados apresentem fortes vínculos com a disputa política local. Ou seja, tem-se como hipótese que esses deputados não apresentam interesse em manter uma carreira legislativa no nível estadual. Ou seja, espera-se que estes deputados sejam oriundos dos cargos de prefeito ou vereador, e que seriam fortes candidatos ao cargo de prefeito em disputas posteriores, já que o cargo de deputado estadual proporcionaria ao político a manutenção do contato com sua base eleitoral.

Já no caso do tipo *fragmentado-dominante*, é possível tomar como hipótese a preferência desses deputados pela manutenção de uma carreira parlamentar no nível estadual, inclusive como estratégia de ascensão aos postos no Executivo estadual como forma de garantir o acesso aos recursos necessários para sustentar o desempenho eleitoral nas localidades que conformam a sua base de votação.

Para o tipo *fragmentado-compartilhado*, tem-se como hipótese que esse conjunto de deputados não seriam oriundos de cargos no nível municipal devido à distribuição espacial de sua votação. Ao mesmo tempo espera-se que estes indivíduos sejam mais propensos à ambição progressiva para o cargo de deputado federal devido ao desempenho eleitoral no distrito, mas não se pode descartar a hipótese de uma ambição estática como decorrência dos riscos inerentes a uma ambição progressiva direcionada ao âmbito nacional.

Por fim, em relação ao tipo *concentrado-compartilhado*, é necessária a ressalva de que é preciso diferenciar, em relação à ambição predominante, os deputados que concentram e compartilham votos na capital daqueles que o fazem nos demais municípios. O argumento para esta diferenciação está no fato de que uma eventual opção pela competição para a prefeitura nos demais municípios tende a envolver custos menores do que a competição para a prefeitura da capital. Em outras palavras, é possível dizer que há um maior incentivo para a competição por cargos executivos municipais entre os deputados que concentram e compartilham votos nos demais municípios do que entre aqueles que o fazem na capital, do que decorre que dentre estes últimos predominaria uma ambição estática. Por fim, esta distinção permite acrescentar a hipótese de uma propensão à ambição progressiva entre os deputados de padrão concentrado-compartilhado na capital, dada a expectativa de um comportamento mais universalista entre os deputados deste tipo de extração eleitoral pelos

motivos elencados em Ames (2003, p. 69–70), ao passo que a mesma hipótese, por questão de coerência, não pode ser estendida para os deputados que concentram e compartilham votação nos demais municípios do estado.

2.3. Metodologia: Operacionalizando o conceito de conexões eleitorais

A operacionalização da conexão eleitoral por meio da análise dos padrões espaciais de votação para cargos proporcionais no Brasil é ainda um ponto bastante controverso na literatura brasileira sobre o tema. O objetivo desta subseção é fazer uma discussão dos principais indicadores de concentração e dominância destacando-se as suas potencialidades e limitações; e, com base nessa discussão, escolher os melhores indicadores que favorecem a operacionalização das duas dimensões descritas por Ames. Deste modo, o principal critério para a escolha dentre os indicadores disponíveis se dará com base na melhor adequação na captura de cada uma dessas dimensões. O segundo critério será a melhor separação entre as duas dimensões, ou seja, os indicadores escolhidos serão aqueles que melhor distingam essas dimensões, considerando-se que apresentam expectativas diferentes do ponto de vista teórico.

Com relação à dimensão da distribuição vertical das votações, entendida como dominância eleitoral, há pouca variação na literatura em relação aos indicadores utilizados. Quando essa dimensão é considerada utiliza-se em geral o indicador de dominância média proposto por Ames (2003, p. 65). Portanto, optou-se por utilizar aqui o mesmo indicador, que será melhor explorado na seção 2.3.2.

Como medida para operacionalizar a dimensão da concentração, Ames (2003, p. 65) propôs a utilização do *Moran I* que é um teste estatístico de autocorrelação espacial. Este teste fornece uma medida global do grau de dependência espacial entre as observações de uma dada variável em uma dada unidade territorial e as observações das demais unidades territoriais que preenchem algum critério de vizinhança. No entanto, não ficam claros os parâmetros utilizados pelo autor na construção do indicador, por exemplo, se o indicador foi calculado utilizando-se uma matriz de proximidade baseada em vizinhança ou em Diferença. Além disso, a informação utilizada como subsídio para o cálculo do índice foi “a percentagem que coube ao candidato *i* da totalidade de votos dados em cada município” (AMES, 2003, p. 65), porém, um *I* Moran calculado sobre esse percentual funciona como um teste da autocorrelação espacial da dominância municipal. Para ser utilizado como um indicador de concentração seria preciso tomar como subsídio o percentual da votação obtida pelo candidato no município em relação a sua votação no estado. Ademais, pelo fato do *I* Moran ser um teste

de autocorrelação espacial baseado em uma matriz de proximidade, uma votação extremamente concentrada em um único município, caso típico dos deputados que concentram votação nas capitais, pode fornecer um resultado não significativo para o teste (como pode ser visto na Figura 1 abaixo), o que compromete a sua utilização como indicador de concentração/dispersão de votação.

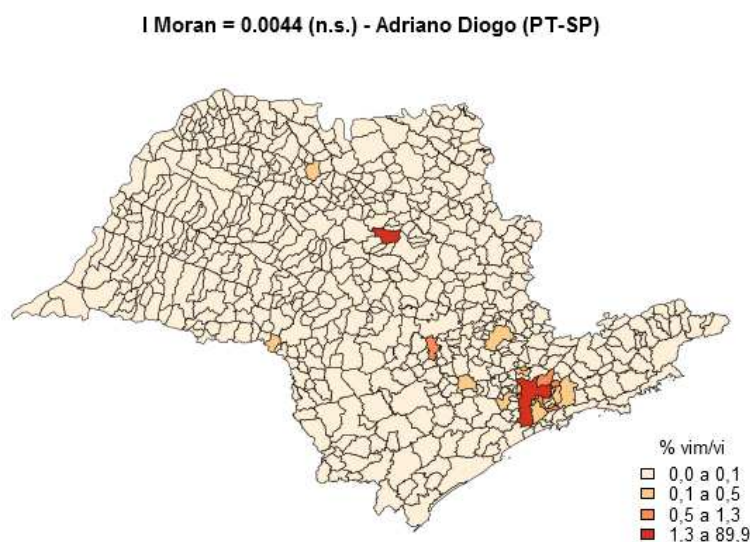


Figura 1 – Exemplo do I Moran calculado para uma votação claramente concentrada em um único município.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010.

Em Carvalho (2003, p. 95)²³, para a operacionalização da concentração foi utilizada uma adaptação do *Número Efetivo de Partidos (N)*, bastante conhecido na literatura de Ciência Política. Nessa nova proposta, utilizou-se o percentual de votação dos deputados nos municípios como insumo necessário para o cálculo do índice. Apesar de estar baseado no indicador de *Herfindhal-Hirschman (HH)*, o *Número Efetivo de Municípios* possui uma relação não linear e inversa com o anterior. Além disso, o seu limite superior está condicionado ao número total de unidades para as quais o índice é calculado; isto é, o limite superior do índice varia de acordo com o número de municípios que possui um determinado estado. Ao passo que o índice de concentração de *Herfindhal-Hirschman* varia entre 0 (dispersão plena) e 1 (concentração plena), o que permite uma interpretação mais intuitiva dos seus limites inferiores e superiores ao mesmo tempo em que facilita a comparação entre estados com uma grande disparidade no número de municípios.

²³ Esse indicador de acordo com Carvalho tem origem nos trabalhos de Indjaian (1981) e Dias (1991), e foi utilizado posteriormente em Corrêa (2011; 2010) e Saugo (2007).

Silva (2009) e Avelino, Biderman e Silva (2011) propõem outro indicador com o objetivo de mensurar a concentração das votações. O *índice G* também tem origem na economia, e segundo os autores, ele surge como uma medida para superar as limitações do índice de Gini territorial. Sua fórmula, de acordo com os autores (AVELINO; BIDERMAN; SILVA, 2011, p. 324)²⁴, é dada por:

$$G_d = \sum_m \left(\frac{V_{dm}}{V_d} - \frac{V_m}{V} \right)^2$$

Onde: V_{dm} é o total de votos do deputado d no município m ; V_d é o somatório dos votos do deputado d em cada um dos municípios do estado; V_m é o somatório dos votos de cada um dos deputados no município m ; e V é o somatório dos votos de cada um dos deputados em cada um dos municípios do estado. No entanto, alguns problemas devem ser considerados em relação a esse índice. Em primeiro lugar, é importante considerar que os autores incorrem no equívoco de considerar o indicador de *dominância média* de Ames como um indicador de concentração horizontal, o que compromete completamente a sua comparação, bem como as conclusões teóricas dela decorrentes. Nas palavras dos próprios autores:

De forma simples, e de fácil operacionalização, o índice deduz dos votos observados para um dado deputado a votação que seria esperada para esse mesmo deputado caso os votos fossem distribuídos de forma aleatória entre os municípios. Uma maneira intuitiva de entender este índice é observando que se um deputado tivesse os seus votos distribuídos exatamente de acordo com a distribuição dos eleitores no estado seu índice seria zero. Por exemplo, é esperado que um candidato qualquer obtenha quase 30% de votos no município de São Paulo, pois quase 30% do eleitorado do Estado de São Paulo se concentra nesse município. Ou seja, se um candidato dividisse todos os seus recursos (entendidos de maneira ampla) de forma proporcional ao eleitorado em cada região, seus votos, em média, estariam distribuídos de maneira proporcional ao eleitorado. Se, por outro lado, o candidato opta por concentrar seus recursos em apenas alguns municípios, teria uma participação mais do que proporcional nesses municípios, aumentando o valor do índice. (AVELINO; BIDERMAN; SILVA, 2011, p. 324)

De acordo com essa formulação não restam dúvidas de que o indicador G é muito mais sensível à desigualdade na distribuição espacial das proporções de votação do que o HH .

²⁴ Em sua tese de doutorado Silva apresentou uma fórmula um pouco diferente para o cálculo do mesmo indicador (SILVA, 2009, p. 39). Porém, decidiu-se utilizar a sua versão mais recente dada no artigo de Avelino, Biderman e Silva (2011).

Apesar de concentração, desigualdade e desequilíbrio tratarem de distribuições com componentes desiguais, é preciso considerar que são dimensões diferentes de um mesmo fenômeno, conforme proposto por Taagepera (1979, p. 276). De acordo com o autor, o que vai diferenciar os indicadores é a informação que compõe o cálculo do índice. Por exemplo, o *índice HH* pela sua construção é um indicador de concentração, pois o seu cálculo trata da relação entre o tamanho dos maiores componentes em relação ao tamanho total de uma dada distribuição de elementos; enquanto que o *índice de Gini* é um indicador de desigualdade, pois o seu cálculo trata de verificar o tamanho das componentes maiores em relação ao tamanho das componentes menores. Além disso, com base em exemplos hipotéticos é possível perceber que resultados idênticos em um indicador podem corresponder a resultados completamente diferentes em outro, o que comprova a dissimilaridade entre as dimensões capturadas pelos indicadores (TAAGEPERA, 1979, p. 278).

Deste modo, retornando ao propósito do *índice G*, tal como originalmente formulado por Ellison e Glaeser (1994), fica evidente que os autores estavam preocupados em capturar o grau de concentração geográfica de um dado segmento industrial descontando-se os incentivos da concentração geral das manufaturas e considerando apenas as externalidades positivas da aglomeração. Quando Silva (2009) e Avelino, Biderman e Silva (2011) propõem a adaptação deste indicador para capturar as diferenças entre as proporções da votação no município para a votação total do deputado em relação ao peso eleitoral do município no estado, os autores estão capturando a desigualdade na distribuição dos votos em relação a uma distribuição “natural” dos votos caso fossem distribuídos aleatoriamente entre os municípios. Um exemplo dessa diferença pode ser pensado quando temos um município com grande concentração de eleitores, como no caso do município do Rio de Janeiro em relação ao estado como um todo. Uma distribuição aleatória dos votos incorreria em uma concentração “natural” na capital, o que significaria um *G* baixo. Com isso é possível perceber que um *HH* elevado não necessariamente corresponde a um *G* elevado, já que tratam de dimensões diferentes da distribuição espacial dos votos. Portanto, em relação à operacionalização do eixo da distribuição horizontal das votações o *índice de concentração HH* parece mais adequado, lembrando-se que as informações capturadas por este indicador são combinadas com a dimensão da distribuição horizontal expressa pelo *índice de dominância média de Ames*.

2.3.1. A concentração de votação segundo o Índice de Herfindhal-Hirschman (HHi)

A fim de verificar como se comporta a votação dos deputados eleitos em 2010 a partir do eixo de análise da concentração/dispersão da votação dos deputados estaduais nos estados considerados, calculou-se o *índice de concentração de Herfindhal-Hirschman (HH_i)* por deputado. Esse índice foi formulado na década de 1940 por dois economistas que lhe conferem seu nome, tendo sido pensado como forma de mensurar uma medida geral de concentração de um determinado segmento de mercado, levando-se em conta a fatia deste mercado que corresponde a cada empresa concorrente.

Deste modo, é possível adaptar a sua aplicação com o objetivo de identificar o grau de concentração espacial da votação dos deputados no nível municipal, ou seja, considerando-se a contribuição da votação em cada município para a sua votação total no estado. Com isso se torna possível operacionalizar o chamado eixo horizontal da distribuição da votação dos deputados estaduais.

Dessa forma, o indicador de concentração espacial aqui proposto é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$HH_i = \sum_{j=1}^n p_{ij}^2$$

Onde p_{ij} é a proporção de votação de um deputado i no município j ; e n é o número de municípios em que o deputado i foi votado. As estatísticas descritivas do HH_i para o conjunto dos deputados estaduais eleitos em 2010 são apresentadas no quadro abaixo, bem como a histograma de distribuição das frequências dos índices calculados para cada deputado.

Tabela 4 - Estatísticas descritivas do índice de concentração da votação (HH_i) para os deputados estaduais

Mínimo	1º Quartil	Mediana	Média	3º Quartil	Máximo
0,0082	0,0777	0,1824	0,2431	0,3437	0,9475

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010.

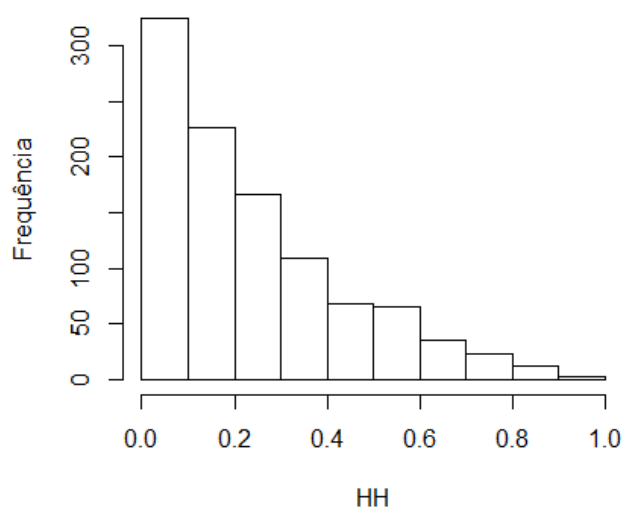


Figura 2 - Histograma do índice de concentração de votação (HH_i) para os deputados estaduais.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010.

De acordo com esses resultados percebe-se que a distribuição dos índices de concentração de votação dos deputados estaduais eleitos em 2010 é bastante assimétrica à direita. Ou seja, há uma frequência bastante significativa de deputados que possuem um índice de concentração bastante baixo. Deste resultado pode-se dizer que, ao menos para o conjunto dos deputados estaduais eleitos em 2010, a tendência é a dispersão espacial de sua votação considerada no nível municipal.

Na Figura 3 são apresentados os mapas com a distribuição nos respectivos estados dos percentuais de votação municipal em relação à votação total dos deputados que correspondem aos limites inferior e superior da distribuição do *Índice HH_i* . No primeiro caso, a Deputada estadual pelo Rio Grande do Sul, Silvana Covatti (PP), apresentou uma distribuição horizontal de votos bastante dispersa entre os municípios do Norte do estado. Por exemplo, na última faixa se encontram municípios entre 1,9 e 4,0% de contribuição para a votação total da deputada. No segundo caso, a Deputada estadual pelo Rio de Janeiro, Lucinha (PSDB), apresenta uma distribuição horizontal de votos claramente concentrada. A título de exemplo, na última faixa se encontram apenas dois municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e o Rio de Janeiro, sendo que este último município concentra 97,3% da votação da deputada. Com base nesses resultados pode-se dizer que o *Índice HH_i* é bastante

satisfatório na operacionalização da concentração eleitoral por meio da distribuição horizontal das votações dos deputados²⁵.

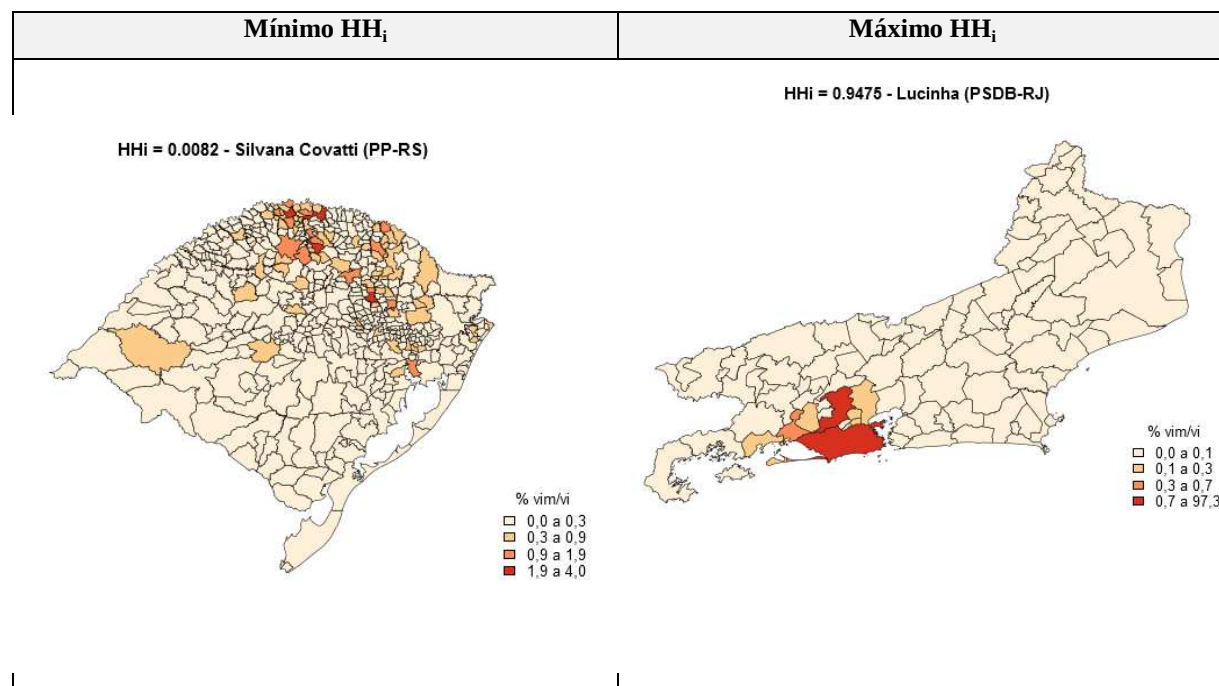


Figura 3 - Mapas das votações nos municípios em relação à votação total dos deputados que correspondem aos limites extremos da distribuição do índice HH_i

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010.

No entanto, como pode ser visto na Figura 4 as distribuições variam bastante entre os estados, tanto em relação à sua amplitude, quanto em relação às médias. Porém, em quase todos os casos as distribuições permanecem com uma assimetria positiva. Esse resultado mostra que em relação à concentração espacial das votações no nível dos municípios o perfil de distribuição horizontal dos votos dos deputados estaduais eleitos varia bastante entre as assembleias, porém a tendência geral é a dispersão de votação.

²⁵ A inadequação do índice G como indicador de concentração fica evidente com este exemplo, pois, o seu resultado para a distribuição horizontal dos votos da deputada Lucinha (PSDB-RJ) indicaria erroneamente uma baixa concentração ($G = 0,0478$).

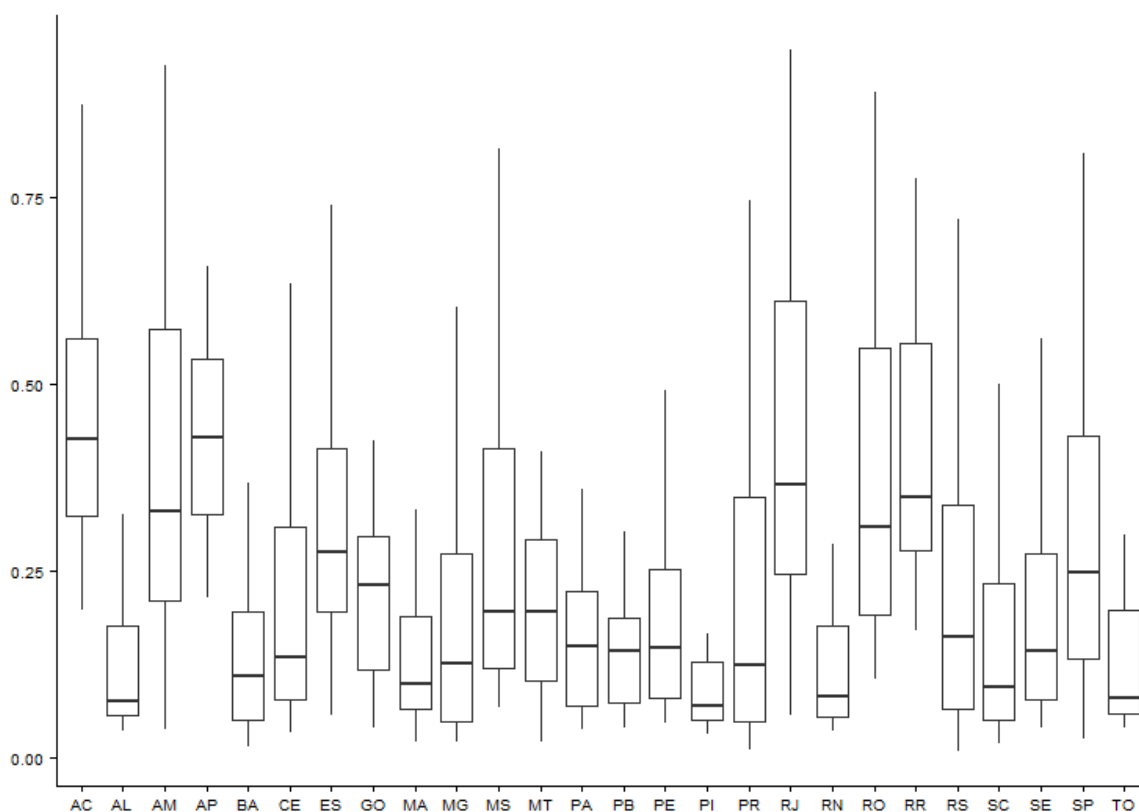


Figura 4 – Boxplot do índice de concentração de votação (HH_i) para os deputados estaduais nas assembleias legislativas.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010.

A partir das informações do HH_i , buscou-se construir uma tipologia que compreende os diferentes graus de concentração/dispersão das votações dos deputados no interior de cada estado considerado²⁶. Ou seja, mantendo-se os quatro tipos de concentração de votação utilizados por Carvalho (2003), os resultados do índice para cada conjunto de deputados foram submetidos a uma análise de *cluster* a fim de agrupá-los em quatro faixas²⁷:

A Tabela 5 apresenta os resultados da classificação dos deputados estaduais segundo o grau de concentração/dispersão de sua votação a partir do procedimento de *k-means*. Os

²⁶ Neste ponto, segue-se o ajuste feito em Corrêa (2011) para a construção da tipologia em quatro faixas utilizada em Carvalho (2003). A justificativa para tal é que, por se tratarem de eleições para cargos diferentes, não foi possível seguir os mesmos pontos de corte utilizados por Carvalho, além do fato de que o método utilizado em Corrêa permite uma alternativa à definição de cortes arbitrários nos valores do índice.

²⁷ A solução encontrada para a classificação dos diferentes graus de concentração de votação se mostrou satisfatória já que este procedimento tem como objetivo encontrar grupos de valores de uma mesma variável cujas médias se distanciem significativamente entre si a partir de um número de grupos previamente definido. Ou seja, este procedimento permite classificar o tipo de concentração da votação dos deputados entre si a partir de quebras significativas na distribuição dos diferentes índices de concentração HH .

resultados dessa classificação mostram uma tendência clara à dispersão, somadas as categorias de dispersão alta e média tem-se 66,6% dos deputados estaduais eleitos em 2010²⁸.

Tabela 5 - Análise de cluster do índice de concentração (HH) dos deputados estaduais eleitos em 2010

	Frequência	Percentual
Dispersão alta	410	39,6
Dispersão média	279	27,0
Concentração média	198	19,1
Concentração alta	148	14,3
Total	1.035	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010.

2.3.2. A dominância de votação segundo o índice de dominância média de Ames (Di)

Na seção anterior mostrou-se a distribuição dos graus de concentração da votação dos deputados estaduais eleitos em 2010 e foi possível evidenciar a predominância de um padrão mais disperso de votação. Entretanto, conforme destacou Carvalho (2003, p. 99), o eixo de distribuição vertical da votação dos deputados eleitos tal como proposto por Ames (2003) pode modificar de maneira substancial a interpretação das conexões eleitorais ao levar em consideração a dominância eleitoral dos deputados. De acordo com Carvalho (2003), a hipótese que dá fundamento ao estudo do grau de distribuição vertical da votação dos deputados eleitos, além de ter ligação com a existência de mercados eleitorais menos competitivos, funcionaria também como um forte incentivo para uma atuação parlamentar paroquialista, já que a dominância de votação num determinado município pressupõe que este se configure como um reduto eleitoral claramente identificado em termos dos seus limites territoriais.

O conceito de dominância tal como formulado por Ames (2003) permite apreender o grau em que um determinado deputado consegue polarizar a votação em relação aos demais candidatos nos municípios onde obtém a maior parte dos seus votos. Portanto o conceito de dominância nada mais é, segundo a formulação original de Ames (2003, p. 65), do que um índice de dominância média que leva em consideração a percentagem da votação do deputado nos municípios, ponderada pelo peso de sua votação neste município em relação ao total de

²⁸ Na Tabela 1 do Apêndice B são apresentados os resultados da classificação por assembleia legislativa que confirmam a variabilidade de distribuições encontrada na análise da Figura 3.

sua votação no estado como um todo. Sendo assim, o *índice de dominância média* (D_i) dos municípios de votação é calculado pela seguinte fórmula:

$$D_i = \sum_{j=1}^n \left(\frac{v_{ij}}{p_j} * \frac{v_{ij}}{V_i} \right)$$

Onde v_{ij} é o total de votos do candidato i no município j ; p_j é o total de votos válidos para deputados estaduais no município j ; V_i é o total de votos obtidos pelo deputado j em todo o estado, e n é o total de municípios em que o deputado foi votado²⁹.

Em sua tese de doutorado, Silva (2009, p. 32–33) apresenta uma série de considerações em relação ao *índice de dominância média*. A primeira delas é de que o índice de dominância média procura combinar os aspectos da concentração eleitoral do candidato e da concentração de votos no município por ser uma multiplicação de proporções. Essa percepção é equivocada na medida em que o indicador D é uma média da captura de votos nos municípios — que pode ser entendida como concentração vertical, ou dominância — ponderada pela contribuição que o município oferece para a votação total do deputado. Essa ponderação permite equilibrar o indicador em relação ao peso eleitoral dos municípios, evitando que a dominância eleitoral em municípios pouco significantes eleitoralmente tenha influência na construção do índice, o que é bastante coerente com o objetivo metodológico do indicador que é de capturar a conexão eleitoral conectada diretamente com a disputa política de âmbito municipal, o que torna evidente a necessidade de se ponderar pelo peso eleitoral do município para a votação do deputado. O que responde também a segunda crítica sobre a composição do indicador. De acordo com Silva o fato de cada termo do indicador expressar uma proporção, faria com que a sua soma não fornecesse nenhuma informação significativa, o que demonstra a dificuldade do autor em compreender o *índice* D como uma média ponderada que permite a hierarquização dos casos num contínuo delimitado entre 0 (compartilhamento absoluto) e 1 (dominância absoluta).

As estatísticas descritivas do D_i para o conjunto dos deputados estaduais eleitos em 2010 são apresentadas na tabela abaixo, bem como o histograma de distribuição das frequências dos índices calculados para cada deputado.

²⁹ Em Ames (2003) o D_i é calculado utilizando-se porcentagens. Porém, para fins de padronização com os resultados do *índice* HH que variam entre 0 e 1, decidiu-se por utilizar as proporções para o cálculo de D , o que em nada afeta o resultado final.

Tabela 6 - Estatísticas descritivas do índice de dominância média de municípios (D_i) dos deputados estaduais

Mínimo	1º Quartil	Mediana	Média	3º Quartil	Máximo
0,0011	0,0503	0,1271	0,1427	0,2103	0,5795

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010.

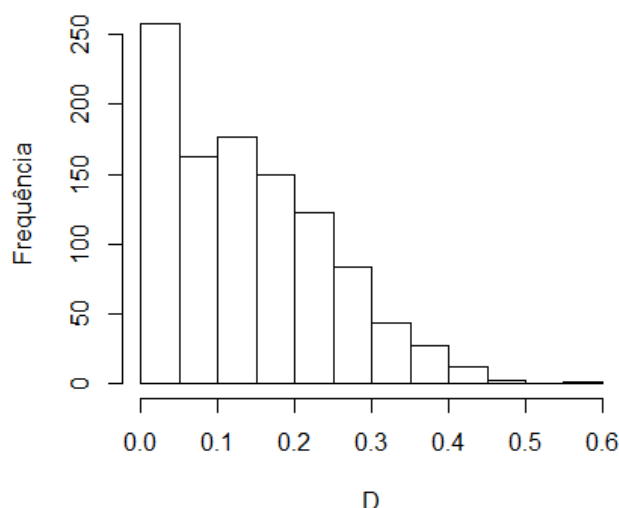


Figura 5 - Histograma do índice de dominância média (D_i) para os deputados estaduais.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010.

Esses resultados indicam uma tendência geral ao compartilhamento de votação nos municípios em que os deputados receberam algum voto, o que pode ser evidenciado, tanto pelos resultados das estatísticas descritivas, quanto pela forma da distribuição dos índices de dominância média que é bastante assimétrica à direita. Tanto Ames, quanto Carvalho, não apresentam as estatísticas descritivas dos seus índices, além do fato de Carvalho (2003, p. 100) construir o seu índice recortando apenas os 15 municípios de maior votação dos deputados, o que dificulta a comparação.

Na Figura 6 são apresentados os mapas com as distribuições dos percentuais da votação municipal dos deputados em relação à votação total dos demais candidatos no município que correspondem aos limites inferior e superior da distribuição do Índice D_i . No primeiro caso, encontra-se a Deputada estadual pelo Rio de Janeiro, Janira Rocha (PSOL), que apresenta um caso claro de compartilhamento de votação. Na faixa mais alta da distribuição dos percentuais de captura vertical de votos se encontram apenas dois municípios onde a deputada conseguiu no máximo 0,5% dos votos em relação aos demais candidatos. No segundo caso, o Deputado estadual por Minas Gerais, Dr. Hely (PV), apresentou uma distribuição vertical de votos

claramente dominante. Em seis municípios dentre os quais o deputado recebeu algum voto, ele conseguiu capturar entre 42,6% e 74,4% dos votos. Esses resultados demonstram a excelente adequação do índice em operacionalizar a dimensão da dominância eleitoral por meio da distribuição vertical das votações.

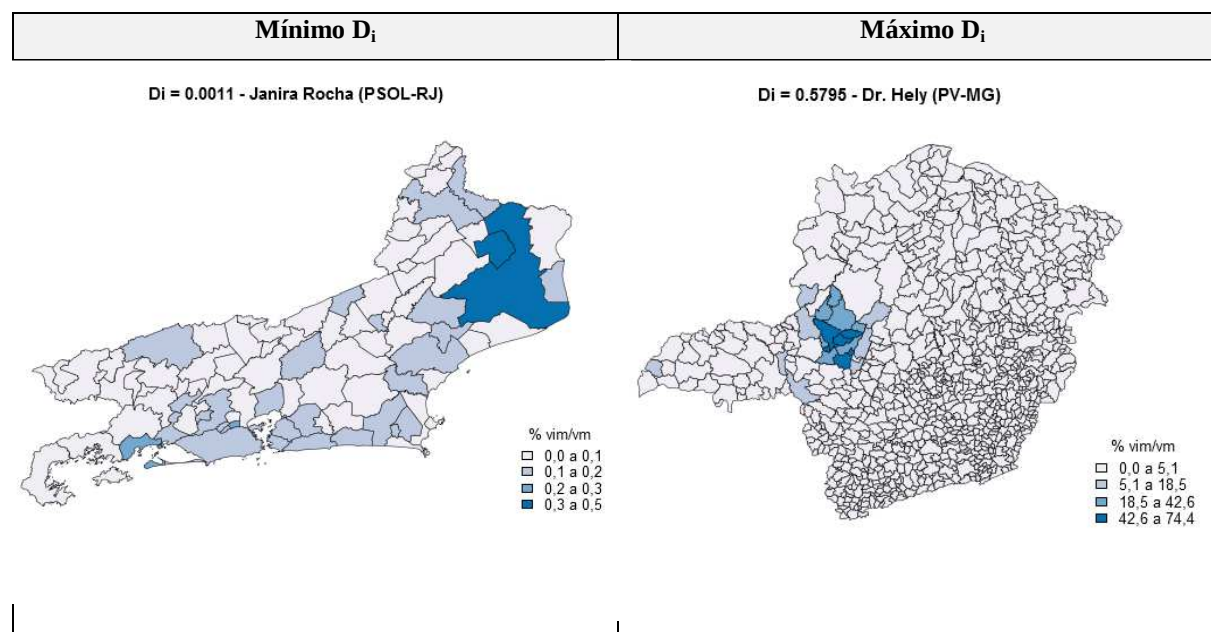


Figura 6 - Mapas das votações dos deputados em relação à votação total do município para os deputados que correspondem aos limites extremos da distribuição do índice D_i
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010.

Assim como no resultado para o *índice de concentração HH_i* , vê-se que as distribuições também variam bastante entre as assembleias legislativas em termos de amplitude e simetria. A Assembleia Legislativa do Amapá, por exemplo, apresenta uma distribuição de pouquíssima amplitude na variação do índice, além de fazê-lo em torno de uma média bastante baixa, ao passo que a Assembleia Legislativa de São Paulo apresenta uma distribuição com a maior amplitude em relação às demais e com uma média próxima da média geral.

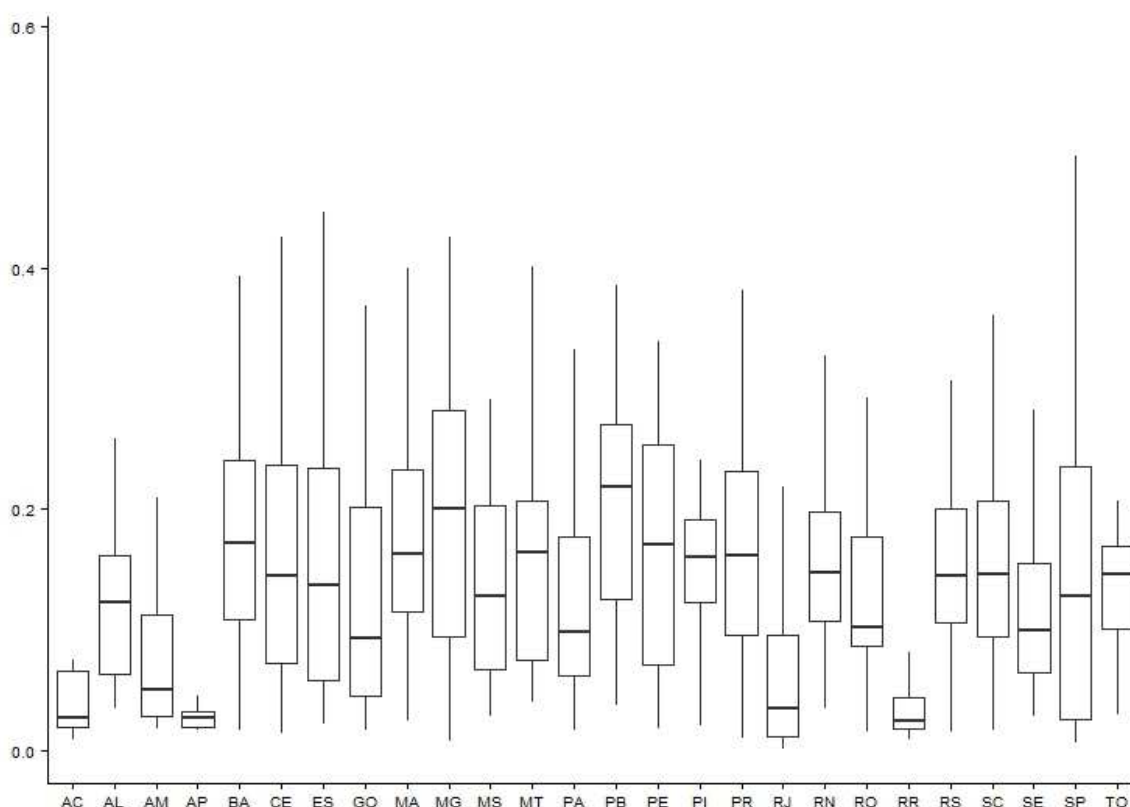


Figura 7 – Boxplot do índice de dominância média (D_i) para os deputados estaduais nas assembleias legislativas.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010.

A partir das informações dos índices de dominância média calculados para cada deputado eleito, construiu-se uma tipologia com o intuito de identificar os graus diferenciados de dominância entre os deputados estaduais eleitos em 2010. Assim como no caso do índice de concentração, existe a dificuldade de se encontrar cortes absolutos nas distribuições estaduais que tenham uma clara fundamentação teórica. Em geral os cortes escolhidos são arbitrários, como na análise feita por Carvalho (2003) que considerou uma quebra por desvios padrão sobre a distribuição do índice de dominância para classificá-la em quatro diferentes graus de dominância/compartilhamento. Para este trabalho, utilizou-se o mesmo procedimento de agrupamento apresentado na seção anterior para a construção dos graus de concentração espacial da votação dos deputados, já que a análise de *cluster* pelo método de *k-means* apresentou resultado satisfatório na discriminação dos grupos.

Na Tabela 7 são apresentados os resultados da análise de *cluster* a partir do *índice de dominância média de municípios (D_i)* com a distribuição de frequência de cada uma das faixas de dominância/compartilhamento. O resultado apresentado deixa evidente que a

maioria dos deputados estaduais eleitos em 2010 (60%) apresenta uma distribuição vertical de suas votações com uma clara tendência ao compartilhamento de votação³⁰.

Entretanto, apesar de não ser o tipo de distribuição vertical predominante, a tendência à dominância de votação apresentou valores expressivos mesmo considerando-se que o sistema eleitoral incentiva uma votação dispersa nos distritos. Em Carvalho (2003, p. 103), os percentuais calculados para a dominância, mesmo que com outro critério para a discriminação das faixas de dominância, já havia destacado certo equilíbrio entre deputados dominantes e não dominantes para o Brasil, com algumas diferenças quanto às regiões, sendo a dominância mais pronunciada nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, e o oposto no caso das regiões Norte e Sudeste.

Tabela 7 - Análise de cluster do índice de dominância média de municípios (D_i) dos deputados estaduais

	Frequência	Percentual
Compartilhamento alto	324	31,3
Compartilhamento médio	297	28,7
Dominância média	276	26,7
Dominância alta	138	13,3
Total	1.035	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010.

2.3.3. Tipologia dos padrões espaciais de votação

De acordo com a proposta analítica de Ames (2003), a existência de dois eixos de configuração da distribuição espacial da votação dos deputados eleitos (concentração e dominância) permite a sua combinação numa tipologia de padrões espaciais. Essa tipologia define, portanto, quatro diferentes perfis de incentivos para o comportamento parlamentar — concentrado-dominante, concentrado-compartilhado, fragmentado-dominante, e fragmentado-compartilhado — correspondentes a diferentes conexões eleitorais.

Nesta tese, além da classificação original, dentre os deputados estaduais classificados como sendo de padrão concentrado-compartilhado, buscou-se diferenciar os deputados que possuem mais de 50% de sua votação concentrada nas capitais daqueles que concentram a maior parte de sua votação nos demais municípios. A justificativa para tal distinção é o fato de que é possível que os deputados cujo padrão espacial de votação foi caracterizado como

³⁰ Na Tabela 2 do Apêndice B são apresentados os resultados da classificação dos índices de dominância média dos deputados por assembleia legislativa, confirmando a variabilidade de distribuições encontrada na análise da Figura 6.

sendo concentrado-compartilhado nos demais municípios apresentem os mesmos incentivos à ambição local que os concentrado-dominantes, em oposição aos deputados de padrão concentrado-compartilhado na capital, que apresentariam mais claramente as tendências universalistas destacadas por Ames para este tipo de votação (2003, p. 69–70).

A partir dos resultados da Tabela 8 pode-se perceber que há uma predominância dos tipos fragmentado-dominante e fragmentado-compartilhado³¹.

Tabela 8 - Padrão espacial de votação dos deputados estaduais nos municípios

	Frequência	Percentual
Concentrado-dominante	126	12,2
Concentrado-compartilhado na capital	110	10,6
Concentrado-compartilhado nos demais municípios	110	10,6
Fragmentado-dominante	288	27,8
Fragmentado-compartilhado	401	38,7
Total	1.035	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010.

Do ponto de vista das conexões eleitorais pensadas a partir da oposição entre paroquialismo e universalismo é possível estabelecer expectativas de uma propensão nas decisões de carreira que sejam compatíveis com os padrões espaciais de votação. Desta forma, espera-se que deputados de padrão concentrado-dominante e concentrado-compartilhado nos demais municípios apresentem um comportamento mais paroquialista, portanto, apresentem carreiras políticas mais conectadas com a política municipal.

Por conseguinte, espera-se que os deputados de padrões fragmentado-compartilhado e concentrado-compartilhado na capital estejam mais orientados a um comportamento universalista e, portanto, apresentem padrões de carreira que possibilitem uma ambição progressiva de carreira, ou seja, uma trajetória orientada para o cargo de deputado federal, ou mesmo de senador e governador.

Do ponto de vista da ambição estática, isto é, deputados que orientam suas carreiras para a permanência nas assembleias legislativas torna-se mais difícil estabelecer uma hipótese clara, entretanto, espera-se que ela seja predominante entre deputados de padrão fragmentado-dominante já que deputados deste tipo estariam mais conectados com a dinâmica política no nível estadual, pois esse padrão compreenderia os deputados que fazem acordos com políticos

³¹ Na Tabela 1 do Apêndice C são apresentadas as distribuições dos padrões espaciais de votação para cada assembleia legislativa.

locais, ou deputados que ocuparam algum cargo não-eletivo nos governos estaduais com grande capacidade de alocação de recursos discricionários para municípios específicos.

2.4. Resultados

Nesta seção buscar-se-á analisar a significância da associação entre os padrões espaciais de votação descritas na seção anterior e os diferentes padrões de carreira identificados no primeiro capítulo.

Neste sentido, na Tabela 9 são apresentados os resultados do cruzamento entre os padrões espaciais de votação e as combinações de trajetórias de carreira identificadas no capítulo anterior. A exploração das trajetórias de carreira de forma desagregada permite jogar luz sobre a relação entre a natureza da ambição contida nessas trajetórias e os diferentes padrões espaciais de acordo com as hipóteses levantadas ao final da seção anterior. A baixa frequência na maioria das combinações impossibilita a sua interpretação de acordo com as hipóteses elencadas, porém, focando-se nas combinações mais frequentes e mais ilustrativas é possível identificar algumas tendências que vão no sentido dessas hipóteses ou que apresentam .

Tabela 9 – Grupos de trajetórias de carreira segundo os padrões espaciais de votação

	C-D	C-C na Capital	C-C nos demais municípios	F-D	F-C	Total
Dep.Est.(2010) - Dep.Fed./Sen. (2014)	21,4	14,3	14,3	7,1	42,9	14
Dep.Est.(2010) - Gov.(2014)	50,0	0,0	0,0	50,0	0,0	2
Dep.Est.(2010) - Dep.Est.(2014)	6,2	20,4	14,2	19,5	39,8	113
Dep.Est.(2010) - Pref.(2012) - Dep.Est.(2014)	0,0	0,0	0,0	60,0	40,0	5
Dep.Est.(2010) - Pref.(2012)	20,0	0,0	20,0	20,0	40,0	10
Dep.Est.(2010) - Retirou-se	21,7	13,0	8,7	26,1	30,4	23
Ver.(2008) - Dep.Est.(2010) - Dep.Fed./Sen.(2014)	0,0	33,3	33,3	0,0	33,3	3
Ver.(2008) - Dep.Est.(2010) - Gov.(2014)	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	2
Ver.(2008) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012) - Dep.Fed.(2014)	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1
Ver.(2008) - Dep.Est.(2010) - Dep.Est.(2014)	3,5	19,3	15,8	5,3	56,1	57
Ver.(2008) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012) - Dep.Est.(2014)	0,0	20,0	0,0	20,0	60,0	5
Ver.(2008) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012)	0,0	0,0	0,0	20,0	80,0	5
Ver.(2008) - Dep.Est.(2010) - Retirou-se	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	2
Pref.(2008) - Dep.Est.(2010) - Dep.Fed./Sen. (2014)	33,3	0,0	0,0	66,7	0,0	3
Pref.(2008) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012) - Dep.Fed.(2014)	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	1
Pref.(2008) - Dep.Est.(2010) - Dep.Est.(2014)	35,7	0,0	7,1	53,6	3,6	28
Pref.(2008) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012) - Dep.Est.(2014)	16,7	0,0	0,0	66,7	16,7	12
Pref.(2008) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012)	12,5	0,0	0,0	87,5	0,0	8
Pref.(2008) - Dep.Est.(2010) - Retirou-se	9,1	9,1	0,0	72,7	9,1	11
Dep.Est.(2006) - Dep.Est.(2010) - Dep.Fed./Sen.(2014)	11,4	15,9	4,5	18,2	50,0	44
Dep.Est.(2006) - Dep.Est.(2010) - Gov.(2014)	50,0	0,0	0,0	0,0	50,0	2
Dep.Est.(2006) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012) - Dep.Fed.(2014)	33,3	0,0	0,0	0,0	66,7	3
Dep.Est.(2006) - Dep.Est.(2010) - Dep.Est.(2014)	11,4	9,1	11,1	31,1	37,3	386
Dep.Est.(2006) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012) - Dep.Est.(2014)	11,1	6,7	8,9	26,7	46,7	45
Dep.Est.(2006) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012)	24,0	0,0	0,0	44,0	32,0	25
Dep.Est.(2006) - Dep.Est.(2010) - Retirou-se	12,2	9,8	15,9	29,3	32,9	82
Dep.Est.(2006) - Pref.(2008) - Dep.Est.(2010) - Dep.Fed./Sen.(2014)	25,0	25,0	0,0	25,0	25,0	4
Dep.Est.(2006) - Pref.(2008) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012) - Dep.Fed.(2014)	0,0	20,0	0,0	20,0	60,0	5
Dep.Est.(2006) - Pref.(2008) - Dep.Est.(2010) - Dep.Est.(2014)	13,8	10,3	6,9	24,1	44,8	29
Dep.Est.(2006) - Pref.(2008) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012) - Dep.Est.(2014)	31,6	0,0	0,0	21,1	47,4	19
Dep.Est.(2006) - Pref.(2008) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012)	14,3	0,0	14,3	38,1	33,3	21
Dep.Est.(2006) - Pref.(2008) - Dep.Est.(2010) - Retirou-se	0,0	20,0	0,0	40,0	40,0	5
Dep.Est.(2006) - Ver.(2008) - Dep.Est.(2010) - Dep.Fed./Sen.(2014)	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1
Dep.Est.(2006) - Ver.(2008) - Dep.Est.(2010) - Gov.(2014)	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1
Dep.Est.(2006) - Ver.(2008) - Dep.Est.(2010) - Dep.Est.(2014)	10,5	21,1	5,3	10,5	52,6	19
Dep.Est.(2006) - Ver.(2008) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012) - Dep.Est.(2014)	0,0	0,0	60,0	20,0	20,0	5
Dep.Est.(2006) - Ver.(2008) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012)	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1
Dep.Est.(2006) - Ver.(2008) - Dep.Est.(2010) - Retirou-se	0,0	33,3	0,0	66,7	0,0	3
Dep.Fed./Sen./Gov.(2006) - Dep.Est.(2010) - Dep.Fed./Sen.(2014)	0,0	0,0	50,0	0,0	50,0	2
Dep.Fed./Sen./Gov.(2006) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012) - Dep.Fed.(2014)	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1
Dep.Fed./Sen./Gov.(2006) - Dep.Est.(2010) - Dep.Est.(2014)	6,3	6,3	12,5	25,0	50,0	16
Dep.Fed./Sen./Gov.(2006) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012) - Dep.Est.(2014)	0,0	20,0	40,0	0,0	40,0	5
Dep.Fed./Sen./Gov.(2006) - Dep.Est.(2010) - Pref.(2012)	33,3	0,0	0,0	0,0	66,7	3
Dep.Fed./Sen./Gov.(2006) - Dep.Est.(2010) - Retirou-se	33,3	0,0	0,0	0,0	66,7	3
	126	110	110	288	401	1035

Nota: χ^2 (168) = 222,9643; $p < 0,05$.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014.

Quando observados somente os deputados estaduais eleitos em 2010 que concorreram somente para o mesmo cargo em 2006 e 2014, que é o padrão de carreira mais frequente, a distribuição dos padrões espaciais de votação é bastante próxima da distribuição encontrada para o conjunto de todos os deputados estaduais, isto é, há uma predominância dos padrões fragmentado-dominante e fragmentado-compartilhado. Em relação ao primeiro padrão, o resultado está de acordo com a hipótese, já que o percentual encontrado é ligeiramente maior do que a média, com uma diferença de 3,3 pontos percentuais. A proximidade do padrão fragmentado-compartilhado com uma ambição estática no caso deste padrão de carreira não é prevista pela teoria, considerando-se apenas os incentivos oriundos da conexão eleitoral. Certamente uma exploração das características da competição eleitoral que enfrentam estes deputados poderia explicar essa tendência aqui evidenciada.

Entre os novatos nas eleições de 2010 que concorreram para o mesmo cargo de deputado estadual em 2014, segundo padrão mais recorrente, percebe-se uma significativa diferença na distribuição dos padrões espaciais de votação. Em comparação com o perfil médio de distribuição dos padrões espaciais de votação para o total dos deputados, nesta combinação de trajetória é possível notar uma maior incidência de deputados de perfil de votação concentrado-compartilhado na capital e nos demais municípios em comparação com a incidência dos perfis de votação concentrado-dominante e fragmentado-dominante. Neste caso, não havia uma hipótese prevista pela literatura, porém, esse resultado pode indicar que ambos os padrões de votação baseados na dominância eleitoral apresentam uma tendência de entrada nas assembleias legislativas caracterizada disputa anterior por outros cargos. Por exemplo, dos 28 deputados que concorreram ao cargo de prefeito em 2008 e que buscaram permanecer no cargo de deputado estadual em 2014, o percentual desses padrões de votação é significativamente maior do que os demais (23,5% de padrão concentrado-dominante e 25,7% de fragmentado-dominante). Outro exemplo, dos 8 deputados que disputaram o cargo de prefeito em 2008 e que se elegeram prefeitos em 2012, 85% eram de padrão fragmentado-dominante e 12,5% eram de padrão concentrado-dominante.

Dentre os deputados que optaram pelo abandono da disputa após 2010, mas que haviam concorrido para o mesmo cargo de deputado estadual em 2006, a distribuição dos padrões espaciais de votação também não se diferencia muito da distribuição média encontrada para o total dos deputados de 2010. Percebe-se apenas um aumento na incidência de deputados de perfil concentrado-compartilhado nos demais municípios, talvez um indicativo de sua fragilidade eleitoral se comparado com os demais padrões.

Já entre os deputados que haviam concorrido para o cargo de vereador em 2008 e que tentaram a reeleição para o cargo de deputado estadual em 2014, a distribuição se modifica significativamente. Nota-se uma menor relação deste tipo de trajetória com os padrões de dominância eleitoral, seja com votação concentrada ou fragmentada, ao passo que há um aumento relativamente maior na presença de deputados de perfil fragmentado-compartilhado, e um aumento relativamente menor na presença dos padrões de votação concentrado-compartilhado na capital ou nos demais municípios. Em relação aos dois últimos, a relação com o nível local como origem da carreira é esperada. Porém, em relação ao primeiro, é possível cogitar que sua origem esteja em um mandato bem sucedido de vereador nas capitais, e que a partir disso tenha sido possível expandir suas votações para outros municípios no estado.

Conforme visto anteriormente, a busca por uma progressão na carreira para os cargos de deputado federal e senador é pouco frequente dentre as várias trajetórias de destino. Dentre os vários padrões de carreira que terminam com a escolha por cargos mais altos na estrutura de oportunidades, o mais frequente é de deputados que haviam competido anteriormente para o cargo de deputado estadual em 2006. Quando observada a distribuição dos padrões espaciais de votação destes deputados nota-se uma predominância de deputados padrões espaciais de votação tendendo ao compartilhamento, seja fragmentado ou concentrado na capital. Resultado que está de acordo com as hipóteses formuladas anteriormente.

Ao compararmos os resultados do grupo anterior com os resultados do grupo de deputados que haviam concorrido ao cargo de deputado estadual em 2006, mas cuja trajetória de carreira termina com a eleição para o cargo de prefeito em 2012, fica evidente que a relação com os padrões espaciais de votação se dá de forma completamente diferente, ainda que ambos signifiquem uma progressão de carreira. Para este último grupo nota-se uma incidência acima da média para deputados com padrões de votação concentrado-dominante e fragmentado-dominante. Portanto, a dominância eleitoral para os deputados que desejam sucesso na disputa pelo cargo de prefeito parece ser fundamental, o que pode ser comprovado também a partir das demais trajetórias de carreira que terminam com a eleição para prefeito em 2012.

Adotando uma perspectiva de longo prazo, os padrões de carreira podem ser analisados em termos de ambição predominante, conforme visto no primeiro capítulo. Ou seja, definindo-se uma hierarquia de preferência entre os cargos, e considerando-se os diferentes movimentos possíveis realizados no decorrer do trecho de carreira analisado é possível classificar os diferentes padrões de carreira em categorias de ambições em relação ao cargo

desejado. Portanto, a Tabela 10 abaixo apresenta a associação entre a ambição predominante nas trajetórias de carreira apresentadas pelos deputados estaduais eleitos em 2010 e os seus padrões espaciais de votação.

Tabela10 – Tipos de ambição de carreira predominante segundo os padrões espaciais de votação

Padrões espaciais de votação	Tipo de ambição predominante						Total
	Progressiva nacional	Progressiva estadual	Estática	Pseudo-estática	Progressiva local	Discreta	
Concentrado-dominante	8,7	1,6	55,6	10,3	10,3	13,5	126
Concentrado-compartilhado na capital	10,9	0,0	70,0	4,5	0,0	14,5	110
Concentrado-compartilhado nos demais municípios	5,5	0,0	68,2	8,2	4,5	13,6	110
Fragmentado-dominante	4,9	0,3	60,1	10,1	10,1	14,6	288
Fragmentado-compartilhado	9,7	1,0	63,1	10,0	6,5	9,7	401
Total	83	9	651	100	78	138	1035

Nota: $\chi^2 (20) = 36,118$; $p < 0,05$.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014.

Os resultados apresentados na tabela anterior indicam que a ambição puramente estática perpassa todos os padrões espaciais de votação. No entanto, quando se comparam as distribuições dos tipos de ambição apresentados no interior de cada padrão espacial de votação, observa-se que existem diferenças significativas que não permitem o descarte imediato das hipóteses anteriormente elencadas, especialmente em complementação com a análise detalhada da relação entre os padrões espaciais de votação e as combinações específicas de trajetórias de carreira apresentadas na tabela anterior.

Em relação aos deputados de padrões de votação concentrado-dominante e fragmentado dominante, esperava-se que eles apresentassem ambições de carreira direcionadas para o cargo de prefeito, representadas pela ambição progressiva direcionada ao âmbito local e pela ambição pseudo-estática, aquela apresentada por deputados que concorreram à reeleição depois de uma tentativa frustrada nas eleições para prefeito. Ambos os padrões espaciais de votação apresentaram percentuais acima da média nas duas categorias de ambição (aproximadamente 10% para cada). Esse resultado se torna significativo em comparação com os demais padrões espaciais de votação, especialmente os concentrado-compartilhado, seja na capital ou nos demais municípios. Ou seja, a dominância eleitoral parece ser um critério relevante para distinguir os deputados estaduais em sua ambição progressiva em relação ao cargo de prefeito.

Outra hipótese era que os padrões espaciais de votação concentrado-compartilhado na capital e fragmentado-compartilhado proporcionariam condições favoráveis para o desenvolvimento de uma ambição progressiva em relação a cargos em âmbito nacional. Essa expectativa, descontada a predominância de ambição estática para todos os padrões, é significativamente maior nesses padrões se comparados com o percentual de deputados que demonstraram ambição progressiva com padrões concentrado-compartilhado nos demais municípios e fragmentado-dominante. A exceção a essa expectativa está justamente no padrão concentrado-dominante, que se mantém em posição intermediária em termos percentuais. Uma explicação para isso pode estar na segurança trazida pela dominância eleitoral que possibilita a esses deputados se aventurar em uma disputa para um cargo proporcional mais elevado como o de deputado federal.

A expectativa de uma carreira orientada para o âmbito local para os deputados de padrão espacial de votação concentrado-compartilhado nos demais municípios não se confirmou com base nos dados apresentados. Os resultados indicam que deputados com esse padrão espacial de votação apresentaram em maior medida padrões de carreira que sustentam uma ambição estática. No entanto, também é possível pensar que a ausência de dominância eleitoral torne esses deputados mais vulneráveis eleitoralmente, tanto em disputas majoritárias para o executivo municipal, quanto para uma disputa proporcional mais competitiva para o cargo de deputado federal.

Em relação à ambição discreta não havia expectativa teórica suficiente para estabelecer uma relação com os padrões espaciais de votação. Porém, tendo em vista os resultados apresentados, é possível notar que a frequência relativa de deputados com padrão espacial de votação fragmentado-compartilhado que optam por abandonar a disputa por cargos é menor do que para os demais padrões. Esse resultado também poderia ser explicado a partir da perspectiva da segurança eleitoral, já que o padrão de dispersão eleitoral no distrito como um todo poderia assegurar um montante de votos suficiente para que o deputado se mantenha competitivo na disputa em cargos proporcionais.

2.5. Considerações finais

O presente capítulo discutiu do ponto de vista teórico como as conexões eleitorais dos deputados estaduais condicionam as preferências por cargos eletivos e procurou apresentar algumas contribuições de natureza teórica e empírica para os estudos sobre carreiras legislativas no Brasil.

O primeiro desafio metodológico enfrentado foi a identificação dos padrões espaciais de votação, pois há pouco consenso na literatura em relação aos indicadores utilizados para operacionalizar o conceito de conexões eleitorais. Neste sentido, a identificação de dois eixos de distribuição espacial das votações — horizontal e vertical — proposta por Ames (2003) permite uma melhor compreensão heurística dos comportamentos esperados dos legisladores em relação às suas bases eleitorais. Além disso, fez-se uma discussão breve dos principais indicadores utilizados na literatura, chegando-se à conclusão de que os indicadores de concentração (HH_i) e de dominância média (D_i) são os mais indicados para operacionalizar ambas as dimensões dos padrões espaciais de votação. A escolha entre os indicadores disponíveis se deu pela eficácia em isolar as dimensões de interesse.

O cruzamento da tipologia final dos padrões espaciais de votação com as várias combinações de trajetória de carreira indicam que conexões eleitorais distintas podem levar a estratégias diferentes de sobrevivência política por meio de padrões distintos de carreira. No entanto, como já havia sido apresentado no capítulo anterior, a grande maioria dos deputados apresenta um padrão de carreira estático que, a luz dos dados apresentados neste capítulo, parece ser independente do padrão espacial de votação apresentado. Porém, com base nesses mesmos dados é possível identificar alguns desvios em relação ao comportamento médio que correspondem em grande medida às hipóteses levantadas.

Se de fato uma parte significativa dos deputados, ainda que minoritária, apresenta uma ambição de carreira predominantemente local, que em grande medida corresponde à forma como se distribui espacialmente a sua votação, contudo a competição eleitoral no plano municipal se coloca como um obstáculo para o sucesso nessa empreitada. Aqui cabe o destaque de que é bastante provável que os deputados que disputaram os pleitos municipais tivessem como concorrentes os atuais prefeitos, o que minimizaria e muito as suas chances de vitória.

Além disso, assumindo-se o argumento de Samuels (2003) de que a ambição de carreira está relacionada com a natureza do cargo, e que a ambição dos deputados é predominantemente progressiva, o resultado aqui encontrado relativiza essa afirmação para os deputados estaduais. E a explicação para isso parece estar no fato de que o padrão espacial de votação dos deputados, ao representar formas diferentes de relacionamento com as bases eleitorais, condiciona diretamente as trajetórias de carreira dos deputados. Resta saber, portanto, como as diferentes formas de competição para os diferentes cargos influenciam nos cálculos das estratégias de carreira. O que explicaria em parte a tendência ao equilíbrio das

estratégias encontradas em torno da permanência no cargo de deputado estadual. Hipótese que será explorada no próximo capítulo.

3. A DINÂMICA DA COMPETIÇÃO ELEITORAL COMO COMPONENTE DA ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES

3.1. Introdução

O argumento a ser desenvolvido neste capítulo é de que a dinâmica da competição para os cargos conforma os riscos e os custos envolvidos na decisão de carreira de um deputado estadual para além das preferências por cargos definidas pelas suas conexões eleitorais. O objetivo, portanto, é refletir sobre os elementos da competição eleitoral para os diversos cargos que estão disponíveis na estrutura de oportunidades de um deputado estadual.

A premissa é de que o político em perspectiva de carreira (ou mesmo o novato buscando iniciar sua carreira) no momento da decisão sobre para qual cargo competir no futuro precisa ter em mente a dinâmica da competição para os diferentes cargos disponíveis. Isso porque, a depender da configuração da competição, o patamar mínimo de votação para se tornar eleito é mais ou menos conhecido, ao mesmo tempo em que é requerido um montante de votos para se tornar eleito que varia significativamente a depender do cargo desejado. Além disso, a depender do cargo, o tipo de votação muda radicalmente, sendo necessárias estratégias completamente diferentes para ser eleito. Portanto, o entendimento das incertezas envolvidas na dinâmica da competição para os diversos cargos é um passo fundamental para o entendimento dos padrões de carreira dos políticos.

De acordo com a abordagem neoinstitucionalista das carreiras políticas baseada na Teoria da Ambição de Schlesinger (1966), o entendimento da estrutura de oportunidades de carreira se dá a partir da investigação das condicionantes institucionais que determinam os custos e benefícios da obtenção de um determinado cargo. Deste modo, a caracterização da dinâmica da competição enfrentada por cada candidato ao escolher determinado cargo deve ser levada em consideração.

Samuels (2000b, 2003) argumentou que a ambição de carreira dos deputados leva-os a buscar cargos no Executivo, seja estadual ou municipal, devido à concentração de poder e de acesso a recursos nestes cargos em comparação com os demais. Por outro lado, partindo da premissa de que os deputados buscam a reeleição, Leoni, Pereira e Rennó (2003) constataam que o percentual de deputados que busca a reeleição é bastante elevado e argumentam que a predominância de uma ambição estática não se deve à natureza desta ambição, ao contrário de Samuels (2000b), mas sim ao cálculo feito com base no risco e nos custos de se aventurar em

carreira progressiva. Porém, os autores desconsideram em sua análise os deputados que optaram no decorrer do seu mandato por concorrer ao cargo de prefeito. Também não há uma discussão sobre a diferença entre os condicionantes das opções de carreira para senador e governador, de um lado, e para prefeito, de outro.

A ressalva feita a esses achados é reforçada pelo fato de que esses autores não consideraram que alguns deputados federais e estaduais concentram suas votações e dominam eleitoralmente determinados municípios, por já terem sido prefeitos ou vereadores, ou mesmo que dispersam sua votação pelo estado a ponto de obterem votação suficiente para a conquista de um cargo mais elevado sem manter qualquer tipo de ambição em relação aos cargos em nível municipal. A hipótese de que indivíduos com conexões eleitorais distintas e operacionalizadas a partir dos seus padrões espaciais de votação — *concentrado-dominante*, *fragmentado-dominante*, *fragmentado-compartilhado*, e *concentrado-compartilhado na capital e nos demais municípios* — tendem a privilegiar de maneira diferenciada os cargos disponíveis já foi explorada no capítulo anterior. O argumento foi de que as ambições de carreira são valoradas de maneira diferente de acordo com a relação dos representantes com suas bases eleitorais. A exploração desta associação entre conexões eleitorais e padrões de carreira apontou para a sustentação desta hipótese, tornando-se necessário o passo seguinte que é a exploração da dinâmica da competição pelos cargos. Ou seja, de que maneira a dinâmica da competição pelos vários cargos disponíveis entra no cálculo da decisão por concorrer a determinado cargo? Responder essa pergunta nos permitirá explicar, por exemplo, a ambição estática como estratégia predominante de sobrevivência política para deputados estaduais.

3.2. A dinâmica da competição por cargos e o sistema eleitoral brasileiro

Há pouca literatura sobre a configuração da competição eleitoral no Brasil, especialmente do ponto de vista da integração entre diferentes cargos, isto porque, cada competição pode ser analisada de forma isolada; porém, numa perspectiva de análise de carreira torna-se necessário observar o funcionamento da competição em sua dinâmica interativa. Do ponto de vista do entendimento das regras de funcionamento do sistema eleitoral, pode-se dizer que a literatura brasileira avançou bastante. Em diversos trabalhos, Nicolau (2004, 2006a, 2006b, 2007) fornece uma fundamental descrição das regras que compõem o sistema eleitoral brasileiro, em sua maior parte focada na composição da Câmara dos Deputados, instância maior de representação legislativa.

A dificuldade a ser superada na presente revisão bibliográfica se dá pelo fato de que a literatura em geral tem como foco principal a discussão da dinâmica de representação a partir das regras que orientam o funcionamento do sistema eleitoral e sua relação com a configuração de um sistema partidário. No entanto, de acordo com a perspectiva da análise de carreiras aqui proposta, a competição inerente aos vários cargos disponíveis passa a ser observada a partir do seu elemento de incerteza. Dito de outro modo, a incerteza é o componente principal dos custos associados a determinada decisão num ponto específico da carreira. De certo modo, segue-se aqui um raciocínio análogo ao apresentado por Melo (MELO, 2004) ao explicar as migrações partidárias na Câmara dos Deputados, onde o autor propõe a hipótese de que os deputados migram de partidos como forma de minimizar a incerteza em relação à sua carreira política, isto é, migrar para um partido da base aliada do governo garante ao parlamentar uma maior chance de renovação do seu mandato. Neste capítulo, a incerteza oriunda da competição eleitoral é tomada com elemento de cálculo sobre que cargo competir nos momentos em que o parlamentar se depara com o cenário eleitoral em que ele deve colocar a teste a sua ambição de carreira política.

Seguindo-se a proposta analítica da Teoria da Ambição Política, discutida no segundo capítulo, a ideia é que o político, num ponto específico da carreira, se depara também com os custos associados à decisão de concorrer a cada um dos cargos disponíveis. No entanto, argumenta-se aqui que a incerteza é dada pelas características institucionais da competição para cada um dos cargos; por consequência, determinados atributos individuais podem ser considerados como elementos atenuadores da incerteza. Por exemplo, um determinado deputado estadual que possua uma votação muito próxima do quociente eleitoral para o cargo de deputado federal no ano que foi eleito pode considerar interessante concorrer a este cargo, pois estaria em vantagem em relação aos demais candidatos, reduzindo a incerteza quanto as suas chances na disputa por um cargo mais alto. Raciocínio análogo pode ser aplicado ao caso em que o deputado estadual tenha interesse em disputar uma prefeitura nas eleições municipais no meio do seu mandato. Essa decisão pode ser afetada pelo fato de que o atual prefeito tem possibilidade de concorrer à reeleição. Nessa circunstância, a disputa pelo cargo estaria mais fechada se comparada com a situação em que o prefeito em exercício não pode concorrer à reeleição, sendo necessário apoiar um sucessor. Poderíamos dizer que no primeiro caso, a incerteza quanto ao resultado bem sucedido na competição é maior do que no segundo, em que a disputa se apresenta mais aberta aos novos competidores. Porém, a fim de que fique mais claro o argumento, passemos a uma revisão do que sabemos sobre a

competição para cada um desses cargos, destacando o seu elemento de incerteza na perspectiva do competidor³².

Passamos aqui a desenvolver algumas constatações sobre o contexto institucional que são fontes geradoras de incerteza. Essas constatações já estavam sistematizadas na investigação de Melo (2004), ainda que não tivessem sido plenamente exploradas no plano analítico mais empírico da obra, figurando mais como premissa do que como variável explicativa. A questão da incerteza também aparece em Nicolau (2006a, p. 700), onde o autor destaca principalmente a reduzida informação que os candidatos possuem sobre o potencial eleitoral do seu partido, bem como dos demais companheiros de lista.

Desde Carey e Shugart (1995), uma das conclusões decorrentes da análise do funcionamento das regras do sistema eleitoral proporcional de lista aberta é de que a adoção dessa modalidade de lista, na qual o eleitor pode indicar o nome de sua preferência mesmo em um sistema de princípio proporcional, estimula o comportamento estratégico de campanhas centradas no candidato por meio do reforço dos seus atributos pessoais, ou sua reputação pessoal, conforme terminologia consagrada pelos autores. Esse reforço pessoal, segundo os autores, é uma forma do candidato se destacar não só em relação aos demais competidores de outros partidos, como também em relação aos companheiros de partido que competem por uma melhor posição na lista eleitoral. Ou seja, a interpretação corrente do funcionamento do nosso sistema é de que a reputação pessoal do candidato vem antes da reputação partidária, já que, para ser eleito, é preciso se destacar individualmente, mostrar o que o candidato traz de diferente no cenário da competição, para além da reputação partidária. Somente pela existência dessa regra, já poderíamos considerar que a competição se torna mais aberta, já que os candidatos estariam competindo por votos também com os demais colegas de partido, dado que os eleitos serão aqueles candidatos que conquistam uma melhor posição na lista eleitoral. Por isso, podemos falar de uma competição intra-lista, que aumenta a incerteza quanto ao resultado eleitoral. Ou seja, para ser eleito é preciso que o partido tenha um montante de votos suficiente para a conquista de cadeiras, e o candidato precisa se destacar não só em relação aos competidores em geral, mas também em relação aos candidatos do mesmo partido.

É possível questionar a capacidade de interferência dos partidos na dinâmica da competição, especialmente entre os seus correligionários. Nicolau (2006a, p. 699), por

³² Apenas para fins analíticos podemos dissociar a caracterização da incerteza na perspectiva do competidor da incerteza atribuída ao agregado da disputa. Por exemplo, ignorando-se as características individuais, um observador externo pode considerar que a incerteza é maior quanto maior for o número de competidores. Porém, do ponto de vista do competidor, não só a incerteza agregada é importante, mas principalmente a sua chance individual nesse cenário, que pode variar de acordo com atributos individuais que serão discutidos mais a frente.

exemplo, destaca o papel dos partidos na utilização de determinados recursos que reforçam a lealdade partidária, sendo o principal deles o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – HGPE. O mecanismo de reforço da lealdade partidária se dá por meio do incentivo ao voto em legenda, conforme explora Samuels (1999), mas esse mecanismo tem apenas efeitos marginais, sobretudo para PT e PCdoB, de acordo com Nicolau (2006a, p. 699).

Contudo, os efeitos das regras institucionais no sistema eleitoral brasileiro na geração de incerteza sobre os resultados da competição proporcional não param por aí. Em primeiro lugar, faz parte dessa lista a presença de distritos de elevada magnitude. A magnitude eleitoral elevada no nível dos distritos é um elemento importante para a garantia do princípio da proporcionalidade nas eleições para o Legislativo. No entanto, quanto maior a magnitude de um distrito, maior é o número de candidatos competindo. Portanto, em combinação com a existência de lista aberta, a elevação da magnitude dos distritos aumenta exponencialmente o número de competidores na perspectiva de um competidor individual, considerando que cada partido pode apresentar uma proporção de candidatos em relação ao total de vagas disponíveis na competição. A perspectiva é, portanto, de maior incerteza quanto ao resultado da competição quanto maior for a magnitude dos distritos.

Em seguida, pode-se adicionar também a possibilidade de coligação entre os partidos para a competição eleitoral. Esse talvez seja um dos principais elementos de incerteza quanto ao sucesso de uma campanha individual, por dois motivos: não só há um aumento no número de candidatos que podem ser apresentados pelos partidos quando estão coligados com outros, como a ordem do preenchimento das cadeiras obtidas pela lista eleitoral passa a corresponder à ordem decrescente de votação de todos os candidatos da coligação juntos. O resultado disso, é que não há qualquer garantia de proporcionalidade no preenchimento das cadeiras entre os partidos parceiros nas coligações eleitorais (NICOLAU, 2007).

Por fim, há que se mencionar a existência de um sistema multipartidário bastante fragmentado. Em parte, pode-se considerar que, grosso modo, há uma correlação entre o multipartidarismo e a proporcionalidade no sistema eleitoral; no entanto, no caso brasileiro, podemos adicionar também as regras pouco rígidas para a criação de partidos, bem como, recentemente, o estímulo à criação de novos partidos por conta da restrição imposta sobre as migrações partidárias de detentores de mandato; isto é, de acordo com as regras vigentes até o momento, só é possível migrar de partido sem prejuízo do mandato a partir da criação de um novo partido. Aqui a incerteza aumenta por conta da ampliação de número de candidaturas disputando as eleições a partir do aumento do número de partidos registrados, já que todos possuem iguais possibilidades de apresentação de candidaturas.

A combinação desses fatores – lista aberta, distritos de grande magnitude, possibilidade de coligações eleitorais e um multipartidarismo de fragmentação crescente – gera um elevado grau de incerteza inerente à competição proporcional de acordo com as características do funcionamento do sistema eleitoral brasileiro. Ames chegou a explorar as estratégias dos candidatos no sistema eleitoral de lista aberta (AMES, 1995b, 1995a, 2003), destacando o efeito positivo que as emendas orçamentárias direcionadas aos municípios eleitoralmente dominados por um deputado exercem sobre a variação da sua votação entre duas eleições. Uma ampliação desse modelo explicativo pode ser encontrada em Pereira e Rennó (2001, 2003). Segundo os autores, Ames ignora a distribuição efetiva de recursos concentrados a partir da execução das emendas, ao mesmo tempo em que deixa de lado a "*tomada de posição no exercício das atividades legislativas*" (PEREIRA; RENNÓ, 2001). Ou seja, para estes autores, na explicação da chance de reeleição é preciso levar em consideração o recurso realmente executado e não apenas a reivindicação de crédito pela emenda aprovada, mas não se pode ignorar também a atividade parlamentar em postos chave da dinâmica legislativa. O problema em relação a esses modelos, conforme já dito anteriormente, é que a tentativa de reeleição é apenas uma das estratégias possíveis, sendo apenas um caso particular do problema da decisão de carreira onde o risco de insucesso decorrente da incerteza inerente à competição deve ser considerado em relação aos demais cargos disponíveis e de acordo com a ambição predominante de carreira.

Ainda sobre a competição proporcional, pouco se sabe sobre como ela se dá no nível do território. Porém, uma parte dessa lacuna foi preenchida por Silva (2013). Tomando como unidade de análise os municípios, o autor se depara com duas constatações: a primeira, que o *Índice de Desequilíbrio (T)*³³ nas votações dos deputados federais nos municípios é bastante baixo, indicando uma alta competitividade nesse nível da disputa eleitoral; e a segunda, que o

³³ Originalmente proposto por Taagepera (1979, p. 284), o *Índice de Desequilíbrio(T)* dá conta de uma dimensão da dissimilaridade entre unidades não capturada pelos indicadores utilizados pelas Ciências Sociais até aquele momento: concentração, desigualdade, e privação relativa. O seu objetivo, diferente dos demais indicadores – como o *Herfindahl-Hirschman*, para concentração, e o *Gini*, para desigualdade –, é capturar a diferença entre as grandezas de duas unidades de forma padronizada, já que o índice varia entre 0 e 1. A fórmula, adaptada para o caso considerado por Silva (2013, p. 411), é dada por:

$$T_m = \frac{\sum_{i=1}^{\infty} \left[\frac{(P_{i,m} - P_{i+1,m})}{i} \right] - H_m^2}{\sqrt{H_m} - H_m^2}$$

onde m é o município, P é o percentual de votos do i -ésimo candidato no município, e H é o índice de Herfindahl-Hirschman no município. Segundo o autor, "[c]onsiderando-se, então, os votos recebidos pelos diversos candidatos, quanto maior o valor do índice, mais desequilibrada a distribuição de votos em determinada cidade, ou seja, menos acirrada a disputa, pois alguém desequilibrou a eleição em seu favor" (SILVA, 2013, p. 411).

desequilíbrio nas votações tem se reduzido ao longo do tempo, ou seja, que as disputas estariam cada vez mais competitivas no nível municipal. O problema em relação a esta análise é que o recorte municipal pode ser interessante para aqueles candidatos que possuem votação concentrada, mas é irrelevante para aqueles que dispersam suas votações. Apesar de preencher esta lacuna, chamando a atenção para a necessidade de verificarmos a dinâmica da competição também no nível territorial, a análise apresentada por Silva também é apenas uma parte dessa dinâmica de competição por cargos. O interessante, apesar das limitações da análise, é que ao final do artigo Silva (2013, p. 424) apresenta a possibilidade de que a mobilidade para outros cargos pode deixar aberta a competição no nível local, porque favorece a consolidação eleitoral de um outro competidor.

Essa discussão sobre a competição no nível local nos leva a uma outra lacuna, que é o papel dos partidos na coordenação da competição. Tradicionalmente, a literatura destaca o papel secundário que os partidos teriam numa competição centrada nos candidatos. Em uma tentativa de articular essas duas questões, competição local e articulação partidária, Silva e outros (2010) investigaram a distribuição de um indicador de competição intrapartidária (número efetivo de candidatos) nos municípios e o tamanho do eleitorado municipal. Os autores chegam a duas conclusões importantes sobre a competição no nível municipal: (1) que esta competição é muito maior entre todos os candidatos do que entre os candidatos do mesmo partido mesmo levando-se em conta o peso do eleitorado (SILVA et al., 2010, p. 11); e (2) para cidades que corresponderam a 75% dos votos dos deputados eleitos, quando estes estão ausentes da competição, o índice de competição intrapartidária não sofre grandes alterações (SILVA et al., 2010, p. 13). No entanto, uma ressalva em relação a esses resultados é que a comparação entre a competição total e intrapartidária utilizando apenas o número efetivo de candidatos no município deixa de lado a competição intralista que é aquela que definirá a posição dos candidatos em relação à ocupação das cadeiras obtidas pela lista. Em outras palavras, independentemente de uma possível articulação partidária em nível local a fim de evitar a sobreposição de candidatos do mesmo partido, estes candidatos continuam competindo no nível distrital com seus parceiros de lista a fim de ocupar um das cadeiras disponíveis. Uma perspectiva multinível da competição eleitoral para cargos proporcionais que considere ao mesmo tempo uma articulação local, a competição intralista e a competição distrital ampliada ainda é um desafio a ser enfrentado pelos estudos eleitorais no Brasil.

Outra dimensão importante na perspectiva de uma análise mais sistêmica da competição é o papel dos partidos políticos na articulação dos resultados eleitorais para os diferentes níveis de competição. Essa preocupação empírica vai no sentido contrário da esperada

fraqueza dos partidos políticos brasileiros como decorrência teórica da centralidade dos candidatos no sistema eleitoral (MAINWARING, 2001). A constatação de um papel ativo dos partidos na articulação eleitoral entre diferentes níveis de competição é importante para o argumento desenvolvido neste capítulo, pois uma atuação ativa dos partidos poderia minimizar a incerteza relacionada com a competição eleitoral. Ou seja, se os partidos políticos conseguissem de fato coordenar a disputa a partir das interferências cruzadas entre os vários níveis de governo, as decisões individuais seriam, portanto, influenciadas pelo pertencimento ao partido.

Seguindo essa perspectiva, Avelino, Biderman e Barone (2012, p. 988), buscaram *"especificar o efeito que a eleição de um prefeito pode ter sobre o desempenho de seu partido, no mesmo município, nas eleições proporcionais estaduais realizadas dois anos depois"*. A hipótese defendida pelos autores é que *"um partido que elege um prefeito passa a ter uma vantagem eleitoral potencial sobre os demais partidos naquele município; entretanto, a realização dessa vantagem nas eleições seguintes vai depender da articulação entre a organização partidária municipal e a estadual"* (AVELINO; BIDERMAN; BARONE, 2012, p. 988). Essa hipótese pode ser traduzida como um efeito *"coattail reverso"*, ou seja, o contrário do efeito *coattail* em que os concorrentes a cargos majoritários teriam capacidade de potencializar o desempenho eleitoral do seu partido nas proporcionais (SAMUELS, 2000a). Na versão reversa, proposta por Avelino, Biderman e Barone (2012, p. 991), o apoio do prefeito em determinado município seria um importante elemento de estímulo ao desempenho do partido naquele mesmo município nas eleições proporcionais posteriores. Para isso, os autores utilizam um modelo de Regressão Descontínua que busca estimar o efeito da vitória de determinado partido na eleição municipal sobre o desempenho do mesmo partido na eleição proporcional posterior, em comparação com o desempenho do partido que perdeu a eleição municipal anterior por uma margem pequena de votos. Os resultados mostram que considerando a derrota por uma margem muito pequena (apenas 1%) e controlando também pelo desempenho de votos para vereador, a vitória na eleição anterior proporciona para o partido vencedor um acréscimo de 3,4% em média nos votos obtidos para deputado federal na eleição seguinte (AVELINO; BIDERMAN; BARONE, 2012, p. 998).

Apesar de mencionarem como referência, Avelino, Biderman e Barone (2012) não contrastam os seus achados com os de Carneiro e Almeida (2008), que, por sua vez, haviam mostrado que as votações de deputado federal e estadual nos municípios possuem maior influência da votação para governador na mesma eleição do que da votação de prefeito numa eleição anterior, e que a votação de prefeito é mais influenciada pela votação do partido na

eleição anterior (CARNEIRO; ALMEIDA, 2008, p. 424). A hipótese de mecanismo causal apresentada pelos autores é de que a articulação entre os diferentes níveis do sistema partidário se resolve a partir do comportamento instrumental dos eleitores, que calculam a probabilidade de que as suas escolhas estejam próximas de suas preferências individuais (CARNEIRO; ALMEIDA, 2008, p. 425). O partido político, nesta visão, seria o elemento de articulação entre as preferências e as políticas executadas nos vários níveis. Ou seja, haveria indícios de uma "vertebração" do sistema partidário a partir dessa capacidade de coordenação das disputas em vários níveis.

Porém, esses estudos não chegam a investigar de fato os mecanismos dessa coordenação; e a consequência disso, conforme argumentam Avelino, Biderman e Barone (2012, p. 989), é que não sabemos os mecanismos causais dessa relação encontrada entre o desempenho partidário em diferentes níveis. Não é nada impossível, por exemplo, cogitar que os políticos utilizem a migração partidária entre eleições como uma estratégia de aproveitamento de melhores chances eleitorais, num paralelo com o argumento da migração partidária parlamentar trazido por Melo (2004). A consequência disso pode transparecer em forma de coerência no desempenho partidário nas disputas eleitorais para diversos cargos, mas o papel ativo continuaria sendo do candidato em detrimento do partido, e não o contrário; ou seja, lideranças partidárias reunidas em sua cúpula nacional ou diretórios estaduais articulando como se dará a dinâmica de apoios. Contudo, a resposta mais plausível, em um sistema complexo e dinâmico como o nosso, é que as duas coisas ocorram ao mesmo tempo, fortalecendo alguns nomes em detrimento dos partidos, especialmente na esfera municipal e estadual; e, paralelamente, uma articulação de cima para baixo que mobilize a dinâmica de apoios em torno dessas forças políticas relativamente independentes no plano local e estadual, contudo, com grande variação de partido para partido (CARREIRÃO, 2014; MELO, 2010; MELO; CÂMARA, 2012). Essa hipótese ganha reforço com a constatação de que boa parte dos principais partidos políticos brasileiros possui um percentual de comissões provisórias municipais em relação ao número de municípios maior do que o recomendado pelos próprios estatutos, chegando a 68% e 63% nos casos do PP e PTB em 2009, respectivamente (GUARNIERI, 2011, p. 242). Essa hipótese ganharia maior complexidade a partir de uma análise das coalizões de governo no nível dos estados e suas interferências na dinâmica de competição dos partidos, já que as evidências sobre o efeito *coattail* dos governadores têm se concentrado exclusivamente no desempenho do partido do governador. Contudo, essa é uma agenda de pesquisa ainda a ser desenvolvida no Brasil. Da mesma forma, já é consenso que o financiamento de campanhas importa para o desempenho eleitoral dos candidatos,

principalmente para os desafiantes que buscam se destacar sem nenhum capital político (ARAÚJO; SILOTTO; CUNHA, 2015; EDUARDO, 2014; LEMOS; MARCELINO; PEDERIVA, 2010; SAMUELS, 2001a, 2001b).

Em um breve texto publicado numa coletânea sobre o sistema político brasileiro, Nicolau (2007) apresenta as regras que condicionam as eleições para demais cargos para além do cargo de deputado federal. Nos trabalhos específicos sobre carreiras políticas no Brasil, porém, não se encontra uma exploração clara sobre o efeito da dinâmica de competição como fundamento das escolhas de carreiras políticas. No entanto, Leoni, Pereira e Rennó chegam a indicar a importância de se considerar as diferentes regras de eleição como componentes do cálculo do custo de concorrer a um cargo mais alto:

O risco de concorrer a um posto mais difícil de conquistar é um constrangimento no rol de escolhas de carreira com que se defrontam os deputados, inclusive os mais competentes. Isso é especialmente verdade porque as regras que comandam as eleições para cargos mais altos (Senado e poder executivo em todos os níveis) são diferentes daquelas que organizam as eleições para a Câmara de Deputados (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003, p. 50)

Observando as regras de funcionamento dos mecanismos majoritários associados à eleição para cargos como de Governador e Senador, o fator de incerteza se define a partir do próprio princípio majoritário. Em outras palavras, a necessidade de conquista de maioria dos votos válidos (por pluralidade no caso dos senadores, ou maioria absoluta, no caso dos governadores) em um determinado distrito para ser eleito impõe aos competidores uma limitação clara em relação ao montante de votos necessários para efetivar a sua ambição. Portanto, o potencial eleitoral de um deputado estadual que almeje um desses cargos deve ser levado em consideração.

No caso dos governadores, pode-se acrescentar o mesmo problema descrito no exemplo de um candidato a prefeito citado acima, ou seja, a existência de um governador concorrendo à reeleição torna a competição mais fechada do que na situação em que o governador está em segundo mandato e precisa eleger o seu sucessor. Já no caso dos Senadores, uma fonte de variação da incerteza se dá a partir do número de vagas disponíveis para renovação. Cada estado tem direito a três vagas no senado, e os senadores possuem mandatos de oito anos, porém, a cada quatro anos são renovadas apenas uma ou duas vagas disponíveis, sucessivamente. Sendo assim, nas eleições em que duas vagas estão disponíveis para

renovação, a incerteza quanto à eleição tende a ser menor do que na situação em que apenas uma vaga está disponível para renovação.

Ademais, é preciso mencionar que os senadores também podem se candidatar à reeleição; portanto, a incerteza aqui também é influenciada pela presença ou não de um detentor de mandato buscando a reeleição. Soma-se a isso o perfil do recrutamento para o cargo, pois algumas evidências trazidas por estudos sobre a composição do Senado nos levam a crer que o principal elemento para o recrutamento se dá a partir de alguma experiência política acumulada somada a um certo prestígio eleitoral no estado oriundo do desempenho de cargos relevantes na estrutura de oportunidades (ARAÚJO, 2012; COSTA, 2010; SILVA, 2010). Nesse sentido, pode-se dizer que candidatos oriundos das Assembleias Legislativas possuem menor espaço nessa competição do que ex-governadores e ex-deputados federais, quando observado o cargo imediatamente anterior à eleição (SILVA, 2010, p. 106). O mesmo parece ocorrer no caso dos governadores, conforme evidência trazida por Massia (2013, p. 157) a partir de uma análise do perfil social e padrão de carreira dos chefes dos Executivos estaduais. A diferença é que, no caso da competição pelo cargo de governador, a opção parece ainda mais fechada para os deputados estaduais, já que Senadores, Deputados Federais, Prefeitos e inclusive os vice-governadores são cargos eletivos anteriores que possuem maior incidência dentre os governadores eleitos no período estudado.

Por conta da ênfase em cargos proporcionais e, mais recentemente, nos cargos de Governador e Senador, não temos trabalhos de referência sobre o recrutamento político dos prefeitos, o que não impede a identificação de esforços recentes no sentido da verificação da chance eleitoral dos prefeitos incumbentes de mandato. De acordo com Barreto (2009), após a aprovação da emenda da reeleição, em média 84% dos prefeitos elegíveis buscou a reeleição entre 2000 e 2008. Uma hipótese explicativa para essa elevada taxa de reapresentação de candidaturas de prefeitos no exercício do cargo pode ser observada em Cardarello³⁴ citado por Barreto (2009, p. 104), para quem o prefeito teria vantagens estratégicas na competição tanto pelo fato de ser um nome mais conhecido entre os outros concorrentes, quanto pela facilidade na obtenção de financiamento de campanha, ou ainda a possibilidade de aproveitamento da máquina pública em prol de sua campanha. Mesmo considerando todas as restrições que a legislação eleitoral impõe ao uso indevido da máquina pública, é inevitável que programas e políticas públicas executadas com sucesso pela gestão de um mandatário sejam amplamente

³⁴ CARDARELLO, Antonio. **La Reección inmediata del ejecutivo a nivel subnacional. Un estudio de tres casos**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

exploradas como peça de campanha nas eleições. Essa hipótese parece dar conta da realidade, considerando que, segundo o estudo de Barreto (2009, p. 104–108): (1) 72,5% desses 84% de prefeitos que buscaram a reeleição foram bem sucedidos nessa empreitada; (2) 30% desses 27,5% de fracassos puderam ser explicados pela presença de um desafiante que já havia exercido o cargo de prefeito anteriormente; (3) quando desafiados por um candidato que já havia exercido anteriormente o cargo de prefeito, os incumbentes são derrotados em 22,7% das disputas, com um pequeno percentual (6,8%) de derrota de ambos para um outro desafiante que nunca havia exercido o cargo anteriormente³⁵; (4) quando não há incumbente buscando a reeleição, a chance dos desafiantes inexperientes no cargo é maior frente aos ex-prefeitos (64,7% em média), apesar de haver grande variação nesse percentual entre as três eleições consideradas, o que indica um cenário mais aberto para a disputa, conforme dito anteriormente; e (5) o sucesso na reeleição ou retorno à prefeitura somados correspondem a 59% das disputas, acrescentando-se a ressalva de que parece haver uma dinâmica de ondas de renovação e de reeleição a partir de 2000, quando todos os prefeitos eleitos em 1996 poderiam concorrer à reeleição, mas estavam impedidos de concorrer novamente em 2004, momento em que 54% das disputas foram vencidas por desafiantes.

Entretanto, é preciso ter cautela em relação a esses resultados. Conforme Brambor e Ceneviva (2011, p. 11)³⁶, em primeiro lugar, estudos sobre o efeito da incumbência tendem a se basear em um subconjunto de municípios pouco representativo do total das disputas municipais no Brasil, por exemplo, no caso de Barreto foram selecionadas 26 capitais e 36 municípios com mais de 200 mil habitantes; e, em segundo, resultados de modelos de MQO que buscam estimar este efeito estariam enviesados por não levarem em consideração que características atribuíveis aos candidatos como carisma pessoal, força do partido no município, capacidade de financiamento de campanha e etc. podem interferir nos resultados em prol do incumbente. A solução encontrada pelos autores foi a aplicação de um modelo de Regressão Descontínua, cuja vantagem em relação aos modelos de regressão tradicionais é que *"qualquer descontinuidade observada na distribuição da variável resposta [votação presente] como função da variável explicativa [votação futura] no ponto de corte é*

³⁵ Este percentual se refere ao total das disputas em que estavam presentes as três categorias – incumbentes, ex-prefeito e desafiante –, enquanto que o percentual anterior se refere ao total de derrotas dos incumbentes para as duas outras categorias mesmo que ambas não estivessem presentes na mesma disputa.

³⁶ Brambor e Ceneviva (2011, p. 93) destacam também uma série de trabalhos que buscam identificar *"o impacto dos gastos públicos, do comportamento fiscal, e da prevalência dos ciclos políticos orçamentários sobre a probabilidade de reeleição dos prefeitos ou governadores"*. Contudo, segundo os autores, esses trabalhos contribuem pouco para o entendimento do efeito eleitoral da incumbência para os candidatos que tentam a reeleição, já que o foco destes trabalhos estaria na *"compreensão sobre como a possibilidade de reeleição pode afetar o comportamento dos gastos dos governos"*.

interpretada como evidência do efeito causal do tratamento [ser eleito na primeira votação]" (BRAMBOR; CENEVIVA, 2012, p. 16). O resultado encontrado pelos autores é que prefeitos sofreram um decréscimo de 4% em média na sua margem de votos na eleição seguinte, quando concorriam como incumbentes, o que é corroborado com uma média de 46% de prefeitos que não conseguiu se reeleger, já descontados os prefeitos que decidiram não disputar a reeleição (BRAMBOR; CENEVIVA, 2012, p. 21). Esse resultado contrasta com o encontrado pela análise descritiva feita por Barreto, e, muito provavelmente, essa diferença se deva ao recorte municipal utilizado. Talvez o fator incumbência seja mais forte nas maiores cidades do que nas menores (BRAMBOR; CENEVIVA, 2012, p. 12), considerando que estas últimas são de fato a grande maioria no Brasil, o que justificaria a inconsistência entre os dois resultados. Portanto, ainda há o que se explorar na discussão sobre reeleição para cargos majoritários no Brasil. Para os objetivos deste capítulo, optou-se por considerar a hipótese de que o incumbente possui vantagens eleitorais na disputa, por considerar que estamos tratando aqui de municípios relevantes do ponto de vista demográfico e político; pois, a expectativa, assumindo a premissa da racionalidade dos atores, é de que um deputado estadual não abandonaria o exercício de um mandato em nível estadual para assumir a prefeitura de um município que desse poucos retornos para a sua carreira política.

Em resumo, é possível destacar na literatura uma série de fatores que ampliam a incerteza que o político tem em relação à sua chance na disputa eleitoral em questão. E esse é o principal risco assumido na decisão por concorrer a qualquer cargo disponível. Em alguns casos esse custo é ampliado pela necessidade ou não de abrir mão do mandato atual, ou seja, no caso de decidir disputar o cargo de prefeito, o deputado não precisa abrir mão do seu mandato atual, porém, para concorrer aos cargos de deputado federal, senador ou governador, o deputado está abrindo mão da possibilidade de tentar renovar o mandato atual.

3.3. Metodologia

3.3.1. Hipóteses

Considerando o horizonte de possibilidades de decisão sobre que cargo concorrer nas eleições posteriores a 2010, optou-se por listar hipóteses relacionadas tanto à decisão por concorrer ao cargo de prefeito, quanto em relação à decisão por concorrer ao cargo de deputado federal. Dessas hipóteses podemos derivar as situações que serão favoráveis à opção por concorrer ao cargo de deputado estadual, dado que dentre as três opções esta seria a de menor preferência. Ou seja, considerando que exista uma hierarquia de preferência pelos

cargos na ordem proposta por Samuels (2003), assumimos que o cálculo da decisão é sequencial, de modo que a decisão de concorrer ao cargo de deputado estadual depende da eliminação das possibilidades tanto de concorrer ao cargo de prefeito em 2012, quanto de concorrer ao cargo de deputado federal em 2014. Da mesma forma, do ponto de vista temporal, a decisão de concorrer ao cargo de prefeito é anterior à decisão de concorrer aos demais cargos já que ela ocorre na metade do exercício do mandato de deputado estadual, e não é preciso abrir mão do mandato legislativo para concorrer ao cargo no Executivo municipal, bastando apenas licenciar-se do cargo no prazo previsto em lei. Por fim, a decisão posterior de concorrer ao cargo de deputado federal em 2014 obviamente exclui a decisão pela reeleição.

Em primeiro lugar, listamos as hipóteses relacionadas à decisão de competir pelo cargo de prefeito em 2012. A primeira delas é bastante intuitiva, ou seja, espera-se que quanto maior for a captura de votos do deputado no seu centro de votação, maior será a chance de concorrer para o cargo de prefeito. Com outras palavras, observando aquele município que contribui com o maior percentual de votação para o deputado nas eleições de 2010, quanto maior for o percentual de votos em relação aos demais candidatos, maior a chance do deputado decidir por concorrer ao cargo de prefeito, já que as suas chances de sucesso seriam maiores numa disputa majoritária. Caso contrário, quanto menor for essa captura de votos, maiores as chances de decidir ou pela reeleição, ou concorrer para o cargo de deputado federal.

Hipótese 1: Quanto *maior* a captura municipal de votos do deputado *i* no seu centro de votação nas eleições de 2010, *maior* a chance de concorrer para o cargo de prefeito em 2012.

Além disso, a hipótese anterior deve ser complementada com uma segunda hipótese que leva em consideração em que medida a disputa eleitoral no município que corresponde ao centro de votação do deputado estaria mais ou menos fechada. Ou seja, torna-se importante investigar em que medida a presença de um prefeito detentor de mandato e buscando a reeleição em 2012 interfere na decisão do deputado estadual sobre disputar o Executivo municipal. Essa hipótese assume como pressuposto que prefeitos incumbentes possuem maiores chances de reeleição por possuírem o domínio da máquina administrativa. Portanto, espera-se que na possibilidade de reeleição desses prefeitos o cenário da disputa eleitoral municipal apresente maiores custos para candidaturas desafiantes, afastando um eventual competidor que já possui o mandato assegurado de deputado estadual. Em situação como

essa, torna-se racional candidatar-se à reeleição para deputado estadual e disputar o cargo de prefeito quando o cenário local estiver mais aberto, já que o prefeito reeleito não poderá se candidatar novamente em 2016.

Hipótese 2: Se não *houver incumbente* buscando a reeleição em 2012 no centro de votação do deputado *i*, *maior* será a chance deste deputado concorrer ao cargo de prefeito em 2012.

Não tendo concorrido ao cargo de prefeito em 2012 ou mesmo no caso de uma tentativa fracassada, o deputado estadual eleito em 2010 se depara com a possibilidade de concorrer ao cargo de deputado federal em 2014. Conforme dito anteriormente, essa decisão exclui automaticamente a decisão por concorrer à reeleição. Portanto a primeira hipótese que pode ser considerada em relação a esta decisão é a posição que o deputado estadual ocupou na lista eleitoral em 2010. A expectativa é que um deputado estadual bem colocado em sua lista possua prestígio eleitoral suficiente em seu partido para apresentar sua candidatura a um cargo mais alto. Além disso, esse raciocínio se complementa com o fato de que uma posição elevada na lista eleitoral corresponde a um montante de votos que pode torná-lo um candidato competitivo na disputa pelo cargo de deputado federal, especialmente pelo fato de que ambos os cargos se dão por disputa proporcional no mesmo distrito eleitoral. A única diferença é que o número de cadeiras disponíveis para o cargo de deputado federal é menor, o que aumenta o quociente eleitoral – i.e. o montante de votos necessários para uma lista eleitoral conquistar uma cadeira –, e, por conseqüência, a necessidade de um melhor desempenho eleitoral na comparação entre as duas disputas. Portanto, uma melhor posição na lista eleitoral em 2010 credencia o deputado com os requisitos necessários para uma disputa mais acirrada como a de deputado federal.

Hipótese 3: Quanto *melhor* a posição do deputado *i* na lista eleitoral nas eleições de 2010, *maior* a chance de concorrer ao cargo de deputado federal em 2014.

Por outro lado, a posição na lista conta apenas uma parte da história, já que a lista eleitoral como um todo, pode ter tido um desempenho eleitoral baixo em termos de montante de votos. Por isso, podemos considerar uma segunda hipótese testando em que medida a diferença entre a votação nominal do deputado em 2010 e o quociente eleitoral para o cargo de deputado federal em 2010 no mesmo distrito aumentam a chance de concorrer para este cargo. Ou seja, não basta estar bem posicionado em sua lista eleitoral, é preciso saber a força

eleitoral do deputado em termos do montante de votos requeridos para disputar o cargo de deputado federal. E a melhor forma de se checar essa informação é saber a proporção de sua votação nominal em relação ao quociente eleitoral para o cargo de deputado federal no mesmo ano em que foi eleito.

Hipótese 4: Quanto *menor* a diferença entre a votação do candidato *i* e o quociente eleitoral para o cargo de deputado federal em 2010, *maior* a chance de concorrer a este cargo em 2014.

3.3.2. Dados e variáveis

Para este capítulo, foram utilizados os dados das votações dos deputados estaduais eleitos em 2010, bem como os dados de candidatura nas eleições municipais de 2012, e os dados de candidatura das eleições gerais em 2014. Todos esses dados estão disponíveis no repositório online do Tribunal Superior Eleitoral – TSE³⁷.

3.3.2.1. Variáveis dependentes

Para a modelagem estatística utilizou-se três variáveis dependentes dicotômicas que indicam a decisão de concorrer para um dos cargos disponíveis:

- 1) *concorreu ao cargo de prefeito em 2012*: igual a "1" se sim, e igual a "0", caso contrário.
- 2) *concorreu ao cargo de deputado estadual em 2014*: igual a "1" se sim, e igual a "0", caso contrário.
- 3) *concorreu ao cargo de deputado federal em 2014*: igual a "1" se sim, e igual a "0", caso contrário.

É preciso justificar por que ambas as escolhas pelo cargo de Senador e de Governador em 2014 foram excluídas da análise. Em relação aos indivíduos que buscam uma vaga no Senado é difícil explorar especificamente as características que os levam a essa disputa base nos dados encontrados. São apenas quatro deputados estaduais que buscaram uma vaga no Senado nas eleições de 2014, sendo que nesta eleição somente um terço do Senado foi renovado, ou seja, das três cadeiras disponíveis para cada Estado, somente uma foi renovada. A renovação de apenas uma cadeira reforça o caráter majoritário da disputa ao reduzir a

³⁷ <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>

magnitude do distrito, fazendo com que o eleito necessite um montante considerável dos votos no estado a fim de superar os demais concorrentes. Portanto, a passagem de uma disputa proporcional em distritos de grande magnitude para uma disputa majoritária no mesmo distrito, certamente afasta os postulantes oriundos diretamente de cargos legislativos em nível estadual em prol daqueles que tenham alguma visibilidade na política estadual passando pela governadoria³⁸.

Por motivos parecidos, foram apenas sete deputados estaduais postulantes ao cargo de governador nas eleições de 2014, sendo quatro deputados de padrão espacial de votação fragmentado-compartilhado, um deputado de padrão fragmentado-dominante, e dois de padrão concentrado-dominante. Desses sete candidatos a governador, apenas um deles foi eleito, em segundo turno acirrado, o então deputado estadual Camilo Santana (PT-CE)³⁹. Camilo havia sido eleito com a maior votação para deputado estadual no Ceará, depois de ter sido coordenador de campanha de Cid Gomes ao governo do estado em 2006, Secretário estadual de Desenvolvimento Agrário entre 2007 e 2010, e Secretário das Cidades durante o segundo mandato de Cid Gomes. Esse exemplo raro de sucesso de uma candidatura ao executivo estadual, apesar de não possibilitar qualquer investigação de causalidade, ajuda a entender os mecanismos a partir dos quais os padrões espaciais de votação estruturam as estratégias de carreira. Camilo havia sido eleito deputado estadual com um padrão fragmentado-dominante depois de sua atuação como secretário estadual, e na sua candidatura ao governo do estado contou com o apoio do então governador. Portanto, ainda que tivesse um desempenho eleitoral compatível com uma disputa para o cargo de deputado federal, o que simbolizaria uma ambição progressiva direcionada ao nível nacional, o seu vínculo com a política estadual proporcionou a possibilidade de uma candidatura ao governo do estado, que terminou sendo bem sucedida. Além disso, a justificativa é que a disputa para o cargo de governador se dá com base no princípio majoritário de dois turnos, o que favorece a presença na disputa, de postulantes com enorme ascendência sobre o cenário político dos seus estados.

3.3.2.2. Variáveis independentes

As variáveis independentes formuladas de acordo com as hipóteses levantadas na seção anterior são quatro:

³⁸ Para um melhor entendimento sobre a dinâmica de recrutamento dos Senadores, ver Araújo (2012).

³⁹ Fonte: <http://noticias.r7.com/eleicoes-2014/deputado-estadual-mais-votado-em-2010-camilo-santana-tem-apoio-da-familia-gomes-no-ceara-05102014>.

- 1) *Percentual de votos no centro de votação (CVi)*: variável contínua que corresponde ao percentual de votos que o deputado i obteve em relação aos demais candidatos no município j que apresenta o maior percentual de votos em relação ao total da votação nominal do deputado i .
- 2) *Prefeito concorrendo à reeleição no centro de votação em 2012*: variável dicotômica que indica se o prefeito eleito no centro de votação do deputado i em 2008 já está em segundo mandato ou ainda pode concorrer à reeleição.
- 3) *Posição padronizada na lista eleitoral em 2010*: variável numérica contínua que corresponde à posição do deputado i na sua lista eleitoral para o cargo de deputado estadual em 2010, dividida pelo total de cadeiras. Com essa padronização, a nova variável passa a assumir valores entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 0, melhor é a posição original na sua lista, evitando erros de mensuração decorrentes das diferenças nos total de eleitos em cada lista.
- 4) *Diferença em relação ao quociente eleitoral para deputado federal em 2010*: variável contínua calculada a partir da divisão do total de votos nominais do deputado i pelo quociente eleitoral para o cargo de deputado federal na mesma eleição.

Além disso, a variável dos padrões espaciais de votação (*concentrado-dominante, concentrado-compartilhado na capital, concentrado-compartilhado nos demais municípios, fragmentado-dominante e fragmentado-compartilhado*) apesar de ser variável de interesse para a hipótese geral da tese foi incluída aqui como controle nos diversos modelos estimados. Conforme foi argumentado no segundo capítulo, a expectativa é de que os diferentes padrões espaciais de votação atuem na formação da preferência por cargos, e os resultados encontrados a partir da análise descritiva apontam para a sua relevância na explicação de diferentes trajetórias de carreira. Portanto, o seu efeito não pode ser desconsiderado. No arcabouço geral da tese a sua inclusão nos modelos deste capítulo tem o objetivo de evidenciar em que medida os diferentes padrões espaciais de votação possuem influência na decisão por cargos, ainda que controlados pelas características relacionadas à dinâmica da competição pelos cargos disponíveis. Contudo, é preciso testar em que medida a dinâmica da competição de fato possui relevância na explicação da decisão pelo cargo posterior ao mandato de deputado estadual. Por esse motivo, as variáveis que sintetizam as características dos deputados relacionadas com a dimensão da competição são consideradas como variáveis de interesse para os propósitos deste capítulo.

3.3.2.3. Modelos

Com vistas a estabelecer o controle multivariado das decisões sobre a que cargo concorrer nas eleições futuras, decidiu-se por estimar um modelo de regressão logística para cada um dos cargos a serem considerados: prefeito, deputado federal e deputado estadual. E cada um desses modelos apresentam três versões em que os grupos de variáveis foram incluídos passo a passo: a primeira versão, contém apenas os padrões espaciais de votação; a segunda versão adiciona as duas variáveis explicativas relacionadas à competição para deputado federal; e, a terceira versão, adiciona as variáveis explicativas referentes à competição para o cargo de prefeito. Todos os modelos estimados apresentam controles fixos por assembleia, a fim de se evitar possíveis erros de estimação em decorrência da endogeneidade não controlada. Alguns termos interativos poderiam ser incluídos nos modelos com o objetivo de testar hipóteses mais robustas, no entanto, optei por não incluí-los a fim de evitar possíveis erros de estimação em decorrência de se tratarem de eventos raros, dado que o número de casos total já é bastante reduzido para um modelo que estima parâmetros pelo método de máxima verossimilhança.

3.4. Resultados

O objetivo desta seção é mostrar em que medida as características da competição enfrentada para o cargo de prefeito em 2012 ou de deputado federal em 2014 influenciaram na decisão de concorrer para estes cargos. Trata-se, principalmente, de buscar identificar em que medida os deputados cujo comportamento esperado era o de concorrer para a prefeitura neste ano, decidiram não fazê-lo. O argumento é que o equilíbrio estratégico em torno da ambição estática, evidenciado no capítulo anterior, pode ser explicado a partir da consideração dos riscos associados à decisão de competição por cargos que simbolizem uma ambição progressiva em relação ao cargo de deputado estadual. Isto é, as incertezas inerentes às regras institucionais, que condicionam as competições por cargos mais altos na hierarquia de preferências, demandam determinadas características de votação individual que interagem com essas preferências iniciais de modo a ajustar, no curto prazo, a ambição predominante do indivíduo em torno de um objetivo imediato que assegure a sobrevivência de sua carreira política no longo prazo. Adicionando também o fato de que essa hierarquia de preferências não é igual para todos os políticos, conforme argumentou-se no primeiro capítulo, pois ela é diretamente condicionada pela forma espacial da sua extração eleitoral.

3.4.1. Análise descritiva dos dados

Buscou-se explorar em primeiro lugar em que medida a captura de votos no centro de votação na eleição para deputado estadual em 2010 interfere na chance de concorrer para prefeito em 2012.

Os dados da Figura 8 mostram que há uma evidência no sentido de que uma maior captura de votos no centro de votação nas eleições para o cargo de deputado estadual em 2010 tenha contribuído para a decisão de concorrer ao cargo de prefeito em 2012. Isso porque a média de percentual de votos no centro de votação é maior entre os deputados estaduais que decidiram concorrer ao cargo de prefeito em 2012 do que entre os que decidiram não concorrer.

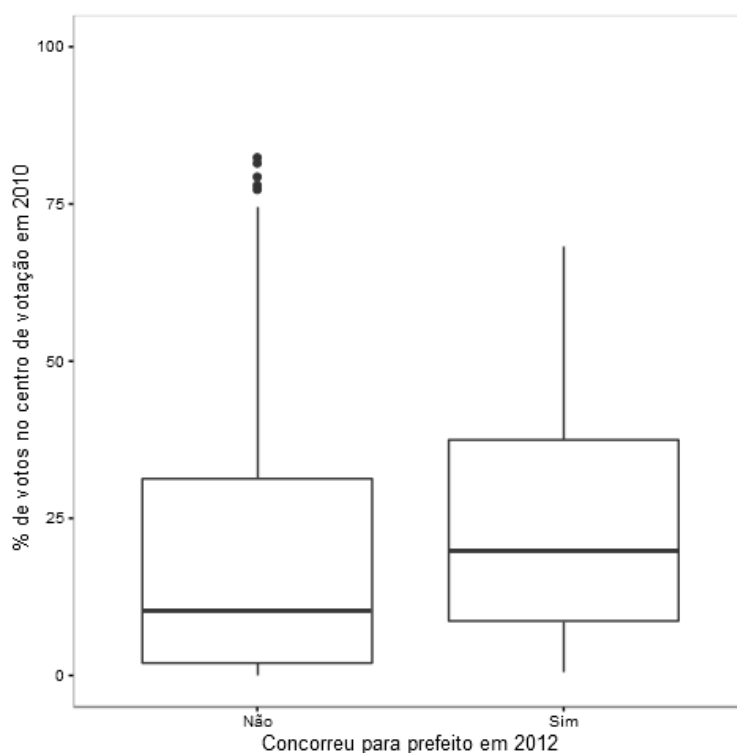


Figura 8 – Boxplot do percentual de votos no centro de votação em 2010 considerando se o deputado concorreu ou não à eleição para prefeito em 2012.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010.

No entanto, este resultado sustenta apenas parte da hipótese geral, restando saber se a captura de votos no centro de votação do deputado também está relacionada com a decisão pelo cargo a concorrer em 2014, já que a hipótese é que no caso contrário a decisão seria por tentar a reeleição ou disputar o cargo de deputado federal nas situações favoráveis. Ou seja, espera-se que o percentual de captura de votos no centro de votação seja menor entre aqueles que não decidiram por concorrer ao cargo de prefeito em 2012 e que optaram posteriormente pela tentativa de reeleição ou pelo cargo de deputado federal.

Nesse sentido, a Figura 9, mostra que o percentual de votos obtidos no centro de votação nas eleições de 2010 é em média mais alto entre os deputados que conquistaram prefeitura em 2012 do que entre os deputados que tendo perdido a eleição em 2012, decidiram por concorrer para qualquer cargo em 2014. Dentre os deputados que decidiram por tentar a reeleição percebe-se que em média a captura de votos no centro de votação dos que não concorreram à prefeitura em 2012 é menor do que entre aqueles que tentaram o cargo de prefeito em 2012. Essas informações confirmam a importância de um desempenho eleitoral no centro de votação para a decisão de concorrer ao cargo de prefeito no decorrer do mandato.

Em relação aos demais cargos, chama a atenção o desempenho pior dos candidatos a deputado federal na média de captura de votos no centro de votação se comparados com os que conquistaram a prefeitura ou que decidiram pela reeleição. Esse fato pode indicar duas coisas, ou que é preciso haver um desempenho espacial menos concentrado para disputar esses cargos, ou que os aspirantes ao cargo de deputado federal têm como centro de votação cidades com maior população, e por isso com menor captura relativa de votos, como as capitais.

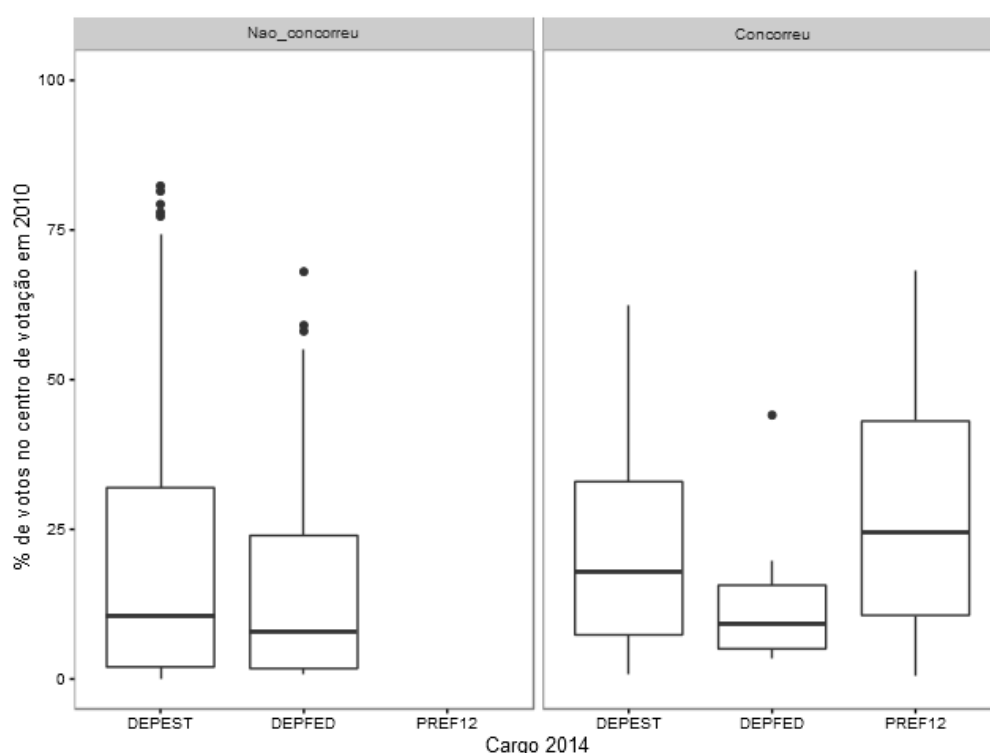


Figura 9 – Boxplot do percentual de votos no centro de votação em 2010 de acordo com o cargo em disputa em 2014 e considerando se o deputado concorreu ou não à eleição para prefeito em 2012.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Por fim, a exploração dos dados de captura de votos no centro de votação em 2010 de acordo com o tipo espacial de votação do deputado nos indica que este último fator gera uma maior variação média do percentual de captura de votos comparada à variação média gerada pelos diferentes tipos de cargo pretendidos em 2014 entre postulantes com o mesmo tipo espacial de votação, conforme pode ser visto na figura abaixo. No entanto, cabe registrar que mesmo mantendo-se constante o padrão espacial de votação, os indivíduos eleitos prefeitos em 2012 apresentam uma média mais elevada de captura de votos no seu centro de votação.

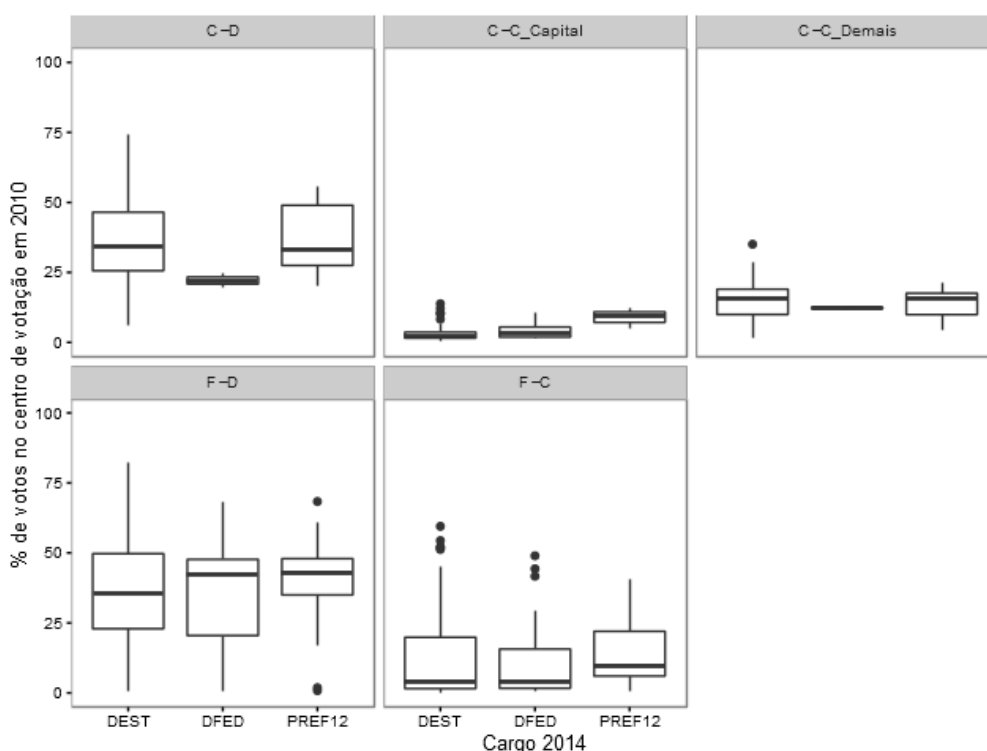


Figura 10 – Boxplot do percentual de votos no centro de votação em 2010 de acordo com o cargo disputado em 2014 e segundo o padrão espacial de votação.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Em seguida, torna-se importante investigar em que medida a presença de um prefeito incumbente buscando a reeleição no centro de votação do deputado estadual interfere na sua decisão sobre o cargo a concorrer.

De acordo com a Tabela 11, pode-se perceber que entre os deputados que decidiram concorrer à prefeitura em 2012 e que foram eleitos, havia um maior percentual que não concorria com o prefeito buscando a reeleição (78,4%) do que o percentual de casos em que o prefeito estava presente na disputa (21,6%). Esse resultado parece indicar que há uma tendência para que os atuais deputados levem em consideração a incumbência em seus centros de votação. Esse resultado pode ser contrastado, por exemplo, com o caso dos indivíduos que decidiram concorrer para outros cargos em 2014 sem tentar a prefeitura em 2012, onde

podemos perceber que havia um maior percentual de prefeitos buscando a reeleição no centro de votação do que se comparados com o grupo dos prefeitos eleitos em 2012. Por exemplo, em 39,8% dos casos indivíduos concorreram à reeleição sem tentar a prefeitura no seu centro de votação em 2012, o incumbente no cargo seria seu adversário.

Tabela 11 – Cargos disputados em 2014 de acordo com a decisão de concorrer pela prefeitura em 2012 e se o prefeito incumbente concorria à reeleição

	Prefeitura 2012					
	Não			Sim		
	Prefeito concorrendo à reeleição			Prefeito concorrendo à reeleição		
	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total
Deputado Federal	59,7	40,3	67	70,0	30,0	10
Deputado Estadual	60,2	39,8	643	70,5	29,5	95
<i>Eleitos prefeitos em 2012</i>	-	-	-	78,4	21,6	74
Total	427	283	710	132	47	179

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010, 2012 e 2014.

Em relação à competição pelo cargo de deputado federal em 2014, o objetivo foi verificar em que medida algumas características da votação dos deputados em 2010 influenciaram na decisão de concorrer para este cargo. Primeiramente, explorou-se o quanto a posição na lista eleitoral nas eleições para deputado estadual em 2010 está relacionada com a escolha pela disputada do cargo de deputado federal, principalmente em oposição à decisão de buscar a reeleição.

A Figura 11 mostra que a posição padronizada na lista eleitoral⁴⁰ para deputado estadual em 2014 tende a ser em média mais elevada entre os deputados que decidiram concorrer para o cargo de deputado federal, do que entre os deputados que decidiram buscar a reeleição. O que parece indicar que um bom desempenho na lista eleitoral ajuda na decisão sobre concorrer a um cargo mais alto. Destaca-se, também, que a posição média na lista para deputados que optaram pela reeleição é mais baixa do que entre os que se elegeram para a prefeitura em 2012. O achado em relação a esse resultado é mostrar que os deputados que se elegeram prefeitos em 2012 tiveram um rendimento na lista que poderia tê-los colocado no cargo de deputado federal. Em outras palavras, considerando a posição na lista uma *proxy* da vulnerabilidade eleitoral do deputado, os deputados que se elegeram prefeitos são em média menos vulneráveis eleitoralmente do que os deputados que decidiram concorrer à reeleição, e

⁴⁰ Considerando que, quanto mais próximo de zero, melhor é a posição original na lista; e, quanto mais próximo de um, pior é a posição.

com um resultado na média bastante próximo daqueles que optaram por disputar o cargo de deputado federal. Portanto, é possível considerar que a posição na lista eleitoral seja uma importante variável no cálculo da decisão pelo cargo a concorrer no futuro. Esse resultado também reforça a hipótese de que a concorrência para as prefeituras exige um desempenho eleitoral muitas vezes maior do que para o cargo de deputado estadual.

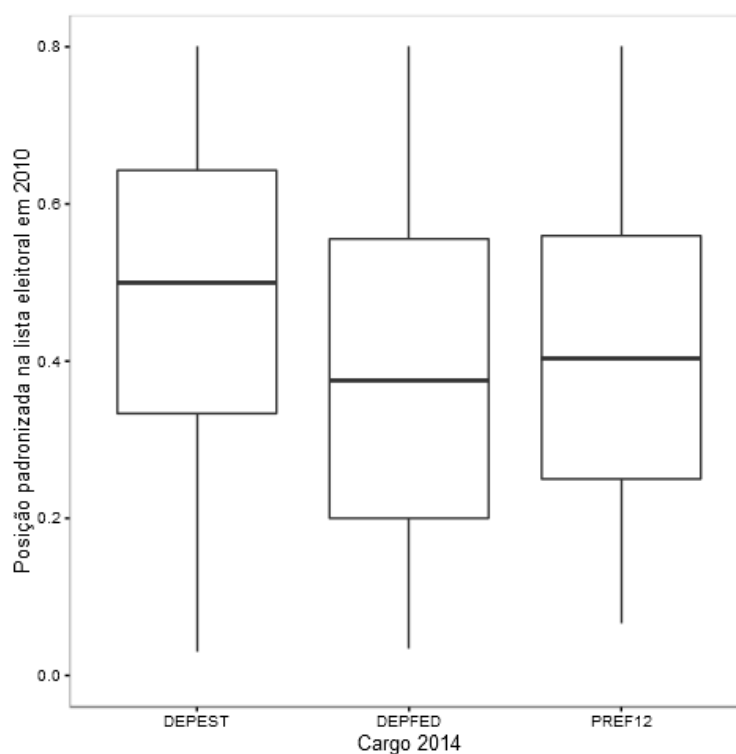


Figura 11 – Boxplot da posição padronizada na lista eleitoral em 2010 de acordo com o cargo disputado em 2014.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Buscando-se estabelecer uma relação com os padrões espaciais de votação, a Figura 12 nos mostra que essa tendência a um melhor posicionamento na lista eleitoral de 2010 quando se comparam os deputados que decidiram concorrer ao cargo de deputado federal com aqueles que decidiram pela tentativa de reeleição é evidenciada para todos os padrões espaciais de votação, sendo mais evidente para o padrão *concentrado-dominante*. Este exemplo nos ajuda a entender o efeito que se espera do posicionamento na lista eleitoral sobre o cargo a concorrer, isto é, considerando-se uma distribuição de votos espacialmente restrita, os deputados só irão concorrer a um cargo que demanda um desempenho eleitoral mais amplo no distrito, como é o cargo de deputado federal, se ficaram bem posicionados em suas listas eleitorais no ano em que se elegeram, caso contrário (e caso não tenham optado por concorrer à prefeitura no decorrer do mandato) a decisão será por tentar a reeleição. O raciocínio

inverso parece se aplicar aos casos de deputados que apresentaram padrões de votação *concentrado-compartilhado*, independentemente se concentrado na capital ou nos demais municípios, isto é, de acordo com os dados descritivos, deputados com esse padrão de votação só considerariam interessante concorrer à prefeitura se ficaram bem posicionados em suas listas eleitorais no ano em que se elegeram para a Assembleia. Isto ocorre, muito provavelmente, porque apesar da concentração espacial dos votos, esses deputados compartilham a votação desses municípios com outros competidores fortes, o que pode indicar que a competição para o Executivo nesses municípios também seja um grande desafio eleitoral que demanda um forte capital político, sendo que o seu posicionamento na lista pela qual se elegeu deputado pode ser tomado como uma *proxy* desse capital.

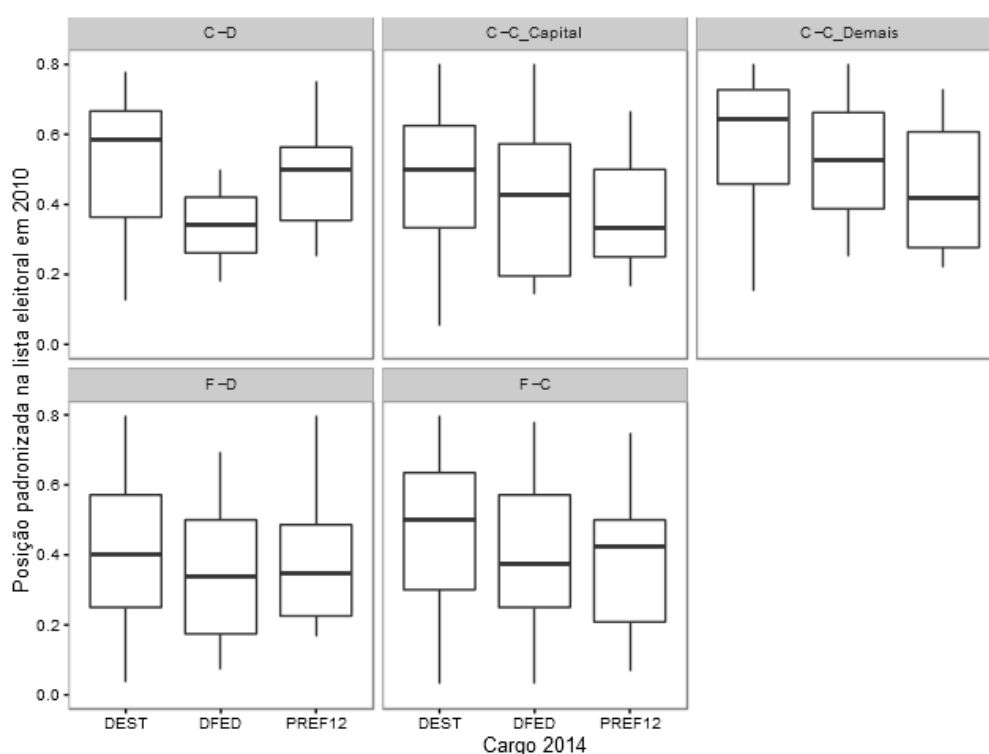


Figura 12 – Boxplot da posição padronizada na lista eleitoral em 2010 de acordo com o cargo disputado em 2014 e segundo os padrões espaciais de votação em 2010.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Em seguida, a fim de complementar a informação anterior, buscou-se capturar a diferença entre a votação do deputado em 2010 e o quociente eleitoral para o cargo de deputado estadual no distrito de competição. Os resultados apresentados na Figura 13 indicam que a média da diferença do voto em 2010 para o quociente eleitoral do cargo de deputado federal naquele mesmo ano quase não varia de acordo com o cargo disputado em 2014. A maior diferença ocorre quando são comparados os deputados que se candidataram à reeleição

em 2014 e aqueles que decidiram concorrer ao cargo de deputado federal, sendo que a diferença em relação ao quociente eleitoral de deputado federal em 2010 é maior no primeiro grupo. Ou seja, entre os indivíduos que concorreram à reeleição, a média dos votos ficou muito aquém do quociente eleitoral para o cargo de deputado federal na mesma eleição, principalmente quando comparados com aqueles que concorreram para deputado federal em 2014, ou em relação aos que se elegeram prefeitos em 2012.

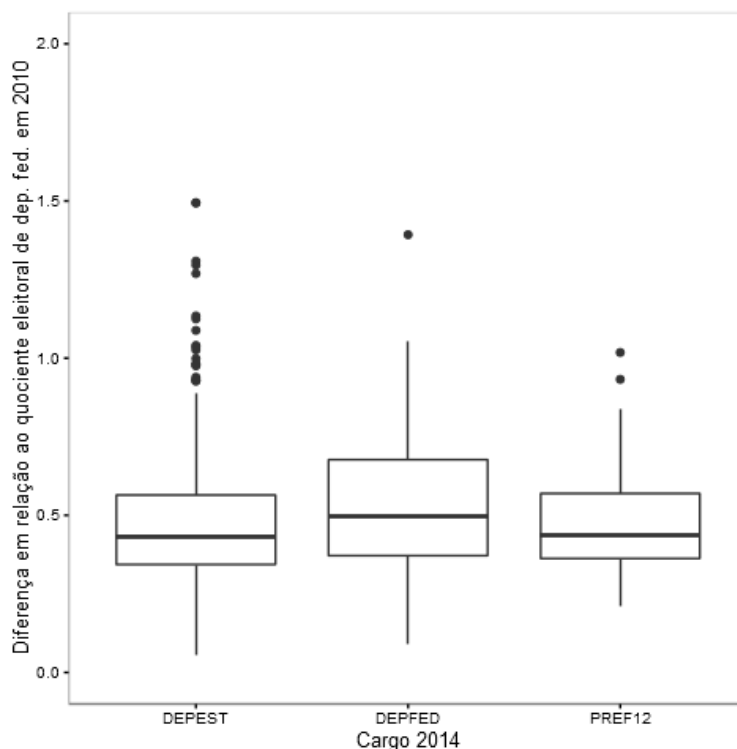


Figura 13 – Boxplot da diferença entre a votação obtida em 2010 e o quociente eleitoral para deputado federal na mesma eleição de acordo com o cargo disputado em 2014.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Finalmente, analisando a diferença entre a votação obtida em 2010 e o quociente eleitoral para deputado federal na mesma eleição de acordo com o cargo pretendido em 2014 e separando os deputados por padrão espacial de votação, o que se percebe de acordo com a Figura 14 é que, para os deputados de padrão *concentrado-dominante*, é menor a diferença relativamente ao quociente eleitoral entre os deputados que buscaram o cargo de deputado federal na eleição seguinte do que entre aqueles que buscaram a reeleição. O mesmo se evidencia, porém em menor medida, para os deputados de padrão *concentrado-compartilhado na capital* e *fragmentado-dominante*. O que indica que o padrão espacial de votação tem efeito independente sobre a escolha dos cargos quando se trata da decisão sobre que cargo

concorrer em 2014 considerando o desempenho eleitoral em votos relativo ao quociente eleitoral para deputado federal no pleito anterior.

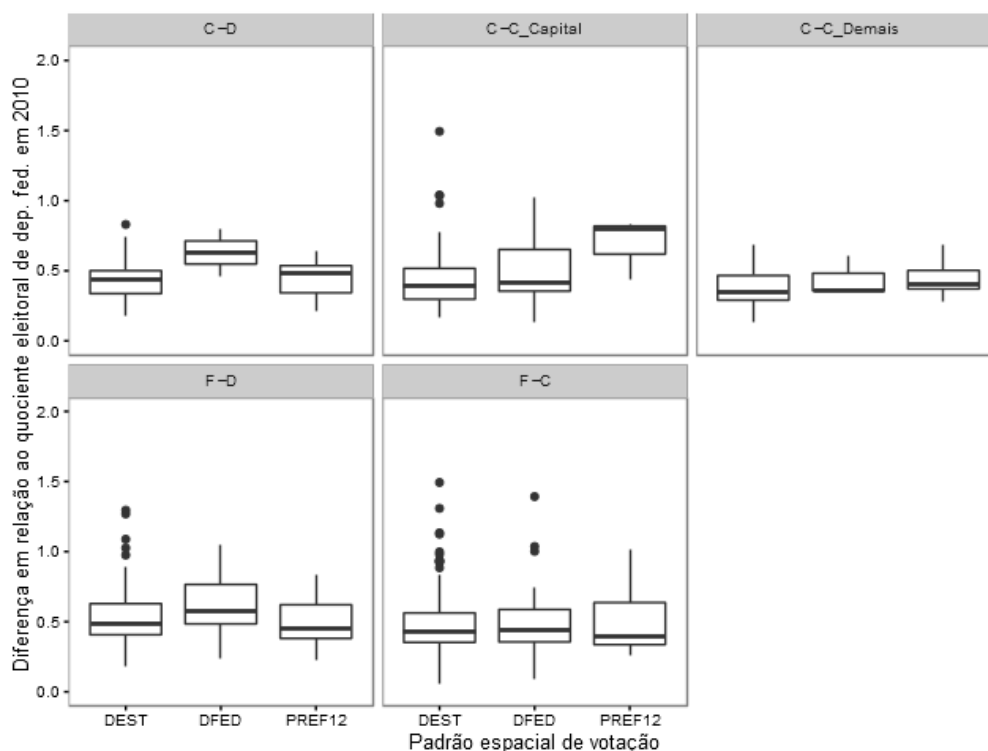


Figura 14 – Boxplot da Diferença entre a votação obtida em 2010 e o quociente eleitoral para deputado federal na mesma eleição de acordo com o cargo disputado em 2014 e segundo os padrões espaciais de votação em 2010.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

3.4.2. Análise de regressão logística

Considerando as três possibilidades de escolha de cargo que os deputados estaduais se deparam após conquistarem o cargo de deputado estadual, o fato de que a decisão por competir para o cargo de prefeito em 2012 ocorra no decorrer do mandato e sem a necessidade de abrir mão da vaga, faz com que não possamos aplicar um modelo de regressão multinomial logístico, uma vez que este pressupõe independência entre as alternativas de decisão. No caso estudado, as alternativas não são independentes, já que a decisão por competir pelo cargo de prefeito ocorre anteriormente no tempo e não impede a decisão por competir posteriormente para o cargo de deputado federal ou mesmo pela reeleição.

Sendo assim, optou-se por investigar de forma multivariada as quatro hipóteses anteriores a partir da estimação independente de três modelos de regressão logística. Ou seja, com base nas variáveis de interesse, buscamos estimar em que medida elas afetam as chances

de um indivíduo tomar a decisão de concorrer ou não para determinado cargo (prefeito em 2012, deputado federal ou reeleição em 2014).

Tabela 12 – Modelo de regressão logística sobre a chance de concorrer à prefeitura em 2012

	Concorreu à prefeitura em 2012		
	(1)	(2)	(3)
Padrão espacial de votação (ref: <i>concentrado-compartilhado na capital</i>)			
Concentrado-dominante	5.42*** (0.37)	5.51*** (0.37)	4.61*** (0.43)
Fragmentado-dominante	4.04*** (0.38)	4.31*** (0.39)	4.33*** (0.39)
Concentrado-compartilhado nos demais	1.56 (0.33)	1.49 (0.33)	1.08 (0.41)
Fragmentado-compartilhado	0.91 (0.33)	0.90 (0.33)	0.89 (0.33)
Posição padronizada na lista eleitoral em 2010	- -	0.68 (0.38)	0.74 (0.39)
Diferença em relação ao quociente para deputado federal em 2010	- -	1.14 (0.44)	1.31 (0.44)
Prefeito buscando reeleição em 2012	- -	- -	0.33*** (0.22)
Percentual de votos no centro de votação em 2010	- -	- -	1.01 (0.01)
Constante	0.05** (1.06)	0.06* (1.12)	0.06* (1.12)
Teste F	2.949*** (df = 29; 859)	2.840*** (df = 31; 857)	3.428*** (df = 33; 855)
Observações	889	889	889
Log Likelihood	-396.54	-395.52	-380.75
Akaike Inf. Crit.	853.08	855.03	829.49

Nota: (*) $p < 0,05$; (**) $p < 0,01$; (***) $p < 0,001$. Erro padrão robusto entre parênteses. Todos os modelos foram estimados com controle de efeitos fixos por Assembleia Legislativa, que foram omitidos da tabela com o objetivo de evidenciar os dados de interesse.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE – 2010 e 2012.

Os resultados dos modelos de regressão logística para explicar o fato de ter concorrido à prefeitura em 2012 demonstram que, controlando-se pelos padrões espaciais de votação e pelas variáveis relacionadas com a posição do deputado na lista eleitoral, a variável de interesse *prefeito concorrendo à reeleição no centro de votação em 2012* apresentou um efeito significativo no sentido da hipótese 2 apresentada na seção 3.3.1. Já a variável *percentual de votos no centro de votação* não apresentou efeito significativo, apesar de que,

com a sua inclusão, os padrões espaciais de votação baseados na dominância eleitoral apresentam um efeito menor em comparação com as versões do modelo em que a variável não está presente.

Em primeiro lugar, percebe-se que, considerando um indivíduo com padrão de votação concentrado-compartilhado na capital, com uma posição elevada na lista eleitoral, com a maior diferença para menos em relação ao quociente para deputado federal 2010, e com o menor percentual de votos no centro de votação, menor será a chance de ter concorrido ao cargo de prefeito em 2012 na presença de um prefeito que buscava a reeleição no mesmo município.

Em linhas gerais, os resultados são de acordo com o esperado, ou seja, há uma diferença significativa entre os efeitos dos diferentes padrões espaciais de votação. Dentre os efeitos estatisticamente significativos percebe-se, em primeiro lugar, que deputados que apresentaram um padrão de votação *concentrado-dominante* possuem maiores chances de concorrer à prefeitura em seu centro de votação do que deputados de tipo *concentrado-compartilhado na capital*. Em seguida, e com uma magnitude do efeito bastante próxima, estão os deputados de padrão *fragmentado-dominante*. Ou seja, embora possamos identificar efeitos significativos das variáveis relacionadas com a dinâmica da competição como a abertura da disputada eleitoral no município, é a origem eleitoral do deputado que explica em maior medida a escolha por competir ou não ao cargo de prefeito.

Tendo explorado os fatores que influenciam na decisão por competir para o cargo de prefeito, podemos seguir para as demais opções, isso porque a disputa eleitoral local se dá no meio termo do mandato de deputado estadual, e não há a necessidade de renunciar ao cargo para disputar uma eleição para o Executivo local, bastando apenas uma licença durante a vigência do período eleitoral. Nos outros casos, a decisão é excludente.

Ou seja, chegando em 2014, independentemente de ter ou não competido em 2012, o deputado estadual se vê diante da possibilidade de concorrer ou não ao cargo de deputado federal, e dessa forma progredir na carreira política para um cargo mais elevado na estrutura de oportunidades de carreira. No entanto, essa escolha envolve abrir mão da possibilidade de renovação do mandato de deputado estadual. Isto é, caso não seja eleito para o cargo de deputado federal, o político ficará pelo menos dois anos sem poder disputar qualquer outro cargo eletivo até que sejam realizadas novas eleições municipais, caso tenha interesse por cargos deste nível de governo, caso contrário, ficará quatro anos aguardando novas eleições

gerais⁴¹ para decidir se mantém a ambição progressiva, ainda que não tenha sido bem sucedida na eleição anterior, ou se administra essa ambição ao decidir tentar novamente o cargo de deputado estadual.

Tabela 13 – Modelo de regressão logística sobre a chance de concorrer ao cargo de deputado federal em 2014

	Concorreu para Deputado Federal em 2014		
	(1)	(2)	(3)
Padrão espacial de votação (ref: concentrado-dominante)			
Concentrado-compartilhado na capital	6.99* (0.78)	6.84* (0.79)	5.81* (0.84)
Concentrado-compartilhado nos demais	1.65 (0.93)	1.99 (0.94)	1.71 (0.96)
Fragmentado-dominante	4.13 (0.76)	3.51 (0.77)	3.54 (0.77)
Fragmentado-compartilhado	4.84* (0.74)	4.67* (0.75)	3.88 (0.79)
Posição padronizada na lista eleitoral em 2010	- -	0.36* (0.51)	0.34* (0.52)
Diferença em relação ao quociente para deputado federal em 2010	- -	1.52 (0.50)	1.46 (0.50)
Prefeito buscando reeleição em 2012	- -	- -	1.51 (0.30)
Percentual de votos no centro de votação em 2010	- -	- -	0.99 (0.01)
Constante	0.05** (0.93)	0.11* (1.03)	0.13 (1.07)
Teste F	292.88*** (df = 29; 859)	257.34*** (df = 31; 857)	238.68*** (df = 33; 855)
Observações	889	889	889
Log Likelihood	-243.55	-239.12	-237.92
Akaike Inf. Crit.	547.11	542.25	543.83

Nota: (*) $p < 0,05$; (**) $p < 0,01$; (***) $p < 0,001$. Erro padrão robusto entre parênteses. Todos os modelos foram estimados com controle de efeitos fixos por Assembleia Legislativa, que foram omitidos da tabela com o objetivo de evidenciar os dados de interesse.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010, 2012 e 2014.

⁴¹ A bem da verdade, pode-se cogitar que o político em perspectiva de carreira venha a ocupar algum cargo não-eletivo nesse ínterim. Fleury (2009), por exemplo, argumenta que os recursos existentes na estrutura administrativa descentralizada do Estado podem ser utilizados como uma "rede de proteção" que tem como objetivo proteger os políticos dos possíveis reveses das disputas eleitorais. No caso dos aspirantes ao cargo de deputado federal essa tendência pode ser mais evidente, já que, depois de terem exercido um mandato estadual, essa aspiração demonstra prestígio em seu partido, conforme o argumento desenvolvido neste capítulo. Por isso, como os partidos são os principais atores de mediação na ocupação de cargos importantes na estrutura da Administração Pública, esses ex-deputados estaduais dificilmente ficariam deixados à própria sorte.

Com base no resultado da modelagem da escolha por concorrer ao cargo de deputado federal em 2014 pode-se perceber que dentre as variáveis referentes às hipóteses 3 e 4, somente a primeira se confirma. A diferença da votação do deputado em 2010 em relação ao quociente eleitoral para deputado federal no mesmo pleito não apresenta resultado significativo, talvez porque a decisão de concorrer ao cargo de deputado federal está aqui contrastada com a decisão de concorrer à prefeitura ou ao cargo de deputado estadual; e, com base nos dados descritivos, temos evidências de que um bom desempenho eleitoral em relação ao quociente para deputado federal também é característica dos deputados que foram bem sucedidos na disputa pelo cargo de prefeito.

Por outro lado, o modelo traz evidências no sentido da hipótese 3, já que, quanto melhor a posição na lista em 2010, maior a chance de concorrer para o cargo de deputado federal. Ou seja, a força eleitoral relacionada ao montante de votos adquiridos no pleito proporcional anterior é uma boa preditora da decisão de concorrer para um cargo mais alto na hierarquia de preferências, considerando que as duas disputas se dão no mesmo distrito, segundo as mesmas regras que regem as eleições proporcionais, variando apenas em sua magnitude.

As variáveis relacionadas à disputa local – hipóteses 1 e 2 – não apresentam efeitos independentes significativos, o que reforça a ideia de que, em relação à dinâmica da competição para os cargos disponíveis, é a força eleitoral do deputado no distrito que importa para a decisão de concorrer a uma cadeira na Câmara dos Deputados.

Este resultado se complementa com a análise dos efeitos dos padrões espaciais de votação. Tomando como comparação o padrão *concentrado-dominante*, deputados com padrão de votação *fragmentado-compartilhado* apresentam chances significativas de concorrer ao cargo de deputado federal, conforme já era esperado. No entanto, sem sombras de dúvidas, a concentração espacial da votação em capitais, associada ao compartilhamento de votação inerente à acirrada competição nessas áreas, favorece em grande medida a decisão por concorrer ao cargo de deputado federal. Isso ocorre porque, apesar da disputa acirrada, a competição eleitoral na capital reserva aos vencedores um montante de votos relativamente suficiente para disputar o cargo de deputado federal. Além disso, Corrêa (2011) apresentou evidências de que a representação de correntes de opinião — uma das vantagens do princípio de representação proporcional — é na verdade oriunda das capitais, e não da dispersão de votos no distrito como um todo. Talvez por essa conexão com a representação de correntes de opinião que os deputados oriundos das capitais tenham maiores chances de concorrer ao cargo de deputado federal. E aqui se confirma em definitivo a necessidade de modificar a tipologia de padrões proposta por Ames (2003) de modo a destacar as diferenças no comportamento

dos deputados em relação as suas carreiras quando combinam concentração e compartilhamento de votos nas capitais em comparação com aqueles que apresentam o mesmo padrão de distribuição espacial de votos só que concentrado em municípios de menor expressão.

Por fim, podemos explorar de maneira independente os fatores que contribuíram para a decisão pela reeleição em lugar de concorrer para cargos mais altos, seja o cargo de prefeito em 2012, seja o de deputado federal em 2014. O resultado da estimação do modelo de regressão logística da chance de concorrer à reeleição para o cargo de deputado estadual é apresentado na tabela abaixo.

Tabela 14 – Modelo de regressão logística sobre a chance de concorrer ao cargo de deputado estadual em 2014

	Concorreu para Deputado Estadual em 2014		
	(1)	(2)	(3)
Padrão espacial de votação (ref: concentrado-dominante)			
Fragmentado-compartilhado	1.55 (0.38)	1.63 (0.39)	1.53 (0.44)
Fragmentado-dominante	1.79 (0.41)	1.50 (0.42)	1.40 (0.45)
Concentrado-compartilhado na capital	1.26 (0.32)	1.48 (0.32)	1.50 (0.33)
Concentrado-compartilhado nos demais	1.73 (0.30)	1.84* (0.31)	1.68 (0.36)
Posição na lista eleitoral em 2010	-	4.19*** (0.41)	4.02*** (0.41)
Diferença em relação ao quociente para deputado federal em 2010	-	1.06 (0.46)	1.01 (0.47)
Prefeito buscando reeleição em 2012	-	-	1.57* (0.21)
Percentual de votos no centro de votação em 2010	-	-	0.99 (0.01)
Constante	1.75 (0.60)	0.58 (0.71)	0.61 (0.74)
Teste F	249.64*** (df = 29; 859)	203.47*** (df = 31; 857)	183.31*** (df = 33; 855)
Observações	889	889	889
Log Likelihood	-386.55	-377.46	-375.12
Akaike Inf. Crit.	833.09	818.91	818.24

Nota: (*) $p < 0,05$; (**) $p < 0,01$; (***) $p < 0,001$. Erro padrão robusto entre parênteses. Todos os modelos foram estimados com controle de efeitos fixos por Assembleia Legislativa, que foram omitidos da tabela com o objetivo de evidenciar os dados de interesse. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010, 2012 e 2014.

Diferentemente das situações anteriores, percebe-se em geral que uma menor força eleitoral é o que caracteriza os indivíduos que decidem por concorrer pela reeleição se comparados com os demais. Dentre as variáveis de interesse, somente duas delas se destacam com efeitos significativos. A primeira, e mais significativa se refere ao caso contrário da hipótese 3, ou seja, quanto pior a posição na lista eleitoral em 2010, maior a chance de concorrer à reeleição em lugar de tentar uma ambição progressiva. E, de acordo com a magnitude do efeito, é possível sustentar a hipótese apresentada por Leoni, Pereira e Rennó (2003) de que a ambição estática corresponde a um comportamento estratégico favorável para os candidatos mais fracos eleitoralmente, isto é, que não teriam condições de perseguir uma ambição progressiva de imediato, pois dificilmente sobreviveriam no âmbito de uma competição mais acirrada.

Contudo, a partir das inclusão das variáveis relacionadas ao nível local, destaca-se também o efeito significativo da existência de um prefeito buscando a reeleição em 2012 no centro de votação do deputado, o que aumenta a chance de que este decida então concorrer à reeleição. Esta decisão possivelmente está atrelada com o objetivo de evitar uma disputa acirrada no município de interesse do deputado, e pode ser um motivo para o fato de que nenhum dos padrões espaciais de votação apresenta efeito significativo em comparação com o padrão *concentrado-dominante*, apesar da expectativa teórica de que deputados com esse perfil estivessem menos inclinados a concorrer à reeleição vis-à-vis a possibilidade de concorrer à prefeitura no decorrer do mandato. Ou seja, para deputados cujo padrão espacial de votação simboliza um forte vínculo com a dinâmica política local, as assembleias legislativas estaduais parecem, realmente, ser apenas um "porto seguro" numa carreira orientada para cargos mais altos. Ou seja, é uma forma de se manter na disputa por votos sem incorrer nos riscos (ou, assumindo menores riscos) de ficar de fora das instituições por um breve período de tempo. Ficar sem um mandato eletivo pode não ser o fim da carreira de um político, mas certamente afeta a sua sobrevivência política no longo prazo.

3.5. Considerações Finais

Este último capítulo da tese parte da constatação ao final do segundo capítulo, de que os padrões espaciais de votação explicam em parte as decisões de carreira, entendidas como diferentes estratégias de sobrevivência política. No entanto, conforme destacado a partir da revisão bibliográfica sobre a abordagem neoinsitucionalista da Teoria da Ambição Política, o cálculo da decisão sobre qual cargo disputar não leva em consideração somente as

preferências dos indivíduos e a caracterização de uma estrutura de oportunidades de carreira. É necessário investigar também os riscos e custos envolvidos na decisão.

O argumento desenvolvido neste capítulo é de que estes riscos e custos da decisão de carreira são também condicionados pela configuração institucional das competições para os diversos cargos disponíveis, e é a partir deles que os indivíduos passam a modular a sua ambição de longo prazo em torno de um objetivo factível no curto prazo.

Dito de outro modo, ainda que as preferências políticas condicionadas pelos padrões espaciais de votação estimulem o desenvolvimento de determinados tipos de ambição, é o confronto de determinadas características da votação pessoal com as incertezas inerentes à competição para diversos cargos que vai realmente definir a ambição predominante (ou que poderíamos chamar aqui de ambição manifesta).

Os resultados da análise empírica deste capítulo final apontam para o fato de que em algumas situações as características da votação dos indivíduos constroem ou estimulam determinados tipos de ambição, ao condicionarem a trajetória seguinte à eleição para a Assembleia Legislativa. Mostrou-se, que a decisão por competir para o cargo de deputado federal, como sendo um cargo proporcional mais alto na hierarquia de preferências, envolve incertezas relacionadas ao desempenho eleitoral do político no distrito. Caso o indivíduo esteja bem posicionado em sua lista eleitoral no ano de referência, aumentam as chances de que ele venha a competir para este cargo mais alto, caracterizando de fato uma ambição progressiva.

Além disso, os dados trazem fortes evidências de que a incerteza opera na opção por concorrer ao cargo de prefeito de acordo com o grau de abertura da disputa eleitoral, pois, uma competição que tenha a presença do prefeito em exercício torna-se mais incerta para um deputado que tenha pretensões ao cargo frente às possíveis vantagens que o incumbente teria no exercício deste cargo.

Por fim, a decisão por competir pela reeleição se explica a partir da negativa à decisão de competir por um dos cargos que simbolizam ambições progressivas. Isto é, caso um deputado estadual não esteja bem colocado em sua lista eleitoral, o que demonstra uma limitada força eleitoral no distrito, sua decisão tenderá a privilegiar a tentativa de reeleição. Uma explicação para tal, é que modular a sua ambição em torno de um objetivo mais palpável no curto prazo pode ser uma forma de assegurar a sua sobrevivência política no longo prazo, evitando estar fora do exercício de um cargo eletivo por um tempo, caso tenha interesse no cargo de deputado federal. Por outro lado, um deputado que ambicione uma carreira progressiva no âmbito local, pode se deparar com uma competição política fechada, passando

a considerar mais interessante permanecer na Assembleia Legislativa, podendo competir novamente nas eleições municipais quando o cenário estiver mais aberto.

Contudo, os padrões espaciais de votação aparecem como os elementos definidores da ambição, independentemente das características eleitorais individuais, o que reforça a tese desenvolvida no segundo capítulo de que as conexões eleitorais dos deputados estaduais condicionam previamente as preferências pelos cargos disponíveis na estrutura de oportunidades de carreira. Ou seja, são fortes as evidências no sentido de que a hierarquia de preferências por cargos não pode ser considerada como igual para todos. Estudos sobre comportamento legislativo que busquem compreender os mecanismos por trás da manutenção das conexões eleitorais podem dar melhor sustentação a esses resultados.

CONCLUSÃO

A tese teve como objetivo analisar os efeitos dos padrões espaciais de votação dos deputados estaduais sobre as estratégias de sobrevivência política, buscando responder como e em que medida as formas como os indivíduos se relacionam com suas bases eleitorais condicionam padrões identificáveis de carreira política considerando os cargos eletivos que conformam a estrutura de oportunidades de carreira no Brasil.

No primeiro capítulo, a partir de uma revisão bibliográfica da literatura sobre carreiras políticas, destacaram-se elementos da discussão sobre a chamada Teoria da Ambição Política formulada originalmente por Schlesinger (1966). Foram apresentados os avanços feitos na teoria a partir de sua formulação inicial e as tentativas de adaptação dessa discussão para o caso brasileiro. Neste sentido, argumentou-se sobre a importância de se entender as carreiras políticas dos deputados estaduais a partir de uma abordagem neoinstitucionalista, assumindo como premissa que os atores são racionais e que as decisões de carreira são tomadas de modo a maximizar a sua sobrevivência política. Destacou-se que a adoção desta perspectiva não é trivial, pois torna-se necessário investigar os condicionantes institucionais que conformam de um lado a estrutura de oportunidades de carreira, e, de outro, as ambições políticas dos indivíduos em perspectiva de carreira em cargos eletivos.

De um ponto de vista metodológico, no primeiro capítulo, foi apresentada uma proposta de consideração das carreiras políticas como trajetória, considerando não só o movimento de entrada em determinado cargo, como propõem os estudos sobre carreira, como também o percurso seguinte à conquista de um cargo, foco bastante comum nos estudos sobre reeleição. A combinação desses dois movimentos (trajetória de origem e trajetória de destino) permite uma melhor caracterização dos padrões de carreira dos deputados estaduais, principalmente por conta da possibilidade de transito entre cargos de diferentes níveis no arranjo federativo.

A investigação empírica, apresentada no primeiro capítulo, enfatizou que existem padrões de carreira diferenciados que permitem uma melhor identificação da composição das Assembleias Estaduais de acordo com a ambição predominante de carreira dos seus membros. Dentre os padrões de carreira possíveis, destacou-se a predominância de uma trajetória estática, ou seja, de renovação do cargo de deputado estadual, a despeito das interpretações que destacam o baixo incentivo político atrelado ao cargo de deputado estadual, em comparação com os demais cargos disponíveis, por conta das limitações de competência institucional no exercício do mandato.

Já no segundo capítulo, o objetivo foi investigar de que forma a distribuição espacial das votações dos deputados está associada com diferentes padrões de carreira, tendo como hipótese que esses padrões espaciais de votação conformam conexões eleitorais diferentes que condicionariam a hierarquia de preferências pelos cargos. Para isso, fez-se um resgate da discussão teórica sobre o conceito de conexões eleitorais, chamando a atenção para a necessidade de sua interpretação a partir de incentivos múltiplos.

Enquanto boa parte da literatura sobre conexões eleitorais no Brasil apresenta um foco demasiado nas conexões locais, especialmente por conta da investigação dos impactos da concessão de recursos concentrados via emendas orçamentárias para os municípios de interesse, chamou-se a atenção para o fato de que na verdade, a forma como as distribuições espaciais dos votos se dão no nosso arcabouço institucional conformam incentivos diferentes. As raízes dessa discussão podem ser encontradas nos estudos seminais de Ames (2003) e Carvalho (2003).

Contudo, de um ponto de vista metodológico, ainda existem alguns desafios a serem enfrentados com vistas à investigação dos padrões espaciais de votação. O primeiro deles é a decisão sobre quais indicadores utilizar, dado que há pouco consenso na literatura quanto à sua definição e utilização. Além disso, argumentou-se em torno da necessidade de modificar a tipologia original de padrões espaciais de votação – *concentrado-dominante*, *concentrado-compartilhado*, *fragmentado-dominante* e *fragmentado-compartilhado* – de modo a incluir uma diferenciação no padrão concentrado-compartilhado separando a concentração na Capital da concentração em demais municípios.

Do ponto de vista empírico, as análises do terceiro capítulo apresentam evidências no sentido de que é possível identificar padrões de votação para os deputados estaduais e que esses padrões de votação estão de alguma maneira associados com os padrões de carreira apresentados pelos deputados estaduais. Porém, ao final do capítulo, fica evidente que a predominância de um padrão de carreira estático alcança diferentes padrões espaciais de votação, o que coloca um desafio à hipótese mais ingênua de relação direta entre os padrões espaciais de votação e os padrões de carreira apresentados pelos deputados. O que explica essa predominância pela decisão de concorrer ao cargo de deputado estadual em um contexto institucional completamente desfavorável a um exercício autônomo do mandato?

É nesse ponto que a exploração empírica apresentada no capítulo final apresenta a principal contribuição analítica da tese. Mesmo considerando as incertezas inerentes à competição para os cargos disponíveis, especialmente para aqueles que simbolizam uma ambição progressiva, os padrões espaciais de votação dos deputados estaduais brasileiros

explicam em grande medida as decisões de carreira. Os resultados podem ser resumidos nos seguintes pontos:

- Padrões de votação *concentrado-compartilhado na capital* e *fragmentado-compartilhado* favorecem à decisão por competir para o cargo de deputado federal. Talvez porque esses padrões representam de um lado um desempenho eleitoral no distrito que possa ser suficiente para garantir uma eleição para um cargo proporcional mais competitivo, ou mesmo porque, aprofundando-se nas conexões eleitorais, é possível cogitar que esses deputados oriundos de capitais sejam representantes de correntes de opinião que teriam melhores oportunidades de exercício do seu mandato representativo estando na Câmara dos Deputados, onde possui mais capacidade de interferência na agenda política em torno de temas de relevância nacional.
- Os padrões de votação *concentrado-dominante* e *fragmentado-dominante*, favorecem a decisão por competir para o cargo de prefeito no decorrer do exercício do mandato de deputado estadual. Esses dois padrões de votação apresentam conexões claras com a dinâmica política local. No caso do padrão *concentrado-dominante*, é evidente que a sua extração eleitoral territorialmente localizada condiciona essa necessidade de uma vinculação com a dinâmica política local, que pode ser renovada a partir da conquista da prefeitura.
- Já em relação ao padrão *fragmentado-dominante*, as expectativas teóricas em relação ao seu padrão de carreira não eram muito claras devido à sua vinculação com a dinâmica política estadual, conforme argumentou Ames (2003). Contudo, a partir da análise dos dados, é possível perceber que, para os deputados de padrão *fragmentado-dominante*, a dominância política exerce um apelo relevante no cálculo da sobrevivência da carreira, talvez porque a eleição para a prefeitura de um município relevante seja mais interessante do que a manutenção do cargo de deputado estadual, ainda que a sua origem possa ser explicada por algum vínculo com a dinâmica política estadual.

Destes resultados se conclui que a investigação dos padrões de votação em combinação com os padrões de carreira apresentados pelos deputados estaduais permitem a ampliação das possibilidades analíticas de uma abordagem sobre o exercício de fato das conexões eleitorais. Torna-se imprescindível expandir as reflexões sobre comportamento legislativo, por exemplo, a fim de dar conta não só das demandas por concessão de recursos concentrados (*pork barrel*), mas também de outras modalidades de comportamento legislativo que sejam adequadas à pluralidade de conexões eleitorais possíveis, conforme enfatizado por Carvalho (2003, cap. 5). Essa é uma agenda de pesquisa que se abre como possibilidade a partir dos resultados desta tese.

Cabe registrar a ausência dos partidos políticos na presente investigação, que se explica pela necessidade do desenvolvimento de uma agenda de pesquisa sobre as coalizões governativas no âmbito estadual. Apesar dos achados significativos da discussão sobre coalizões governativas no âmbito nacional, as articulações partidárias na esfera estadual ainda é uma lacuna a ser preenchida, e o seu desenvolvimento fugia ao objetivos desta tese. Contudo, não ignoramos o fato de que a relação dos políticos e seus partidos com o Executivo estadual e sua coalizão de apoio, bem como as relações com o Executivo nacional e sua coalizão, podem afetar diretamente as estratégias de carreira dos deputados estaduais.

Além disso, a expansão dessa agenda das coalizões governativas no plano estadual, associada com uma investigação dos padrões de carreira dos deputados estaduais, tal como desenvolvida nesta tese, permitiria jogar luz sobre alguns elementos da discussão sobre a estruturação do sistema partidário no Brasil. Uma melhor compressão dos padrões de carreira no sistema político brasileiro, articulada com a vinculação partidária dos políticos ao longo do tempo, e tendo o plano estadual como um eixo fundamental de análise permitiria: (1) uma melhor interpretação das migrações partidárias com vistas a garantir a sobrevivência da carreira no longo prazo; (2) o entendimento da volatilidade eleitoral dos partidos nos estados; e (3) o entendimento das articulações partidárias em torno dos grandes blocos partidários que consolidaram as suas estratégias em torno da competição partidária pela presidência, e que a partir disso passam a estruturar o sistema partidário como um todo. Ou seja, todas essas questões passam de alguma forma pelo entendimento de como os políticos enxergam a estrutura de oportunidades de carreira, de como eles calculam as suas decisões sobre os cargos aos quais competir, e em que medida os partidos políticos seriam veículos para a concretização dessas ambições em um cenário de partidos fracos do ponto de vista eleitoral.

Acrescente-se a isso, a evolução recente das investigações sobre financiamento de campanhas em eleições proporcionais. É evidente que um bom financiamento de campanha reduz os custos de obtenção de determinados cargos; contudo, os condicionantes desse financiamento e dos padrões de gastos ainda são incógnitas a serem investigadas. Portanto, um avanço nessa agenda de pesquisas poderia dar maior robustez às hipóteses formuladas com relação às incertezas inerentes à competição para os vários cargos.

Por fim, a ênfase nas condicionantes institucionais das carreiras políticas dos deputados estaduais, de acordo com a perspectiva aqui apresentada, permite também uma melhor compreensão dos impactos para o sistema político brasileiro de alterações no arcabouço institucional vigente, em decorrências das pressões por reforma política. Por exemplo, dentre as propostas de reforma política que tramitaram no Congresso no ano de 2015, a PEC 182/07

propôs a revogação da possibilidade de reeleição para os cargos executivos (prefeitos, governadores e presidente) já a partir das eleições de 2018. Boa parte dos argumentos em torno da aprovação ou não da reeleição giram em torno de aspectos políticos relacionados com a renovação das forças políticas à frente dos executivos. No entanto, os impactos dessas alterações sobre as decisões de carreira, com influências sobre o sistema político como um todo, são completamente ignorados. A partir da análise empírica aqui desenvolvida é possível esperar que haveria uma maior dinâmica nas carreiras políticas entre os níveis local e estadual, em parte pela abertura da competição política no âmbito local como decorrência da eliminação do fenômeno do incumbente, em parte pela chegada de novos competidores no nível estadual como decorrência da impossibilidade de reeleição. Caso essas expectativas se confirmem, os impactos seriam significativos sobre a institucionalização dos legislativos estaduais, por conta de uma maior renovação do conjunto dos representantes eleitos, por conta da chegada de novos atores com outras ambições políticas do que aquelas que predominam atualmente e que permitiram uma relativa estabilidade no corpo representativo dos legislativos estaduais ao longo dos últimos anos.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. **Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec : Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

AMES, B. Electoral rules, constituency pressures, and pork barrel: bases of voting in the Brazilian Congress. **The Journal of Politics**, v. 57, n. 02, p. 324–343, 1995a.

AMES, B. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. **American Journal of Political Science**, v. 39, n. 2, p. 406–433, 1995b.

AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ANASTASIA, F.; CORREA, I.; NUNES, F. Caminhos, veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas. In: MENEGUELLO, R. (Ed.). **O Legislativo Brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública**. Brasília: Senado Federal, 2012.

ARAÚJO, P. M. Recrutamento Parlamentar para o Senado e o Perfil dos Senadores Brasileiros, 1989-2006. **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 2, 4 mar. 2012.

ARAÚJO, V.; SILOTTO, G.; CUNHA, L. R. Capital político e financiamento eleitoral no Brasil: uma análise empírica da estratégia das empresas na alocação de recursos de campanha. **Revista Teoria & Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 126–158, 2015.

ARNOLD, R. D. **The Logic of Congressional Action**. New Haven: Yale University Press, 1990.

AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; BARONE, L. S. Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil. **Dados**, v. 55, n. 4, p. 987–1013, dez. 2012.

AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; SILVA, G. P. DA. A Concentração eleitoral nas eleições paulistas: medidas e aplicações. **Dados**, v. 54, n. 2, p. 319–347, 2011.

BARRETO, A. Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004). **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 123–148, jun. 2008.

BARRETO, A. Reeleição para o Executivo Municipal no Brasil (2000-2008). **Revista Debates**, v. 3, n. 2, p. 97, 10 dez. 2009.

BERTHOLINI, F. et al. **Does Legislative Work Help Reelection? Ambition, Reelection and Legislative Performance at the Subnational Level in Brazil**. . In: AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION 2013 ANNUAL MEETING. Chicago: APSA, 2013Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/abstract=2300268>>. Acesso em: 20 set. 2015

BLACK, G. S. A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives. **The American Political Science Review**, v. 66, n. 1, p. 144–159, mar. 1972.

BORCHERT, J. **Ambition and Opportunity in Federal Systems: The Political Sociology of Political Career Patterns in Brazil, Germany, and the United States**. . In: APSA 2009 TORONTO MEETING PAPER. Toronto: American Political Science Association, 2009Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/abstract=1450640>>. Acesso em: 8 set. 2015

BORCHERT, J. Individual Ambition and Institutional Opportunity: A Conceptual Approach to Political Careers in Multi-level Systems. **Regional & Federal Studies**, v. 21, n. 2, p. 117–140, maio 2011.

BORGES, A.; SANCHEZ FILHO, A.; ROCHA, C. La conexión subnacional: geografía del voto y coaliciones electorales en el federalismo brasileño. **Revista SAAP**, v. 5, n. 2, p. 0–0, dez. 2011.

BRAGA, M. DO S. S.; BOLOGNESI, B. Dossiê recrutamento político e seleção de candidatos nas democracias contemporâneas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 5–9, jun. 2013.

BRAMBOR, T.; CENEVIVA, R. Incumbency advantage in Brazilian mayoral elections. **APSA 2011 Annual Meeting Paper**, 2011.

BRAMBOR, T.; CENEVIVA, R. Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 93, p. 09-21, jul. 2012.

CAREY, J. M.; SHUGART, M. S. Incentives to cultivate a personal vote: A rank ordering of electoral formulas. **Electoral Studies**, v. 14, n. 4, p. 417–439, 1 dez. 1995.

CARNEIRO, L. P.; ALMEIDA, M. H. T. DE. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. **Dados**, v. 51, n. 2, p. 403–432, 2008.

CARREIRÃO, Y. DE S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 0, n. 14, p. 255–295, 1 ago. 2014.

CARVALHO, N. R. DE. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Revan, 2003.

CASTRO, M. M. M. DE; ANASTASIA, F.; NUNES, F. Determinantes do comportamento particularista de legisladores estaduais brasileiros. **Dados**, v. 52, p. 961–1001, 2009.

CERVI, E. U. Produção legislativa e conexão eleitoral na assembléia legislativa do estado do Paraná. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 32, p. 159–177, fev. 2009.

CORRÊA, F. S. **Conexões Eleitorais, Conexões Territoriais: as bases socioterritoriais da representação política na metrópole fluminense**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)—Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

COSTA, L. D. **Os Representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1987-2007)**. Dissertação de Mestrado—Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 6 set. 2010.

COX, G. W.; MCCUBBINS, M. D. **Legislative Leviathan: Party Government in the House**. Los Angeles: University of California Press, 1993.

DIAS, J. L. DE M. **O jogo e os jogadores: legislação eleitoral e padrões de competição política**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, 1991.

DOWNS, A. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

EDUARDO, F. L. **Perfil do candidato ou dinheiro: de onde vem o sucesso eleitoral dos candidatos a cargos legislativos no Brasil?** . In: 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu: ANPOCS, 2014. Acesso em: 28 ago. 2016

ELLISON, G.; GLAESER, E. L. **Geographic Concentration in U.S. Manufacturing Industries: A Dartboard Approach**. [s.l.] National Bureau of Economic Research, ago. 1994. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w4840>>. Acesso em: 14 out. 2015.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

FLEURY, S. J. F. **Redes de proteção: incentivos, escolhas e comportamento na política brasileira**. Tese (Doutorado em Ciência Política)—Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, 21 dez. 2009.

GUARNIERI, F. A força dos partidos “fracos”. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 235–258, 2011.

INDJAIAN, M. L. **Análise preliminar da bancada federal paulista eleita pelo MDB em 1978**. São Paulo: FAPESP, 1981.

LAGO, I. C. **Conexão eleitoral: Geografia do voto, comportamento parlamentar e reeleição entre os deputados federais do Sul do Brasil / 1998-2006**. Tese (Doutorado em Sociologia Política)—Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

LAGO, I. C.; ROTTA, E. Conexão eleitoral e reeleição entre deputados federais do sul do Brasil / 1998-2010. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 49, p. 139–156, mar. 2014.

LE MOS, L. B.; MARCELINO, D.; PEDERIVA, J. H. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 366–393, nov. 2010.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, v. 9, p. 44–67, 2003.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Political Survival Strategies: Political Career Decisions in the Brazilian Chamber of Deputies. **Journal of Latin American Studies**, v. 36, n. 01, p. 109–130, fev. 2004.

LIMA, R. N. DE; BARRETO, A. A carreira de vereador e a ambição progressiva: análise a partir do caso do Rio Grande do Sul (2002-2010). **Pensamento Plural**, n. 12, p. 91–115, 2013.

MAINWARING, S. P. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. [s.l.] Mercado Aberto, 2001.

MALUF, R. T. **A carreira política na Câmara municipal de São Paulo (CMSP)**. Tese (Doutorado em Ciência Política)—São Paulo: Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 27 abr. 2006.

MALUF, R. T. Carreiras Políticas no Brasil: Amadores e de Passagem nas Camaras Municipais de SP e RJ. **Idéias**, v. 1, n. 1, 2010.

MASSIA, L. P. **A Profissionalização política do poder executivo estadual: uma análise do perfil social e da carreira dos governadores brasileiros (1994-2010)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Pelotas: Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, 28 maio 2013.

MAYHEW, D. R. **Congress : the electoral connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.

MELO, C. R. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na câmara dos deputados, 1985-2002**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MELO, C. R. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 0, n. 4, p. 13–41, 2010.

MELO, C. R.; ANASTASIA, F. A reforma da previdência em dois tempos. **Dados**, v. 48, n. 2, p. 301–332, jun. 2005.

MELO, C. R.; CÂMARA, R. Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados**, v. 55, n. 1, p. 71–117, 2012.

NICOLAU, J. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NICOLAU, J. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 689–720, 2006a.

NICOLAU, J. Voto personalizado e reforma eleitoral no Brasil. In: SOARES, G. A. D.; RENNÓ, L. R. (Eds.). . **Reforma política: lições da história recente**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006b. p. 23–33.

NICOLAU, J. O sistema eleitoral brasileiro. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Eds.). . **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 293–302.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 44, p. 133–172, 2001.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Successful re-election strategies in Brazil: the electoral impact of distinct institutional incentives. **Electoral Studies**, v. 22, n. 3, p. 425–448, set. 2003.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, p. 664–683, dez. 2007a.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. What does the reelected have?The return: the outline of a reelection theory in Brazil. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, p. 664–683, dez. 2007b.

POLSBY, N. W. The Institutionalization of the U.S. House of Representatives. **American Political Science Review**, v. 62, n. 01, p. 144–168, 1968.

PREWITT, K. Review: *Ambition and Politics: Political Careers in the United States* by Joseph A. Schlesinger. **The American Political Science Review**, v. 61, n. 3, p. 767–768, set. 1967.

ROHDE, D. W. Risk-Bearing and Progressive Ambition: The Case of Members of the United States House of Representatives. **American Journal of Political Science**, v. 23, n. 1, p. 1–26, fev. 1979.

SAMUELS, D. Incentives to cultivate a party vote in candidate-centric electoral systems: Evidence from Brazil. **Comparative Political Studies**, v. 32, n. 4, p. 487–518, 1999.

SAMUELS, D. The Gubernatorial Coattails Effect: Federalism and Congressional Elections in Brazil. **The Journal of Politics**, v. 62, n. 1, p. 240–253, 1 fev. 2000a.

SAMUELS, D. Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. 25, n. 3, p. 481–497, 1 ago. 2000b.

SAMUELS, D. Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil. **The Journal of Politics**, v. 63, n. 2, p. 569–584, 2001a.

SAMUELS, D. Money, Elections, and Democracy in Brazil. **Latin American Politics and Society**, v. 43, n. 2, p. 27–48, 2001b.

SAMUELS, D. Progressive ambition, federalism, and pork-barreling in Brazil. In: MORGENSTERN, S.; NACIF, B. (Eds.). . **Legislative Politics in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 315–340.

SAMUELS, D. **Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SANTOS, F. Recruitment and Retention of Legislators in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. 24, n. 2, p. 209–237, 1 maio 1999.

SANTOS, F. (ED.). **O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SANTOS, F. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil - 1946-1999. In: SANTOS, F. (Ed.). . **O poder legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 111–140.

SANTOS, F.; PEGURIER, F. J. H. Political Careers in Brazil: Long-term Trends and Cross-sectional Variation. **Regional & Federal Studies**, v. 21, n. 2, p. 165–183, 1 maio 2011.

SANTOS, M. L. Teoria e Método nos Estudos sobre o Legislativo Brasileiro: uma Revisão da Literatura no Período 1994-2005. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 66, p. 65–89, 2008.

SAUGO, J. F. **Geografia do voto e conexão eleitoral no Rio Grande do Sul : 1994 - 2006**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

SCHATTSCHEIDER, E. E. **Party Government: american government in action**. New York: Rinehart & Co., 1942.

SCHLESINGER, J. A. **Ambition and Politics: Political Careers in the United States**. Chicago: Rand MacNally, 1966.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, Socialism and Democracy**. New York: Harper & Brothers, 1942.

SILVA, G. P. DA. **Uma discussão acerca das regras eleitorais do sistema político brasileiro e dos incentivos aos comportamento parlamentar**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo)—São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2009.

SILVA, G. P. DA et al. **Competição Política e Sistema Eleitoral Brasileiro: Algumas Evidências Empíricas**. . In: 8º ENCONTRO DA ABCP. Recife: Associação Brasileira de Ciência Política, 2010Disponível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/9_7_2012_16_36_40.pdf>. Acesso em: 27 out. 2015

SILVA, G. P. DA. Uma avaliação empírica da competição eleitoral para a Câmara Federal no Brasil. **Opinião Pública**, v. 19, n. 2, p. 403–429, nov. 2013.

SILVA, G. P. DA. **Para além de São Paulo: Medindo a Concentração Eleitoral em todo o Brasil**. . In: IX ENCONTRO DA ABCP. Brasília: Associação Brasileira de Ciência Política, 2014Disponível em: <http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403574499_ARQUIVO_ParaalemdeSaoPaulo20140402.pdf>. Acesso em: 4 out. 2015

SILVA, G. P. DA; BIDERMAN, C.; AVELINO, G. **Concentração de votos e Orçamento: Indicadores para avaliar o comportamento parlamentar como resultante de eleições**. . In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA. Salvador: ANPAD, 2008

SILVA, G. P. DA; BIDERMAN, C.; AVELINO, G. **Indicadores para avaliar o comportamento parlamentar como resultante de eleições**. . In: 33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2009

SILVA, R. S. DA. **Senado : casa de senhores? : os perfis de carreira dos senadores eleitos entre 1990-2006**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul, 2010.

TAAGEPERA, R. Inequality, Concentration, Imbalance. **Political Methodology**, v. 6, n. 3, p. 275–291, 1 jan. 1979.

TERRON, S.; RIBEIRO, A.; LUCAS, J. F. Há padrões espaciais de representatividade na Câmara Municipal do Rio de Janeiro? Análise dos territórios eleitorais dos eleitos em 2008. **Teoria & Pesquisa: revista de ciência política**, v. 21, n. 01, p. 28–47, 2012.

TOMIO, F. Iniciativas, cenários e decisões no processo legislativo estadual. **Revista Estudos Legislativos**, v. 5, p. 54–70, 2012.

TOMIO, F.; RICCI, P. **Conexão eleitoral, processo legislativo e estratégias parlamentares nas Assembléias Legislativas Estaduais.** . In: 6º ENCONTRO DA ABCP. Campinas: Associação Brasileira de Ciência Política, 2008

TOMIO, F.; RICCI, P. **The electoral connection in the context of Brazilian state legislative assemblies: myth or reality?** . In: XXVIII INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION. Rio de Janeiro: Latin American Studies Association, 2009

TOMIO, F.; RICCI, P. O governo estadual na experiência política brasileira: os desempenhos legislativos das assembléias estaduais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, p. 193–217, 2012a.

TOMIO, F.; RICCI, P. Seis décadas de processo legislativo estadual: processo decisório e relações executivo/legislativo nos estados (1951-2010). **Cadernos da Escola do Legislativo**, Jan/Jun. v. 13, n. 21, p. 59–107, 2012b.

APÊNDICE A

Tabela 1 - Trajetória de origem dos deputados estaduais eleitos em 2010 por Assembleia Legislativa

	AC		AL		AM		AP		BA		CE		ES		GO		MA	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Novatos	9	37,5	3	11,1	1	4,2	6	0,0	16	25,4	7	15,2	3	10,0	8	19,5	10	23,8
Vereador	1	4,2	3	11,1	3	12,5	2	8,3	4	6,3	4	8,7	0	0,0	5	12,2	1	2,4
Prefeito	1	4,2	3	11,1	1	4,2	0	0,0	4	6,3	3	6,5	3	10,0	5	12,2	2	4,8
Dep. Estadual direto	11	45,8	16	59,3	15	62,5	14	58,3	34	54,0	30	65,2	11	36,7	20	48,8	25	59,5
Dep. Estadual (Prefeito em 2008)	1	4,2	1	3,7	1	4,2	0	0,0	2	3,2	2	4,3	8	26,7	2	4,9	1	2,4
Dep. Estadual (Vereador em 2008)	1	4,2	0	0,0	2	8,3	2	8,3	2	3,2	0	0,0	3	10,0	1	2,4	0	0,0
Dep. Federal, Senador ou Governador*	0	0,0	1	3,7	1	4,2	0	0,0	1	1,6	0	0,0	2	6,7	0	0,0	3	7,1
Total	24	100	27	100	24	100	24	100	63	100	46	100	30	100	41	100	42	100

	MG		MS		MT		PA		PB		PE		PI		PR		RJ	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Novatos	8	10,4	6	25,0	5	20,8	6	14,6	9	25,0	10	20,4	8	26,7	7	13,0	8	11,4
Vereador	7	9,1	1	4,2	0	0,0	4	9,8	4	11,1	7	14,3	1	3,3	2	3,7	6	8,6
Prefeito	3	3,9	2	8,3	1	4,2	4	9,8	3	8,3	2	4,1	0	0,0	2	3,7	1	1,4
Dep. Estadual direto	48	62,3	14	58,3	17	70,8	22	53,7	18	50,0	23	46,9	19	63,3	35	64,8	38	54,3
Dep. Estadual (Prefeito em 2008)	5	6,5	0	0,0	0	0,0	3	7,3	1	2,8	5	10,2	1	3,3	6	11,1	9	12,9
Dep. Estadual (Vereador em 2008)	4	5,2	1	4,2	1	4,2	0	0,0	0	0,0	1	2,0	0	0,0	2	3,7	4	5,7
Dep. Federal, Senador ou Governador*	2	2,6	0	0,0	0	0,0	2	4,9	1	2,8	1	2,0	1	3,3	0	0,0	4	5,7
Total	77	100	24	100	24	100	41	100	36	100	49	100	30	100	54	100	70	100

	RN		RO		RR		RS		SC		SE		SP		TO	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Novatos	4	16,7	2	8,3	9	37,5	5	9,1	4	10,0	3	12,5	8	8,5	2	8,3
Vereador	0	0,0	4	16,7	1	4,2	7	12,7	1	2,5	1	4,2	6	6,4	0	0,0
Prefeito	2	8,3	3	12,5	0	0,0	4	7,3	3	7,5	3	12,5	8	8,5	0	0,0
Dep. Estadual direto	15	62,5	12	50,0	13	54,2	32	58,2	26	65,0	16	66,7	49	52,1	14	58,3
Dep. Estadual (Prefeito em 2008)	2	8,3	2	8,3	0	0,0	4	7,3	6	15,0	1	4,2	17	18,1	3	12,5
Dep. Estadual (Vereador em 2008)	0	0,0	1	4,2	1	4,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	2,1	2	8,3
Dep. Federal, Senador ou Governador*	1	4,2	0	0,0	0	0,0	3	5,5	0	0,0	0	0,0	4	4,3	3	12,5
Total	24	100	24	100	24	100	55	100	40	100	24	100	94	100	24	100

(*) Apenas dois dos trinta deputados concorreram ao Governo de seus estados em 2006, e apenas dois deputados concorreram a uma vaga no Senado.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006, 2008 e 2010

Tabela 2 - Trajetória de destino dos deputados estaduais eleitos em 2010 por Assembleia Legislativa

	AC		AL		AM		AP		BA		CE		ES		GO		MA	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Dep. Federal e Senador*	4	16,7	0	0,0	3	12,5	0	0,0	7	11,1	3	6,5	1	3,3	3	7,3	4	9,5
Governador	0	0,0	0	0,0	2	8,3	1	4,2	0	0,0	2	4,3	1	3,3	0	0,0	0	0,0
Dep Federal (Prefeito em 2012)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	3,3	0	0,0	1	2,4
Dep. Estadual direto	13	54,2	18	66,7	16	66,7	18	75,0	40	63,5	29	63,0	12	40,0	20	48,8	28	66,7
Dep. Estadual (Prefeito em 2012)	0	0,0	1	3,7	3	12,5	2	8,3	6	9,5	3	6,5	6	20,0	6	14,6	3	7,1
Prefeito em 2012	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	4,8	2	4,3	5	16,7	6	14,6	1	2,4
Retirou-se	7	29,2	8	29,6	0	0,0	3	12,5	7	11,1	7	15,2	4	13,3	6	14,6	5	11,9
Total	24	100	27	100	24	100	24	100	63	100	46	100	30	100	41	100	42	100

	MG		MS		MT		PA		PB		PE		PI		PR		RJ	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Dep. Federal e Senador*	4	5,2	2	8,3	2	8,3	2	4,9	0	0,0	2	4,1	2	6,7	4	7,4	3	4,3
Governador	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Dep Federal (Prefeito em 2012)	1	1,3	0	0,0	0	0,0	1	2,4	0	0,0	3	6,1	0	0,0	1	1,9	1	1,4
Dep. Estadual direto	52	67,5	14	58,3	11	45,8	21	51,2	25	69,4	31	63,3	19	63,3	35	64,8	45	64,3
Dep. Estadual (Prefeito em 2012)	8	10,4	1	4,2	1	4,2	4	9,8	3	8,3	5	10,2	1	3,3	5	9,3	12	17,1
Prefeito em 2012	3	3,9	3	12,5	3	12,5	3	7,3	3	8,3	3	6,1	3	10,0	4	7,4	4	5,7
Retirou-se	9	11,7	4	16,7	7	29,2	10	24,4	5	13,9	5	10,2	5	16,7	5	9,3	5	7,1
Total	77	100	24	100	24	100	41	100	36	100	49	100	30	100	54	100	70	100

	RN		RO		RR		RS		SC		SE		SP		TO	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Dep. Federal e Senador*	2	8,3	2	8,3	1	4,2	5	9,1	1	2,5	2	8,3	8	8,5	4	16,7
Governador	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	4,2
Dep Federal (Prefeito em 2012)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,5	0	0,0	1	1,1	0	0,0
Dep. Estadual direto	13	54,2	13	54,2	18	75,0	36	65,5	28	70,0	18	75,0	60	63,8	15	62,5
Dep. Estadual (Prefeito em 2012)	4	16,7	3	12,5	1	4,2	4	7,3	3	7,5	1	4,2	10	10,6	0	0,0
Prefeito em 2012	0	0,0	2	8,3	0	0,0	5	9,1	2	5,0	0	0,0	6	6,4	0	0,0
Retirou-se	5	20,8	4	16,7	4	16,7	5	9,1	5	12,5	3	12,5	9	9,6	4	16,7
Total	24	100	24	100	24	100	55	100	40	100	24	100	94	100	24	100

(*) Apenas três dos 71 dep. estaduais disputaram para cargos no Senado.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010, 2012 e 2014.

Tabela 3 - Ambição de carreira predominante dos deputados estaduais eleitos em 2010 por Assembleia Legislativa

	AC		AL		AM		AP		BA		CE		ES		GO		MA	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Progressiva nacional	4	16,7	0	0,0	3	12,5	0	0,0	7	11,1	3	6,5	2	6,7	3	7,3	5	11,9
Progressiva estadual	0	0,0	0	0,0	2	8,3	1	4,2	0	0,0	2	4,3	1	3,3	0	0,0	0	0,0
Estática	13	54,2	18	66,7	16	66,7	18	75,0	40	63,5	29	63,0	12	40,0	20	48,8	28	66,7
Pseudo-estática	0	0,0	1	3,7	3	12,5	2	8,3	6	9,5	3	6,5	6	20,0	6	14,6	3	7,1
Progressiva local	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	4,8	2	4,3	5	16,7	6	14,6	1	2,4
Discreta	7	29,2	8	29,6	0	0,0	3	12,5	7	11,1	7	15,2	4	13,3	6	14,6	5	11,9
Total	24	100	27	100	24	100	24	100	63	100	46	100	30	100	41	100	42	100

	MG		MS		MT		PA		PB		PE		PI		PR		RJ	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Progressiva nacional	5	6,5	2	8,3	2	8,3	3	7,3	0	0,0	5	10,2	2	6,7	5	9,3	4	5,7
Progressiva estadual	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Estática	52	67,5	14	58,3	11	45,8	21	51,2	25	69,4	31	63,3	19	63,3	35	64,8	45	64,3
Pseudo-estática	8	10,4	1	4,2	1	4,2	4	9,8	3	8,3	5	10,2	1	3,3	5	9,3	12	17,1
Progressiva local	3	3,9	3	12,5	3	12,5	3	7,3	3	8,3	3	6,1	3	10,0	4	7,4	4	5,7
Discreta	9	11,7	4	16,7	7	29,2	10	24,4	5	13,9	5	10,2	5	16,7	5	9,3	5	7,1
Total	77	100	24	100	24	100	41	100	36	100	49	100	30	100	54	100	70	100

	RN		RO		RR		RS		SC		SE		SP		TO	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Progressiva nacional	2	8,3	2	8,3	1	4,2	5	9,1	2	5,0	2	8,3	9	9,6	4	16,7
Progressiva estadual	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	4,2
Estática	13	54,2	13	54,2	18	75,0	36	65,5	28	70,0	18	75,0	60	63,8	15	62,5
Pseudo-estática	4	16,7	3	12,5	1	4,2	4	7,3	3	7,5	1	4,2	10	10,6	0	0,0
Progressiva local	0	0,0	2	8,3	0	0,0	5	9,1	2	5,0	0	0,0	6	6,4	0	0,0
Discreta	5	20,8	4	16,7	4	16,7	5	9,1	5	12,5	3	12,5	9	9,6	4	16,7
Total	24	100	24	100	24	100	55	100	40	100	24	100	94	100	24	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014.

APÊNDICE B

Tabela 1 - Resultado da análise de cluster do *índice de concentração (HH_i)* dos deputados estaduais eleitos em 2010 por Assembleia Legislativa

	AC		AL		AM		AP		BA		CE		ES		GO		MA	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Dispersão alta	3	12,5	15	55,6	9	37,5	5	20,8	30	47,6	19	41,3	15	50,0	15	36,6	25	59,5
Dispersão média	8	33,3	6	22,2	6	25,0	5	20,8	21	33,3	11	23,9	8	26,7	14	34,2	9	21,4
Concentração média	9	37,5	3	11,1	5	20,8	7	29,2	8	12,7	12	26,1	4	13,3	6	14,6	6	14,3
Concentração alta	4	16,7	3	11,1	4	16,7	7	29,2	4	6,3	4	8,7	3	10,0	6	14,6	2	4,8
Total	24	100	27	100	24	100	24	100	63	100	46	100	30	100	41	100	42	100

	MG		MS		MT		PA		PB		PE		PI		PR		RJ	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Dispersão alta	41	53,2	12	50,0	7	29,2	20	48,8	15	41,7	22	44,9	21	70,0	21	38,9	15	21,4
Dispersão média	17	22,1	6	25,0	9	37,5	15	36,6	13	36,1	16	32,7	5	16,7	11	20,4	22	31,4
Concentração média	12	15,6	3	12,5	6	25,0	3	7,3	6	16,7	7	14,3	2	6,7	11	20,4	17	24,3
Concentração alta	7	9,1	3	12,5	2	8,3	3	7,3	2	5,6	4	8,2	2	6,7	11	20,4	16	22,9
Total	77	100	24	100	24	100	41	100	36	100	49	100	30	100	54	100	70	100

	RN		RO		RR		RS		SC		SE		SP		TO	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Dispersão alta	12	50,0	7	29,2	10	41,7	18	32,7	13	32,5	7	29,2	26	27,7	7	29,2
Dispersão média	2	8,3	7	29,2	5	20,8	14	25,5	12	30,0	7	29,2	23	24,5	7	29,2
Concentração média	5	20,8	5	20,8	6	25,0	14	25,5	8	20,0	6	25,0	21	22,3	6	25,0
Concentração alta	5	20,8	5	20,8	3	12,5	9	16,4	7	17,5	4	16,7	24	25,5	4	16,7
Total	24	100	24	100	24	100	55	100	40	100	24	100	94	100	24	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010.

Tabela 2 - Resultado da análise de cluster do índice de dominância média (D_i) dos deputados estaduais eleitos em 2010 por Assembleia Legislativa

	AC		AL		AM		AP		BA		CE		ES		GO		MA	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Compartilhamento baixo	11	45,8	8	29,6	15	62,5	10	41,7	12	19,1	14	30,4	11	36,7	19	46,3	9	21,4
Compartilhamento médio	6	25,0	7	25,9	5	20,8	10	41,7	15	23,8	10	21,7	8	26,7	8	19,5	14	33,3
Dominância média	3	12,5	9	33,3	2	8,3	3	12,5	22	34,9	11	23,9	6	20,0	11	26,8	15	35,7
Dominância alta	4	16,7	3	11,1	2	8,3	1	4,2	14	22,2	11	23,9	5	16,7	3	7,3	4	9,5
Total	24	100	27	100	24	100	24	100	63	100	46	100	30	100	41	100	42	100

	MG		MS		MT		PA		PB		PE		PI		PR		RJ	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Compartilhamento baixo	25	32,5	11	45,8	7	29,2	12	29,3	7	19,4	17	34,7	5	16,7	12	22,2	33	47,1
Compartilhamento médio	17	22,1	7	29,2	7	29,2	14	34,1	9	25,0	13	26,5	15	50,0	17	31,5	14	20,0
Dominância média	24	31,2	5	20,8	6	25,0	11	26,8	14	38,9	10	20,4	6	20,0	18	33,3	17	24,3
Dominância alta	11	14,3	1	4,2	4	16,7	4	9,8	6	16,7	9	18,4	4	13,3	7	13,0	6	8,6
Total	77	100	24	100	24	100	41	100	36	100	49	100	30	100	54	100	70	100

	RN		RO		RR		RS		SC		SE		SP		TO	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Compartilhamento baixo	6	25,0	5	20,8	6	25,0	8	14,5	8	20,0	10	41,7	35	37,2	8	33,3
Compartilhamento médio	7	29,2	9	37,5	9	37,5	31	56,4	11	27,5	7	29,2	21	22,3	6	25,0
Dominância média	6	25,0	5	20,8	6	25,0	14	25,5	12	30,0	3	12,5	28	29,8	9	37,5
Dominância alta	5	20,8	5	20,8	3	12,5	2	3,6	9	22,5	4	16,7	10	10,6	1	4,2
Total	24	100	24	100	24	100	55	100	40	100	24	100	94	100	24	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2010.

APÊNDICE C

Tabela 1 - Ambição de carreira predominante dos deputados estaduais eleitos em 2010 por Assembleia Legislativa

Padrões espaciais de votação		Tipo de ambição predominante						Total
		Progressiva nacional	Progressiva estadual	Estática	Pseudo-estática	Progressiva local	Discreta	
Acre	Concentrado-dominante	33,3	0,0	33,3	0,0	0,0	33,3	3
	Concentrado-comp. na capital	12,5	0,0	62,5	0,0	0,0	25,0	8
	Concentrado-comp. nos demais	50,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	2
	Fragmentado-dominante	0,0	0,0	50,0	0,0	25,0	25,0	4
	Fragmentado-compartilhado	14,3	0,0	57,1	0,0	0,0	28,6	7
	Total	4	0	13	0	1	6	24
Algoas	Concentrado-dominante	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1
	Concentrado-comp. na capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	75,0	0,0	0,0	25,0	4
	Fragmentado-dominante	0,0	0,0	72,7	0,0	0,0	27,3	11
	Fragmentado-compartilhado	0,0	0,0	63,6	9,1	0,0	27,3	11
	Total	0	0	18	1	0	8	27
Amazonas	Concentrado-dominante	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	2
	Concentrado-comp. na capital	12,5	0,0	75,0	12,5	0,0	0,0	8
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Fragmentado-dominante	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	2
	Fragmentado-compartilhado	16,7	16,7	50,0	16,7	0,0	0,0	12
	Total	3	2	16	3	0	0	24
Amapá	Concentrado-dominante	0,0	33,3	66,7	0,0	0,0	0,0	3
	Concentrado-comp. na capital	0,0	0,0	70,0	10,0	0,0	20,0	10
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	1
	Fragmentado-dominante	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	1
	Fragmentado-compartilhado	0,0	0,0	88,9	0,0	0,0	11,1	9
	Total	0	1	18	2	0	3	24
Bahia	Concentrado-dominante	40,0	0,0	40,0	0,0	20,0	0,0	5
	Concentrado-comp. na capital	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	83,3	16,7	0,0	0,0	6
	Fragmentado-dominante	6,5	0,0	58,1	12,9	6,5	16,1	31
	Fragmentado-compartilhado	10,0	0,0	75,0	5,0	0,0	10,0	20
	Total	7	0	40	6	3	7	63
Ceará	Concentrado-dominante	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	7
	Concentrado-comp. na capital	12,5	0,0	62,5	12,5	0,0	12,5	8
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	1
	Fragmentado-dominante	6,7	6,7	46,7	13,3	6,7	20,0	15
	Fragmentado-compartilhado	6,7	6,7	66,7	0,0	6,7	13,3	15
	Total	3	2	29	3	2	7	46
Espírito Santo	Concentrado-dominante	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	2
	Concentrado-comp. na capital	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	50,0	2
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	3
	Fragmentado-dominante	11,1	0,0	44,4	11,1	22,2	11,1	9
	Fragmentado-compartilhado	7,1	7,1	28,6	28,6	21,4	7,1	14
	Total	2	1	12	6	6	3	30
Goiás	Concentrado-dominante	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	2
	Concentrado-comp. na capital	0,0	0,0	60,0	20,0	0,0	20,0	5
	Concentrado-comp. nos demais	20,0	0,0	60,0	20,0	0,0	0,0	5
	Fragmentado-dominante	0,0	0,0	25,0	16,7	41,7	16,7	12
	Fragmentado-compartilhado	11,8	0,0	52,9	11,8	11,8	11,8	17
	Total	3	0	20	6	7	5	41

(continua)

Maranhão	Concentrado-dominante	33,3	0,0	33,3	0,0	33,3	0,0	3
	Concentrado-comp. na capital	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	1
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	50,0	25,0	0,0	25,0	4
	Fragmentado-dominante	6,3	0,0	62,5	6,3	0,0	25,0	16
	Fragmentado-compartilhado	16,7	0,0	77,8	5,6	0,0	0,0	18
	Total	5	0	28	3	1	5	42
Minas Gerais	Concentrado-dominante	10,0	0,0	70,0	10,0	0,0	10,0	10
	Concentrado-comp. na capital	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	4
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	5
	Fragmentado-dominante	0,0	0,0	64,0	12,0	8,0	16,0	25
	Fragmentado-compartilhado	12,1	0,0	60,6	12,1	6,1	9,1	33
	Total	5	0	52	8	4	8	77
Mato Grosso do Sul	Concentrado-dominante	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	2
	Concentrado-comp. na capital	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	2
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	2
	Fragmentado-dominante	0,0	0,0	50,0	0,0	25,0	25,0	4
	Fragmentado-compartilhado	14,3	0,0	57,1	0,0	7,1	21,4	14
	Total	2	0	14	1	3	4	24
Mato Grosso	Concentrado-dominante	16,7	0,0	66,7	0,0	0,0	16,7	6
	Concentrado-comp. na capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	1
	Fragmentado-dominante	0,0	0,0	25,0	0,0	25,0	50,0	4
	Fragmentado-compartilhado	7,7	0,0	38,5	7,7	15,4	30,8	13
	Total	2	0	11	1	3	7	24
Pará	Concentrado-dominante	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	50,0	2
	Concentrado-comp. na capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	60,0	0,0	0,0	40,0	5
	Fragmentado-dominante	7,7	0,0	38,5	15,4	15,4	23,1	13
	Fragmentado-compartilhado	9,5	0,0	57,1	9,5	9,5	14,3	21
	Total	3	0	21	4	4	9	41
Paraíba	Concentrado-dominante	0,0	0,0	25,0	0,0	25,0	50,0	4
	Concentrado-comp. na capital	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	1
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	2
	Fragmentado-dominante	0,0	0,0	75,0	6,3	6,3	12,5	16
	Fragmentado-compartilhado	0,0	0,0	76,9	7,7	7,7	7,7	13
	Total	0	0	25	3	3	5	36
Pernambuco	Concentrado-dominante	25,0	0,0	25,0	0,0	0,0	50,0	4
	Concentrado-comp. na capital	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	2
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	83,3	16,7	0,0	0,0	6
	Fragmentado-dominante	13,3	0,0	60,0	6,7	6,7	13,3	15
	Fragmentado-compartilhado	9,1	0,0	63,6	13,6	9,1	4,5	22
	Total	5	0	31	5	3	5	49
Piauí	Concentrado-dominante	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	2
	Concentrado-comp. na capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0
	Concentrado-comp. nos demais	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	2
	Fragmentado-dominante	0,0	0,0	37,5	12,5	25,0	25,0	8
	Fragmentado-compartilhado	5,6	0,0	77,8	0,0	5,6	11,1	18
	Total	2	0	19	1	3	5	30
Paraná	Concentrado-dominante	20,0	0,0	50,0	0,0	10,0	20,0	10
	Concentrado-comp. na capital	20,0	0,0	80,0	0,0	0,0	0,0	5
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	71,4	0,0	14,3	14,3	7
	Fragmentado-dominante	6,7	0,0	73,3	6,7	13,3	0,0	15
	Fragmentado-compartilhado	5,9	0,0	58,8	23,5	0,0	11,8	17
	Total	5	0	35	5	4	5	54

(continua)

Rio de Janeiro	Concentrado-dominante	0,0	0,0	40,0	40,0	20,0	0,0	10
	Concentrado-comp. na capital	5,9	0,0	82,4	5,9	0,0	5,9	17
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	50,0	33,3	16,7	0,0	6
	Fragmentado-dominante	0,0	0,0	38,5	30,8	23,1	7,7	13
	Fragmentado-compartilhado	12,5	0,0	79,2	4,2	4,2	0,0	24
	Total	4	0	45	12	7	2	70
Rio Grande do Norte	Concentrado-dominante	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	2
	Concentrado-comp. na capital	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	66,7	3
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	60,0	0,0	0,0	40,0	5
	Fragmentado-dominante	0,0	0,0	77,8	22,2	0,0	0,0	9
	Fragmentado-compartilhado	20,0	0,0	20,0	40,0	20,0	0,0	5
	Total	2	0	13	4	1	4	24
Rondônia	Concentrado-dominante	0,0	0,0	16,7	16,7	16,7	50,0	6
	Concentrado-comp. na capital	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	2
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	50,0	2
	Fragmentado-dominante	0,0	0,0	50,0	25,0	25,0	0,0	4
	Fragmentado-compartilhado	20,0	0,0	70,0	10,0	0,0	0,0	10
	Total	2	0	13	3	2	4	24
Roraima	Concentrado-dominante	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	50,0	2
	Concentrado-comp. na capital	0,0	0,0	85,7	0,0	0,0	14,3	7
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0
	Fragmentado-dominante	14,3	0,0	57,1	14,3	0,0	14,3	7
	Fragmentado-compartilhado	0,0	0,0	87,5	0,0	0,0	12,5	8
	Total	1	0	18	1	0	4	24
Rio Grande do Sul	Concentrado-dominante	0,0	0,0	80,0	20,0	0,0	0,0	5
	Concentrado-comp. na capital	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	50,0	4
	Concentrado-comp. nos demais	14,3	0,0	78,6	0,0	7,1	0,0	14
	Fragmentado-dominante	9,1	0,0	63,6	0,0	18,2	9,1	11
	Fragmentado-compartilhado	9,5	0,0	57,1	14,3	9,5	9,5	21
	Total	5	0	36	4	5	5	55
Santa Catarina	Concentrado-dominante	0,0	0,0	80,0	0,0	20,0	0,0	10
	Concentrado-comp. na capital	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	75,0	0,0	0,0	25,0	4
	Fragmentado-dominante	0,0	0,0	72,7	9,1	0,0	18,2	11
	Fragmentado-compartilhado	7,1	0,0	64,3	14,3	7,1	7,1	14
	Total	2	0	28	3	3	4	40
Sergipe	Concentrado-dominante	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	2
	Concentrado-comp. na capital	25,0	0,0	75,0	0,0	0,0	0,0	4
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	50,0	4
	Fragmentado-dominante	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	5
	Fragmentado-compartilhado	11,1	0,0	77,8	0,0	0,0	11,1	9
	Total	2	0	18	1	0	3	24
São Paulo	Concentrado-dominante	5,9	0,0	58,8	17,6	11,8	5,9	17
	Concentrado-comp. na capital	20,0	0,0	60,0	0,0	0,0	20,0	15
	Concentrado-comp. nos demais	0,0	0,0	66,7	8,3	16,7	8,3	12
	Fragmentado-dominante	9,5	0,0	76,2	4,8	0,0	9,5	21
	Fragmentado-compartilhado	10,3	0,0	58,6	17,2	10,3	3,4	29
	Total	9	0	60	10	7	8	94
Tocantins	Concentrado-dominante	25,0	25,0	25,0	0,0	0,0	25,0	4
	Concentrado-comp. na capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0
	Concentrado-comp. nos demais	14,3	0,0	71,4	0,0	0,0	14,3	7
	Fragmentado-dominante	16,7	0,0	83,3	0,0	0,0	0,0	6
	Fragmentado-compartilhado	14,3	0,0	57,1	0,0	14,3	14,3	7
	Total	4	1	15	0	1	3	24

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE – 2010